

ATA DA 142ª REUNIÃO DA CTIL

DATA: 19/02/2018

HORÁRIO: 9h às 18h

LOCAL: Sala CT01, no Ed. Marie Prendi Cruz, localizado no SEP 505 – Lote 2, em Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério dos Transportes: Ausente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: José Silverio da Silva
(josé.silverio@agricultura.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente-SRHQ: Sergio Antônio Gonçalves
(sergio.goncalves@mma.gov.br)

Ministério do Meio Ambiente-ANA: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Adão Martins Teixeira Junior (adao.junior@mme.gov.br);

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro/São Paulo: ausente

Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Paraíba/Bahia: ausente

Conselho Estaduais de Recursos Hídricos - Paraná/Distrito Federal: ausente

Irrigantes: Ausente

Irrigantes: Ausente

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonali Cavalcanti Oliveira
(sonali@chesf.gov.br)

Indústrias: José Quadrelli Neto (jneto@cni.org.br)

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de
Azevedo Filho (Azefilho@hotmail.com);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Luís Eduardo
Freitas de Faria (luis.eduardo@cedae.com.br);

Comitês e Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Bento Godoy Neto
(aguasdegoias@gmail.com)

Organizações Não Governamentais – Fonasc: Gustavo T. Gazzinelli (gt.gazzinelli@gmail.com);

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Celia Regina Alves Rennó
(celia.renno@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

Sidarta Costa de Azeredo Souza (sidarta.souza@agu.gov.br)

Luiz Alberto R. Dourado (luizdourado@gmail.com)

Alberto Simon Schvartzman (ditec@peixe vivo.org.br)

Roberto Frias (lrpfarias@uol.com.br)

Anivaldo Miranda (amivaldodemirandapinto@gmail.com)

Julio Thadeu Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

José Quadrilli Neto (Jneto@cni.org.br)

Luciana A. Zago de Andrade (luciana.andrade@ana.gov.br)

Rosana Mendes Evangelista (rosana.evangelista@ana.gov.br)

Cristiano Cória Guimaraes Pereira (Cristiano.pereira@ana.gov.br)

Marco Antônio Mota Amorim (marco.amorim@ana.org.br)

Antônio Costa Lima Junior (juridico@aesbe.org.br)

Claudia Ferreira Lima (claudia.lima@mma.gov.br)

Rodrigo Flecha (rodrigof@ana.gov.br)

Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br)

Liliana Pimentel (liliana.pimentel@mma.gov.br)

Maria Aparecida Vargas (vargasma@terra.com.br)

RELATORIA: Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br)

(Transcrição *ipsis verbis* - Empresa ProiXL Estenotipia)

ASSUNTOS DISCUTIDOS: no dia 19 de fevereiro de 2018, na SEP 505, em Brasília, realizou-se a 142ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), convocada há 20 dias, e discutiu: [Item 1 – Abertura/Informes](#). O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Bom-dia! Bom-dia a todas e a todos. Pedimos a todos que tomem seus lugares para iniciarmos a nossa 142ª Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essa é a nossa primeira reunião do ano de 2018, embora já no final de fevereiro. Um bom ano a todas e todos. Então, nós agradecemos a presença de todos os representantes da Câmara Técnica, alguns são Conselheiros e Conselheiras também. E vamos dar início a nossa pauta de hoje, uma pauta um pouco extensa, isso mostra a importância que se tem uma reunião com uma pauta importante e extensa, da importância dos temas e das atividades do Conselho, e que as Câmaras Técnicas estão trabalhando muito para poder trazer as demandas à CTIL. Nós vamos dar início aos trabalhos abrindo aos informes, conforme a pauta, abertura informes. Eu já abro falando de que nós teremos uma Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no dia 8 de março. Então, antes do Fórum Mundial da Água, em março, nós já teremos uma reunião extraordinária. Teremos uma reunião ordinária ainda nesse semestre, como é de praxe e para o semestre próximo temos pelo menos uma ordinária, se necessitar também faremos alguma extraordinária, mas já está sendo chamada pelo secretário-executivo do Conselho, Doutor Jair, a Reunião Extraordinária do Conselho para 8 de março. É um dia só, onde a pauta está organizada em função dos procedimentos que sairão hoje da Câmara Técnica da CTIL. Então, nós daremos início aos trabalhos com a abertura dos informes e só para lembrar, como está sendo gravada toda a reunião, o representante se identifique com a instituição e o nome. Então, está aberto para informes gerais.

A SRª. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Célia Rennó da ABES. A ABES Nacional esteve reunida no início do mês de fevereiro e nós definimos nessa reunião que em todas as representações da instituição nós faríamos um manifesto. Que eu trago aqui, que é um manifesto da ABES juntamente com a ABRH, que também assinou conjuntamente com a ABES, eu consultei a diretoria da ABRH, um manifesto contra a revisão do Marco Legal do saneamento por meio de Medida Provisória que está rolando aí em Brasília. Nós sabemos que isso está meio em suspenso, mas eu acho que vale nós marcamos posição em todos esses fóruns onde nós participamos. Como entidade vou ler aqui para vocês o manifesto. Como entidade trabalhando há 51 anos com saneamento ambiental e recursos hídricos a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental ABES e a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, a ABRH, juntamente com outras entidades do setor tem atuado junto ao Governo Federal, Estados e Poder Legislativo para ressaltar quão danosa é a revisão do Marco Legal do Saneamento como proposta pelo Governo Federal. Isso porque essa proposta que pode ser editada por meio de Medida Provisória a qualquer momento pode desestruturar totalmente o setor do país e novamente os mais prejudicados serão os brasileiros mais pobres, que vivem sem acesso à água potável, esgoto tratado, coleta, e disposição adequada dos resíduos sólidos, e manejo das águas urbanas sustentáveis, estando sujeitos a contrair todo tipo de doença. Além do Governo querer utilizar Medida Provisória para revisão em detrimento de um Projeto de Lei, o que significa fazer uso de um instrumento pouco democrático, a mesma impactará diretamente o subsídio cruzado, que possibilita que municípios com menos recursos tenham acesso aos serviços. Hoje dos mais de 5.500 municípios brasileiros apenas cerca de 500 apresenta condições de superávit nas operações de saneamento. Como ficarão os 5 mil municípios que dependem do subsídio cruzado? O setor de saneamento e a população brasileira devem trabalhar propostas e ações que melhorem o serviço de saneamento do Brasil, sempre defendendo o debate plural e a participação ampla da sociedade. É a hora de defender o saneamento, a saúde, a qualidade de vida de todos os brasileiros e brasileiras com a universalização desses serviços. O momento é

crucial, é necessário urgentemente viabilizar o debate amplo na nossa sociedade, para que mudanças da Lei 11.445 de 2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico, e da 9.984 que dispõe sobre a criação da ANA não passem sem uma ampla participação, e amadurecimento, de forma a trazerem as melhorias tão necessárias ao setor de saneamento e a qualidade de vida da população. É esse manifesto que eu queria fazer na abertura dessa reunião e que nós queremos marcar posição em todos os locais onde nós temos representação. Muito obrigada.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Muito obrigado, Célia. Aproveitando também que as pessoas ainda estão chegando, mas para registrar em ata. Nós temos o quórum regimental para essa abertura. Deveria ter falado isso logo no início, mas é importante registrar que nós temos o quórum regimental para abertura da CTIL. Não é? E depois também, chegando um pouquinho mais, fora as falas que vão estar abertas para o informe, nós vamos fazer uma rodada de apresentação, até porque nós temos vários visitantes que isso é sempre importante, as Câmaras Técnicas são abertas a sociedade, que tenham interesse específico em algum item ou também não que queiram acompanhar as Câmaras Técnicas. Então, nós temos aqui a Agência Peixe Vivo, o Comitê de Bacia do São Francisco, temos vários colegas da ANA, a Agência Nacional de Águas que acompanha e nos dão todo o suporte técnico importante. Então, nós vamos fazer logo, também, uma rodada de apresentação. Se alguém tiver ainda... Está aberto para os informes e está aberto ainda, se tivermos mais algum, por favor.

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – Gustavo, FONASC. É só manifestar o nosso apoio aqui, ao documento da ABES e esperar que o Conselho o endosse na forma de uma moção. Não é? É isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito. Então, nós já temos uma proposta do representante, de que esse documento da ABES que foi lido se torne em uma proposta de uma moção para ser levado ao Plenário do Conselho. Obrigado. Mais algum informe ou posição sobre alguma coisa? Então, nós poderemos passar para uma apresentação, não é? Sempre é bom. E quem for chegando vai se identificando também, que às vezes tem colegas novos e as pessoas trocam naturalmente as representações. Sempre é bom. Então, eu começo também, Sérgio Gonçalves, estou como Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, e atualmente presidindo a CTIL.

O SR. SIDARTA COSTA DE AZEVEDO (MMA/CONJUR) – Bom. Bom-dia a todos. Eu estou aqui como convidado, é Sidarta da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, convidado pelo Doutor Sérgio para fazer a explanação sobre as Resoluções que passaram pela nossa análise.

O SR. JÚLIO (Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental) – Bom-dia a todos. Sou Júlio Kettelhut, estou como Coordenador-Geral da Coordenação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, aqui na Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE-Prestadoras de Abastecimento) – Bom-dia a todos. Sou Luiz Eduardo Freitas de Farias, sou Procurador da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro.

O SR. GUSTAVO TOSTES GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Gustavo Tostes Gazzinelli do Fórum Nacional da Sociedade Civil na gestão de bacias hidrográficas.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Célia Rennó, representante da ABES.

O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR (MME) – Eu sou Adão Martins Teixeira Júnior, eu falo pelo Ministério de Minas e Energia.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI-Indústria) – Bom-dia a todos. José Quadrelli da Confederação Nacional da Indústria

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom-dia! Wilson de Azevedo, representante do Segmento Usuário dos Pescadores e Lazer e Turismo.

O SR. ALBERTO SIMON (Agência Peixe Vivo) – Bom-dia a todos. Eu sou Alberto Simon da Agência Peixe Vivo.

O SR. LUIZ DOURADO (Comitê do São Francisco) – Bom-dia a todos. Luiz Dourado do Comitê de São Francisco.

O SR. ROBERTO FARIAS (CTIL/CBHSF) – Bom-dia a todos! Roberto Farias, Coordenador da CTEL do CBHSF.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente do Comitê do Rio São Francisco) – Bom-dia a todos Anivaldo Miranda, Presidente do Comitê do São Francisco.

A SR^a. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) – Bom-dia! Sou Luciana Andrade da Agência Nacional de Águas, da área de Planejamento de Recursos Hídricos.

A SR^a. ROSANA EVANGELISTA (ANA) – Rosana Evangelista, da área de planejamento da ANA também.

O SR. CRISTIANO PEREIRA (ANA) – Bom dia! Cristiano Pereira da ANA, da área de cobrança.

O SR. MARCO ANTÔNIO (ANA) – Bom dia Marco Antônio também da ANA

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Bom dia a todos! Sonáli Cavalcanti Oliveira da Companhia Elétrica de São Francisco, representando aqui as concessionárias de geração hidrelétrica.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Bom dia a todas e a todos! Eu sou a ELDIS, representando a Procuradoria da Agência Nacional de Águas.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Bom dia a todos! Roseli Souza, sou da Secretaria Executiva do Conselho e estou como relatora na CTIL.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Secretaria Executiva do CNRH) – Bom dia! Liliana Pimentel, sou da equipe de gerência de apoio ao Conselho Nacional e relatora da CTCOB.

Item 2 – Aprovação da minuta das Atas das 140^a e 141^a Reuniões da CTIL - O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Após as apresentações, então, vamos seguir a nossa pauta também, depois dos informes nós temos a aprovação da minuta da ata da 141^a Reunião. Essa é a segunda aqui. Aqui está como segunda. Desculpe, tem um equívoco ali. 140^a e 141^o, porque está escrito ali, ficou a segunda, a segunda é agora. Então, por favor, nós recebemos algumas sugestões e pedidos de adequações já o fizemos, mas se tiver alguma coisa fique à vontade, independente de aprovarmos aqui, nós faremos todas as adequações necessárias, o que importa é que as atas expressem realmente o melhor possível que foi dito nas reuniões. Então, se alguém quiser fazer uso da palavra para falar alguma coisa sobre as atas, fique à vontade.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Gustavo do FONASC. É o seguinte, na ata da... Como é que fala? 140? 140^a Reunião, no item 10, item 10 do Volnei, é na fala do Volnei Zanardi, me parece, realmente eu não tive condições de checar com a transcrição, que foi falado que a questão do CNRH, além de ser o tema que eles verificaram que gerou mais discussão, que não seria que a ANA tinha aberto mão de tratar desse assunto no projeto legado, para efeito do Fórum Mundial das Águas. Isso não está registrado aqui, mas eu não tenho, assim, porque isso foi dito em mais de uma reunião por representantes da ANA. Está aqui na penúltima página da ata. É isso mesmo. Penúltima. Não está numerada a ata que eu recebi, as linhas, mas está aqui um pouco antes da fala da Célia Rennó aqui, olha, onde aparece uma situação aqui, Lei 9433 e a 9984, logo depois é a frase... Destacou que o tema que mais gerou discussão foi o fortalecimento do CNRH. Então, também foi dito isso, que esse era um assunto que não seria objeto mais do projeto legado em relação ao Fórum Mundial das Águas, a questão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Me parece que o que não seria objeto são as Câmaras Técnicas, somente a questão das Câmaras Técnicas. O que eu posso fazer é ver de novo a transcrição e colocar aqui...

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – De qualquer forma o que foi dito eu gostaria que constasse, porque eu acho que essa é uma questão muito importante, que não dá para não entrar na ata.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Só para ficar registrado, conforme Roseli já se manifestou, nós vamos rever a transcrição e colocar na íntegra o que foi a fala dele para não ter dúvida. Então, fica contemplado Gustavo? Acredito que sim.

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – Eu peço não só a fala dele como também dos comentários que foram feitos, que não foram poucos.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Como nós já dissemos na outra reunião, essa ata, talvez eu até esqueci de colocar aqui, ela segue a transcrição. Então, eu acho que se tiver alguma dúvida nós podemos...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – É o seguinte, infelizmente eu só vim a receber o comunicado dessa reunião com o material dela na semana passada, através do representante do FONASC. Eu não recebi diretamente da Secretaria Executiva a mensagem com o material. Então, eu só pude examinar nesses dias pós-carnaval, que eu estava fora de Belo Horizonte, sem acesso a internet. E eu acho o seguinte, é óbvio que a ata reproduz... Porque a pessoa que leu a ata, o leu a transcrição e fez a ata acha que representa o que foi dito. Não é? Na minha opinião tem umas partes importantes que não entraram. Se eu fizesse a transposição da transcrição para uma ata eu teria colocado coisas que não foram colocadas aqui e, possivelmente não teria colocado algumas que foram colocadas. Isso é subjetivo, depende da leitura de cada pessoa. Por isso o colegiado, se a pessoa acha que a ata não traduza alguns pontos. Eu acho que o projeto legado é um problema, hoje, em vários aspectos, ele é solução em uns, mas é problema em outros. Então, eu acho que isso deve ficar bem registrado. Obrigado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito. Então, será feito isso da transcrição e colocar a transcrição na íntegra, do quê... Se realmente nessa revisão não constar é que infelizmente não está, não foi falado, mas será feito isso, conforme o pedido.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (CHESF-CONCESSIONARIAS DE ENERGIA) – Sérgio. Sonáli das concessionárias. Eu fiz uma outra sugestão também, lá no final, Roseli, exatamente com relação ao projeto legado. Possam apreciar o documento e tirar o não aprovar, porque o não aprovar quando eu falei foi, não se trata do CNRH aprovar ou não o documento, mas ele precisaria apreciar. Mas da forma como ficou escrito, sem ter uma vírgula, pode parecer que apreciar e não aprovar o documento. Aí muda completamente o sentido. Então, é melhor tirar, apreciar o documento. Ok?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito. Acatado e já vamos fazer a modificação. Mais alguma, por favor, posição sobre as atas? Então, com as observações firmadas podemos considerar as atas aprovadas. Muito obrigado. Quero aqui aproveitar, chegaram mais alguns colegas durante essa fala, que eles possam fazer as apresentações, por favor, no microfone, nome e instituição.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (COMITÊS) – O trânsito ajudou muito hoje também, aos costumes. Bento Godoy, sou Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba e represento os Comitês de Bacia aqui na CTIL.

O SR. ANTÔNIO COSTA (ASSEMAE) – Bom-dia a todos! Antônio Costa, eu dou apoio às Prestadoras de Serviços Públicos de Saneamento e Abastecimento de Água.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente CTIL) – Então, vamos seguir o nosso... Roseli está lembrando que as observações dessa foram da 140. Da 141ª Reunião tem alguma observação, só para ficar claro? Não tendo... Não. Não tendo. Então, está aprovada também.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Eu não vim para a reunião 141, mas eu não recebi essa ata não. Aí depois eu gostaria de...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito, não tem problema.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Porque, na verdade, nessa mensagem que foi enviada, que eu recebi pelo João, a ata veio com duas numerações, mas a mesma ata, até com forma de letra diferente. Então, por exemplo, eu só fui achar essa ata na hora que eu entrei no drive, a ata correta, mas a mensagem que foi enviada mandou essa ata 140 com o número 140 e nº 141. E a ata 141, de fato não foi naqueles documentos anexados.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, para que não tenha dúvida, só para ficar. Para que não tenha dúvida, como teve um equívoco da Secretaria Executiva do Conselho e esse equívoco pode causar algum problema. Então, não vamos colocar nesta reunião a aprovação da 141^a. Só estamos, então, analisando a 140^a Reunião, para não ter dúvida. Na próxima reunião, então, nós vamos ter duas atas para aprovar, a da 141^a e da 142^a. Então, a 141^a não foi aprovada e será título da próxima reunião. Então, com isso nós não teremos nenhum tipo de prejuízo. Correto? Para ficar mais tranquilo, para todos aqueles que procuraram, como o Gustavo, ótimo, mas tem outras pessoas que não e também temos um equívoco na chamada, ele está pedindo a aprovação da que está acontecendo agora. Então, sem problema nenhum, não há prejuízo. Então, só estamos aprovando com as observações dadas a 140^a. Então, essa 41^a ela só será objeto de observação na próxima reunião da CTIL. Pois não, Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Sérgio, aproveitando o assunto, eu gostaria que o site do Conselho fosse atualizado, porque ali é que se tiram as dúvidas. Hoje, por exemplo, não está marcado essa reunião na agenda do Conselho. Então, você fica assim, meio perdido.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Na convocação, quando eu encaminhei as documentações dessa reunião, eu informei que em virtude de que o nosso site está sendo mudado para uma página nova, nós estamos temporariamente sem poder adicionar documentos novos lá dentro, porque senão depois nós não temos como checar se tudo que nós já atualizamos vai estar no novo portal do CNRH. Em virtude disso nós estamos até encaminhando o link com o Google Drive para vocês poderem pegar todas as documentações lá. Isso aí é temporariamente, porque o nosso site vai ser totalmente renovado e a consultoria que está fazendo esse trabalho ela está fazendo essa transferência de dados. Em virtude disso nós não estamos pondo documentos novos na página. Isso foi informado no e-mail que eu encaminhei a documentação.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Gustavo de novo, do FONASC. Inclusive o seguinte, no item 4, que a questão do Rio Paraguai, o documento cita anexos, o parecer técnico assinado pela Jussara cita anexos que não foram também encaminhados. Só foi achar depois no Drive. Então, quer dizer, é um documento, fala, cita passagem, fala, anexo a esse documento, documento tal. Anexo a esse documento, documento tal, que também não foram encaminhados.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Mas como vocês puderam ler no e-mail, foi informado que estavam sendo enviados apenas as normas que seriam deliberadas. Porque não dá para nós mandarmos tudo, imagine mandar um relatório do Plano do Paraguai, que iria estourar a caixa de todo o mundo e nós nem iríamos conseguir enviar. Eu

coloquei lá uma observação. Estão indo apenas os pareceres e as Resoluções que serão apreciadas, o restante da documentação estará no Google Drive e estão. Você viu que estão. Então, porque é impossível nós mandarmos todo esse material, vocês não conseguiriam receber e nós não conseguiremos enviar, porque o tamanho é muito grande.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA – Presidente CTIL) – Mas essas observações todas são pertinentes, estão colocadas, eu quero responder também, só reafirmar ao Conselheiro Wilson, esperamos muito em breve que realmente essa transição... Nós já estamos com problema de mexer no site atual. Então, por isso é que nós estamos fazendo um site novo, não é à toa, não é só para remodelar, que sempre bom remodelar, mas esse não é o nosso grande motivador. É porque ele não está comportando mais nada, nem colocar material dentro, nem mexer, mudar a página, coloca alguns chamados importantes. Então, nós contratamos pela secretaria uma consultora e os produtos estão saindo, nós pedimos a compreensão mesmo, porque em breve, breve mesmo, nós gostaríamos até, não é? É previsão antes do Fórum ter uma página nova, já do Conselho lançarmos e temos problemas naturais de colocar, de migrar, que tipo de plataforma, é uma plataforma mais amigável, dá para fazer chat de conversa, sobre temas. Então, mas em breve, mesmo que não consigamos antes da reunião do Fórum, mas certeza nesse semestre agora, bem próximo, nós estaremos com uma página nova que tem muito mais funcionalidade e mais possibilidade de interação, não só dos Conselheiros e representantes de Câmaras Técnicas, mas da sociedade. Nós estamos criando a questão da governança, e da Transparência para ficar bem mais claro, e nos desculpamos nesse momento de transição, esses problemas podem estar acontecendo. E essa utilização do Google Drive é uma forma que nós temos para ajudar, e nós também temos limitações, mesmo no próprio Ministério de tramitação de quantidade de materiais, no nosso próprio sistema interno do Ministério. Então, pedimos a compreensão de que nós vamos aí, usar o Google Drive mesmo. E até aproveitando, na semana passada foi instalado na Diretoria e para o Conselho um equipamento de Conferência que a Agência Nacional de Águas nos cedeu, é o mesmo equipamento que foi mandado para os Estados. Então, nós vamos dependendo tem mais capacidade um pouco mais de fazermos algumas reuniões que possam contar com a presença de colegas que estejam em outros Estados e não possam vir, ou de grupos de trabalho, ainda não, mas teremos até de Câmaras Técnicas mesmo, de repente o colega não pode vir, mas ele está sentado lá na sala dele, no Estado e está participando aqui. Consta como presença e ação. Então, nós queremos também aproveitar para modernizar um pouco mais, não só no sentido tecnológico, mas essa modernização dá possibilidade a que mesmo não estando presente aqui na sala, mas esteja presente na reunião marcando as posições e se colocando também. Então, é um passo também importante para o Conselho. Então, com isso nós aprovamos só uma ata, já está já registrada e damos início agora também aos outros itens aí, o item 3.

Item 3 - Informe da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente sobre a avaliação das Resoluções que: i) define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos segmentos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ii) estabelece processo de consulta para a definição das prioridades de aplicação dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia, para o exercício orçamentário 2019/2020. Nós temos aqui no item 3 informes da CONJUR a qual agradecemos de antemão o Doutor Sidarta, que faz parte da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e tem um carinho especial com esse Conselho, porque tudo que passa de Resoluções passa na coordenação dele, sob a coordenação dele e mais os advogados da União que estejam sob a sua coordenação. E agradecemos, e ele fará uma explanação. Obrigado.

O SR. SIDARTA COSTA DE AZEVEDO (CONJUR/MMA) – Bom-dia a todos! Como o senhor Presidente já comunicou, em respeito aos demais conselheiros e participantes que chegaram depois, eu sou Sidarta da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. O nosso convite aqui foi feito hoje em razão de algumas mudanças que acabamos por promover, inicialmente a

guisa de sugestão, mas que elas têm um certo Q de obrigatoriedade, dado ao que dispõe o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E aí nós viemos aqui para tentar elucidar um pouco aquilo que foi escrito no papel, porque às vezes o que está escrito apresenta uma coisa e eu explicando torna-se muito mais fácil o entendimento e a compreensão de todos. Primeiro, inicialmente, como eu acabei de colocar para os senhores, o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos ele dispõe que, uma vez aprovadas as Resoluções pelo Plenário elas deverão ser publicadas pelo Presidente, Presidente esse que é o senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente e o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E o § 1º do art. 15, que é o que dispõe da publicação, ele trata que, havendo incongruência, inconformismo jurídicos impropriedades redacionais e uma outra situação que eu não lembro exatamente qual, essas publicações poderão ser excepcionalmente prorrogadas. E quando que se detecta essa excepcionalidade? Exatamente quando a Consultoria Jurídica faz a análise da Resolução. Das 4 Resoluções que foram aprovadas na reunião de dezembro duas delas apresentaram esse... Um pseudo inconformismo ou até mesmo a necessidade de uma adequação redacional, razão pela qual elas ficaram paradas, não foram objeto de publicação ainda, nós até recebemos um questionamento vindo da ANA de... Por que a Consultoria Jurídica está travando? Não. Nós não estamos travando. Nós fazemos a análise e damos a sugestão, só que por ponto de uma própria disposição regimental essa sugestão, a depender do grau da sugestão que se faz e conforme nós observaremos nessas duas Resoluções que serão tratadas aqui, uma delas mexe inclusive com o mérito da Resolução, ela tem que ser submetida novamente ao Plenário. Então, por isso que essas Resoluções não foram publicadas até o presente momento, mas já passaram pela análise da Consultoria Jurídica, já foram devolvidas pelo Conselho e eu acredito que devam ser incluídas na pauta da próxima reunião do Plenário. A primeira que nós vamos tratar aqui é a proposta de Resolução, salvo engano essa seria a 194, que é a que trata da indicação dos Conselheiros. Foram feitos muitos ajustes, breves ajustes redacionais nela, mas acredito que um ou dois sejam bastante... Atraíram a atenção da Consultoria e que ensejaram essa modificação de mérito por nossa parte. O primeiro dele diz respeito ao art. 3º da Resolução, que trata da indicação dos Conselheiros, que ele vem nos dizendo que, os Conselheiros terão mandato de 3 anos, correto? De 36 meses, sendo que, se eu tiver um Conselheiro e um suplente esse mandato será dividido por dois e se tivermos um Conselheiro e dois suplentes esse mandato será dividido em três, de forma que nós teríamos aí o primeiro, na primeira hipótese um Conselheiro suplente dois mandatos de 18 meses e na segunda hipótese 3 mandatos de 2 meses. Só que essa disposição como veio escrita, ela fere o que o Decreto menciona, porque o Decreto fala que os Conselheiros serão indicados pelas representações com prazo de até 3 anos. Então, a partir do momento que eu faço uma disposição dizendo que o prazo daquele Conselheiro titular vai ser fracionado com o suplente, eu estou ferindo a disposição do Decreto. Então, essa foi a razão... Roseli, se você puder abaixar um pouco mais. Decreto 4.613, está certo? Que ele vai tratar e vai falar que os mandatos serão de... Terão mandatos de 3 anos. Então, eu não posso dizer que o mandato do Conselheiro titular será de 18 meses e do suplente será de 18 meses. Isso por quê? Primeiro, eu estou ferindo uma disposição do Decreto, ele fala que é de 3 anos. Segundo, a partir do momento que eu faço isso eu estou ferindo até mesmo a própria sistemática da indicação do titular, porque cada titular tem uma indicação própria do seu segmento. Se eu quero que aquela pessoa seja o titular, eu quero que ela me represente durante os 3 anos. Nos foi aventado que na prática isso já é feito. Tudo bem, se isso na prática é feito nós temos aí um acordo de cavalheiros. Pode ser observado? Pode. Eu só não posso constar na Resolução, porque isso seria até lido por alguém insatisfeito com aquilo como uma ilegalidade. Por essa razão nós postulamos a alteração dessa redação, se você puder descer mais um pouco. Não. Volta. Na verdade nós sugerimos a exclusão dos parágrafos. Pode descer.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – É porque eu não me lembro, na reunião da CTIL, dessa disposição de fragmentação de mandatos. Eu acho isso, assim, isso e estupro da ideia do mandato. Entendeu? Não sei quem foi o louco que propôs isso e quem foram os loucos que aprovaram isso. Não passou aqui pela CTIL.

O SR. SÉRGIO GONÇALVES (MMA – Presidente da CTIL) – Só para ficar claro, a CTIL é uma Câmara Técnica que ela orienta o Plenário. As modificações, os Conselheiros e Conselheiras do CNRH fazem as modificações dentro do Plenário que julgarem necessárias e são aprovadas pela votação. Então, eu só alerta aos representantes, a nossa Câmara, que nem tudo, infelizmente ou felizmente, que aí por isso é que tem um Conselho, ele lá nem tudo que nós mandamos igual passa. Então, até porque eles são os Conselheiros e Conselheiras, é o pleno do Conselho. Então, isso foi alterado, acharam por bem ser alterado...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Eu gostaria de deixar registrado e consignado em ata, inclusive para conhecimento da Procuradoria, que esse absurdo, essa coisa ridícula que eu não sei quem foi, não vou nem adjetivar quem propôs essa coisa absurda, isso não passou pela CTIL.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) - Eu também não me lembro de ter passado pelo Conselho. É. Pelo Conselho. Pelo Conselho não passou. É. Eu gostaria de ver projetada essa Resolução com esse...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Como eu não sou do Conselho titular não vou solicitar ao João Clímaco que é e outros colegas que são, aliás eu nem sei se o João é titular, mas vou solicitar que conste em ata da reunião do Conselho quem foi que fez essa proposta, para que fique bem claro que tipo de... Da fonte... Espero até que não tenha sido nós, pode ter sido, não duvido de nada nesse mundo, mas eu quero saber quem foi o louco que propôs esse negócio. Quero saber. Já estou chamando de louco de antemão, mas eu não sei quem é, não é pessoal. A minha crítica não é pessoal. Eu não estou sendo pessoal. Eu estou chamando de louco a ideia, não é a pessoa.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito. Mas a ideia de agora é essa mesma, é a Consultoria Jurídica do Ministério nos ajudar, que ela faz esse papel fundamental, não só o Ministro que é o Presidente do Conselho, que é a função, de que o Ministro não possa assinar nada que tenha qualquer grau de ilegalidade e possa ser, posteriormente uma Resolução é publicada, tem qualquer tipo de ação administrativa ou judicial contra uma Resolução, que isso é um desgaste muito grande para o Conselho. Então, evita-se isso e a sua produção fundamental é essa mesmo. Então, a ideia é essa para nós podermos... Isso, vamos dizer assim, sempre é bom socializar e ver o que está acontecendo, porque nós cada vez mais na CTIL vamos trabalhar para que isso não ocorra.

O SR. SIDARTA COSTA DE AZEVEDO (CONJUR/MMA) – Perfeito. Roseli se você puder voltar um pouco também. Pode voltar. Sim, pode voltar mais. Assim, um outro ponto que também foi trabalhado nessa Resolução foi uma questão de que pudesse, talvez, suscitar dúvida interpretativa, é o que diz respeito ao art. 8º § 1º. Vejam os senhores que a divulgação das assembleias setoriais ela, conforme está escrito, ela será feita por Diário Oficial da União, jornal de grande circulação e dizia-se por meio eletrônico. Só que o meio eletrônico ele ficou um pouco vago no nosso entendimento. O que é o meio eletrônico? O meio eletrônico, vejamos os senhores que nós tivemos uma confusão, hoje, relatada pelo senhor Conselheiro de uniforme que foi passado para os senhores que ele veio incompleto, ele veio com dúvida de interpretação. Então, a informação por meio eletrônico ela ficou bastante solta, porque ela poderia ser por e-mail, pelo site do CNRH, pelo site do Ministério do Meio Ambiente, todas essas são formas de meio eletrônico, por uma lista de e-mail até em uma interpretação bastante radical, mas que hoje em dia é bastante presente no dia-a-dia de todos nós, até mesmo uma mensagem de Whatsapp em um grupo poderia ser representada por meio eletrônico. Então, nós sugerimos que o meio eletrônico fosse complementado na página da internet do CNRH e salvo engano foi acatado, essa redação foi

incorporada a Resolução também, de forma que nós teremos, no caso das assembleias setoriais a divulgação em Diário Oficial da União, em um jornal de grande circulação, meio eletrônico e na página de internet do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para se dar ampla publicidade a todos. O outro ponto que foi colocado também para fins de revisão, foi o que dizia respeito ao prazo que a Secretaria Executiva teria para poder fazer... Estabelecer os procedimentos de cadastramento, recadastramento, descadastramento e atualização cadastral das entidades no Core, porque na redação original, ou melhor, aqui, não é? Veja bem o que dizia o § Único, que após a instalação do sistema Core a Secretaria Executiva terá o prazo de 90 dias, a partir da publicação da presente Resolução. Mas e se o sistema Coreh já estiver sido instalado e os prazos de 90 dias já estão contando, eu tenho a instalação mais 90 dias? Nós tínhamos essa dúvida aqui também, de interpretação. Nos foi esclarecido que o sistema Coreh, o sistema já está instalado. Correto. Então, nós alteramos aqui dando o prazo de 90 dias a partir da publicação, para que a Secretaria Executiva do Conselho Nacional estabeleça os procedimentos para cadastramento, e recadastramento, e descadastramento. As demais sugestões que foram feitas nessa Resolução específica aqui, elas são meramente redacionais, um erro de digitação aqui outro ali. Por que a devolução para o Plenário? E aí Conselheiro, com toda razão, não foi a CTIL que aprovou, nós estamos tratando tão somente de uma disposição regimental que determina que, havendo essas hipóteses de retificação das Resoluções, elas têm que ser devolvidas ao Plenário e o Plenário tem que obrigatoriamente inseri-las na pauta subsequente, elas não podem ser simplesmente modificadas pela Secretaria Executiva e aprovadas de acordo com as nossas sugestões, elas têm que ser desenvolvidas para apreciação do Plenário. Essa aqui foi uma delas e agora nós temos também a que seria, salvo engano, a 193, que trata da hierarquização das prioridades... É, a 193, que trata da hierarquização das prioridades para a promoção da cobrança pelo uso da água referidos na Lei 9.648, que é o uso da água oriundo da cobrança de geração de energia elétrica. Aqui qual foi o problema que nós tivemos? Quando nós recebemos a Resolução 193 para análise, que nós passamos a sua apreciação, ela causou uma série de... Como é que eu posso dizer? Assim, confusões interpretativas que acabaram nos levando para um estudo mais aprofundado de várias Resoluções do Conselho que vinham a tratar do tema para que nós pudéssemos entender. E aqui o que nós fizemos? Nós fizemos uma sugestão para a solução dessa situação pontual e trouxemos também eventual sugestão, que se acatada pelo Conselho, para ser aplicada pelas demais... Para as demais Resoluções que vêm a versar sobre esse assunto. Sei também que essa Resolução ela é própria da matéria da Câmara Técnica de Cobrança, já fizemos essa exploração a eles, mas acredito que o tema também passe pelos senhores para fins de adequação redacional, até da legalidade, afinal de contas é a missão institucional da Comissão. Bom, o quê que nos causou aqui a primeira espécie na leitura da Resolução 193? Se nós pegarmos o art. 1º dela ela vem dizendo o seguinte: definir para o biênio 2019/2020 as prioridades de aplicação dos recursos provenientes de cobrança pelo uso da água sobre a parcela do valor de energia elétrica produzida. Então, se eu lei no art. 1º que ela está definindo as prioridades para o biênio, o que eu espero ler na sequência? As prioridades para o biênio, por que o art. 1º normalmente, de um ato normativo, seja ele Lei, Decreto, Resolução, instrução, Portaria, ele deve conter o objeto aquele ato. Então, se eu estou definindo as prioridades para o biênio eu espero encontrar abaixo as prioridades desse biênio. Só que aí, lendo o art. 2º o que eu tenho? Pode descer mais um pouco, Roseli, por gentileza? Para ficar o art. 2º todo aí na tela. Aí veja os senhores que o art. 2º ele não traz as prioridades. Ele vem e fala o seguinte, que o § 3º do art. 3º da Resolução CNRH nº 70 alterado pelo art. 1º da Resolução 97 passa a ter a seguinte redação. Então, eu já não tenho aqui as prioridades que eu esperava ler que estavam previstas no art. 1º e tenho um outro conteúdo no art. 2º. O que diz esse conteúdo? A hierarquização das prioridades. Espera aí, no art. 1º eu estava buscando prioridades aqui. Eu estou buscando hierarquização de prioridades. Então, da leitura da Resolução eu não consegui alcançar nem quais são as prioridades e já estou tratando de hierarquização dessas prioridades que eu não encontrei. Ele vem dizendo o seguinte, para hierarquização das prioridades atinentes a aplicação dos recursos da cobrança, o CNRH deverá consultar, além dos Comitês de bacia dos rios e águas de domínio da União, os Conselhos Estaduais de recursos hídricos e os Comitês estaduais, os Comitês de bacia hidrográfica estaduais.

E determina-se também a inclusão dos § 5º e 6º do art. 3º. O art. 3º ele inicialmente tinha apenas o § 1º e 2º, a Resolução nº 97 inclui o art. 3º... § 3º. Perdão. Que nós estamos modificando aqui e o § 4º, e também são incluídos os § 5º e 6º, complementando o § 3º, dando o prazo para que essa consulta seja encaminhada a ANA até o dia 15 de abril e que a ANA deveria publicar esse resultado dessa consulta... Perdão. O produto dessa consulta enviado a ANA deveria ser publicado no site do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, eu tenho uma série de informações tratadas nessa Resolução 193 que na prática eu não consigo extrair conteúdo dela da forma como redigida. E aí o que nós fizemos? Nós fomos atrás dessas Resoluções outras para tentar buscar o sentido que se quis dar a elas. E aí nós verificamos que na Resolução nº 70 eu tratava da forma de consulta para o estabelecimento de prioridades, isso lá em 2007. Em 2007 ela tratava de prioridades para um exercício específico, isso se manteve durante um tempo, mas aí vem a redação da Resolução nº 97 e ela muda de anual para bianual, correto? E depois nós temos que a aprovação das prioridades do período de 2016 a 2020 já tinham sido aprovadas pela Resolução nº 181, se não me falha a memória. Então, a Resolução 193 ela não buscava estabelecer prioridades como o art. 1º dela (...), ela buscava o quê? Efetivamente a hierarquização dessas prioridades que já haviam sido aprovadas... Havia sido aprovadas pela Resolução 181. Para tentar entender como ficaria a Resolução 193 da forma como ela foi aprovada, modificando o § 3º do art. 3º da Resolução 70. Nós inserimos na Resolução 70 as modificações de redação que foram feitas, tanto pela 97 quanto pela 193, para nós entendermos. E a partir do momento que nós fizemos isso nós verificamos que a Resolução 193 ela iria trazer inconsistência para o próprio sistema, para a própria forma de estabelecimento prioridade e hierarquização dessas prioridades. Vejam os senhores que, o art. 3º da Resolução nº 70, ele foi alterado pela 97, ele passou a ter a seguinte redação: para dar cumprimento ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 9984, combinado com o art. 2º dessa Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH, a cada 2 anos aqui nós temos a primeira mudança, que a Resolução 70 ela era anual, ela falava para cada ano. Formalizará processo de consulta aos Comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União e aos Conselhos estaduais hídricos terá como referência o formulário constante do anexo integrante dessa Resolução. O art. 21 § 4º da Lei 9984 é exatamente o que determina a articulação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos com os demais Comitês e Conselhos estaduais, para se estabelecer a prioridade do uso dos recursos. Aí vem o nosso § 3º novo, cuja redação foi dada pela 193, para hierarquização das prioridades atinentes a aplicação dos recursos da cobrança. Aqui eu já tenho a primeira incongruência, porque o parágrafo ele deve obediência ao caput do artigo que ele está inserido. O caput, até o Ministro Marco Aurélio do Supremo Tribunal Federal usa muito a expressão e é possível que o senhor já tenha escutado, mas o caput é a cabeça do artigo. Então, é ele que determina o que vai ser tratado aqui embaixo. Então, no meu caput fazendo remissão à uma disposição legal eu estou tratando de prioridade, mas no meu parágrafo está tratando de hierarquização dessas prioridades. Então, a prática de se modificar esse parágrafo, ela acabou trazendo em um vício para ele próprio, porque a partir do momento que eu mudo o parágrafo eu tenho que mudar toda a Resolução, senão ela perde o seu sentido. E aqui foi o primeiro ponto que nós observamos, o artigo trata de prioridade, o parágrafo trata de hierarquização dessas prioridades. Então, eu trago aqui um novo comando que não existe no artigo. Voltando a redação nº 70. O início do processo de consulta referente ao biênio 2010/2011, a 193 trata do biênio 2019/2020. Então, mais uma vez, modificando apenas o § 3º sem modificar o § 4º ele ficou solto. Eu não tenho obediência inteira ao que o artigo determina. Aí vejam, o processo, o início do processo de consulta será deflagrado pela Secretaria até o dia 20 de Dezembro de 2008. Espera aí, como é que um processo de consulta deflagrado em 22 de dezembro de 2008 vai se referir ao biênio 2019/2020? Então, eu não posso simplesmente aprovar a 193 com a simples modificação do § 3º do art. 3º da Resolução 70. Aqui... Aí vem, o resultado do processo de consulta deverá ser encaminhado pelo CNRH ANA até o dia 15 de abril e o produto é a consulta enviar a ANA deverá ser publicado na página eletrônica do CNRH. Isso aqui é 193, de novo, fazendo toda a construção para os senhores, sendo até repetitivo e chato, eu entendo. Um caput dizendo que é prioridade, um parágrafo dizendo que é hierarquização de prioridade, um outro parágrafo dizendo que se inicia em 2008 e um outro parágrafo dizendo que o prazo é até abril de

2018. Então, na verdade nós estamos dizendo que até hoje o processo de consulta da Resolução nº 70 ele está aberto, porque o prazo para ele finalizar seria abril de 2018. Então, da forma como foi aprovado não poderia ser. Aqui também uma outra informação importante, o que diz o art. 4º. Art. 4º. Perdão. As informações que se referem ao anexo deverão ser encaminhadas a ANA até o dia 15 de abril do ano seguinte, ao início do processo de consulta referido no § 3º. A Resolução 70, por se tratar das prioridades específicas daquele exercício, ela tinha um anexo próprio, com as prioridades daquele ano. A Resolução 193 ela trouxe um novo anexo incompatível com esse daqui. Então, ao mudar tão somente o § 3º, nós continuamos com uma Resolução, uma incompatibilidade de anexo, porque a Resolução 70 tem um anexo próprio e deixou de ser observado pelo anexo da 193. Aqui temos também uma mudança de prazo, porque a partir das informações a que se refere à ANA submeter ao ser CNRH até o dia 30 de abril do ano seguinte. Aqui nós não temos esse prazo. Nós falamos que deve ser encaminhado a ANA até o dia 15, mas nós não dizemos quando que a ANA terá que devolver isso para o Conselho. Poderíamos conjugar esse prazo daqui com esse prazo daqui. Então, nós teríamos uma... Nós inferiríamos que a ANA teria do dia 15 de abril até o dia 30 de Abril para poder fazer a compilação desses dados. Só que aí o que ele me traz? Ele se reporta ao art. 3º e não o § 3º. O art. 3º ele iniciou em 2007. Então, a ANA teria dia 30 de abril do ano seguinte, ou seja, até 30 de abril de 2008. Eu não teria um prazo de cumprimento da ANA.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Desculpe, mas é porque a sua explanação você está fazendo várias referências a artigos, números e tal. Eu acho que você já nos convenceu, pelo menos eu já me sinto convencido de que da forma como foi redigida a Resolução ela não tem, não tem como passar. Não é? Então, eu acho que talvez coubesse aqui, nesse momento, não sei se você ainda tem muita coisa para explicar, mas eu acho que... Eu acho que já está claro a inconveniência, os vícios de redação da norma. Eu não sei se nós precisamos ver item por item. Eu acho que nós poderíamos discutir algumas coisas do encaminhamento disso, inclusive, na minha opinião, da necessidade talvez, de uma presença maior da Procuradoria. Procuradoria ou Consultoria Jurídica? Da Consultoria Jurídica, até em algumas reuniões nossas que forem tratar dessa matéria. Por que isso foi para o Plenário sem passar pela Consultoria Jurídica antes? Pois é. Então, eu acho que é uma coisa que, que eu acho que nós deveríamos discutir aqui, não é? Por exemplo, aquela primeira questão que o Sidarta, Doutor Sidarta apresentou, eu acho que é o tipo... Era a típica coisa que dava para resolver aqui com a presença de alguém da Procuradoria para ajudar amarrar. Não estou querendo falar que os advogados têm sempre razão não, porque geralmente eles não têm, mas muitas vezes tem.

O SR. SIDARTA DE AZEVEDO (CONJUR/MMA) – Senhor Conselheiro, só fazer um esclarecimento. Aqui já está acabando, na verdade o que eu quis demonstrar não o equívoco da redação, mas o equívoco, talvez, que se tenha, apenas modificando um parágrafo de uma redação pretérita. A nossa ideia, e vai ser logo abaixo, nós estamos propondo uma redação muito mais concisa, e que atende aquilo que foi efetivamente debatido, e proposto, e até sugerido que seja feita uma Resolução guarda-chuva perene, para que nós não tenhamos no futuro apenas a modificação, porque nós estamos resolvendo aqui o biênio 2019/2020. Imagina que 2020/2022 nós não tenhamos essa, não tivéssemos tido essa conversa e daí estaríamos de novo aprovando uma Resolução que modifica o § 3º com a Resolução de 2007. E é isso que nós estamos tentando demonstrar que, sugerir para que essa prática não seja repetida no futuro, exatamente por conta dessas inconsistências que ela vai apresentar. Mas sem querer tomar o tempo nós acabamos aqui, na verdade são só demonstrativos do que foram alterados pelas Resoluções. E aí tentando satisfazer o intuito do que foi a Resolução nº 193 nós apresentamos uma outra redação, que vai buscar exatamente o espírito da 193 e para fazer isso o que nós fizemos? Nós lemos a ata em que tem as discussões dos Conselheiros. O que se buscava? Se buscava efetivamente um procedimento de hierarquização das prioridades do biênio 2019/2020. Por quê? Porque as prioridades, como já dito

aqui, elas já foram aprovadas por uma outra Resolução. Então, na verdade o que se busca é tão somente estabelecer uma hierarquia entre aquelas prioridades que já foram aprovadas. Só deixando claro também, talvez essa minha fala deveria ter vindo logo no início, nessa Resolução nós não modificamos mérito algum, nós apenas tratamos de redação, tentando buscar aquilo que foi aprovado pela CTCOB e o que se espera tenha sido aprovado pelo... Que o Plenário tenha pretendido aprovar. É tão somente uma adequação redacional aqui. Nós estabelecemos o objetivo no art. 1º, redefinir o procedimento de hierarquização da... A consulta para hierarquização de prioridades do biênio 2019/2020. No art. 2º nós colocamos que o procedimento de consulta vai se basear no anexo a essa Resolução, o anexo que foi aprovado pela Resolução 193. Aqui também nós não mexemos nele. A referência que eu fiz ao anexo da 70 é porque a 70 tinha um anexo próprio, a Resolução 193 também tem o seu. Então, o anexo ao qual nos reportamos aqui no art. 2º é o anexo que foi aprovado pelo Conselho. No art. 3º também é a participação dos Comitês e de bacia dos rios de águas de domínio da União, Conselhos estaduais e Comitê de bacias estaduais, mantendo a determinação no § 1º, de que onde não houver Conselhos Estaduais de recursos hídricos a consulta deverá ser feita aos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, isso também já aprovado anteriormente pelo Plenário. As informações poderão ser complementadas pelas pessoas, pelos destinatários da consulta, também disposição aprovada anteriormente pelo Conselho. E aqui nós mantivemos os prazos. Para não falar que nós adentramos no mérito, como na Resolução 70 alterada pela 97 ela falava que a ANA deveria submeter ao CNRH até o dia 30 de abril do ano em que iniciada a consulta, nós transpusemos para cá essa disposição. Ou seja, o processo de consulta deverá ser encaminhado pelo CNRH a ANA até o dia 15 e a ANA deverá, até o dia 30, devolver esse processo, a compilação dos dados, o resultado desse processo para o Conselho, seguindo a sistemática do que já era aprovado. Então, aqui é uma redação mais enxuta que tenta atender ao próprio escopo da Resolução 193. E o que nós sugerimos ao final, no meu despacho, é que se pegue a Resolução 70, que a Resolução 70 é uma Resolução muito boa, ela é bastante trabalhada, ela tem todos os dispositivos necessários para esses processos de consulta, que se trabalhe a Resolução 70 de forma que ela seja no futuro uma nova Resolução, seja revogada a 70 e seja aprovada uma nova no futuro, que estabeleça tanto os processos de consulta para criação das prioridades e os processos de hierarquização dessas prioridades. Essa foi a sugestão que nós colocamos e de novo, por se tratar de uma modificação muito profunda, embora não tenha mérito, pelo que dispõe o art. 15 § 1º do Regimento Interno, deverá ser submetido novamente ao Plenário para aprovação. Quanto a nossa participação nas reuniões, que o Conselheiro colocou, infelizmente não existe essa previsão regimental, hoje os processos não passam pela consultoria antes, eles passam tão somente depois da aprovação, salvo engano é uma matéria que já foi bastante debatida no Plenário e o Plenário ainda não concorda com a ideia da nossa participação, mas já nos colocamos à disposição para participarmos, ainda que informalmente, para esclarecer alguma dúvida que se faça necessária no processo, até mesmo para tornar mais célere e evitar essas idas e vindas da forma como são aprovados. E também só fazendo um adendo, lá dentro, salvo engano eu estou há um ano e meio na Consultoria, apenas 3 Resoluções nós fizemos modificações de redação, na sua quase totalidade elas passam sem nenhum problema, sem nenhuma volta. Sei que no passado elas demoravam um pouco mais, mas até na gestão do Doutor Rafael, que é o consultor jurídico, temos tentando imprimir uma celeridade maior nas análises das Resoluções. Bom, essa era a minha participação aqui, agradeço ao Presidente pelo convite e a oportunidade de poder trazer para elucidar para os senhores as razões pelas quais essas Resoluções ainda não foram aprovadas. Obrigado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA – Presidente da CTIL) – Agradecendo Doutor Sidarta, por favor. Então, nós temos aqui na CTIL, oficialmente duas Resoluções que foram observadas pela Consultoria Jurídica após a aprovação de Plenário, que elas merecem modificações para ficarem, para atingirem os seus objetivos e com isso o Regimento Interno faz com que ela deva voltar ao Plenário, porque a Plenária que aprovou um texto. Então, só o Plenário

tem essa prerrogativa de reajustá-la. E claro, com o retorno dela, ela voltando a Câmara Técnica, já foi explanado, o Doutor Sidarta fez a mesma explanação na CTCOB do que aconteceu, sempre no sentido de nos ajudar a ter Resoluções melhores, compreensíveis e que não tenham problemas futuros, as Resoluções resolvam, elas servem para isso, não é? Para resolver conflitos. Não é? Ou esclarecê-los. Então, nós temos hoje, com esse retorno e as sugestões, aí eu gostaria até de contar com a colaboração da CTIL, de que... Abrindo a palavra, claro, mas em acordando nós mandemos também, referendamos essas alterações para que isso já conste da próxima reunião já do Plenário as adequações. E só ficando claro que, em conversas sempre no sentido de melhoria de procedimento e de entendimento, respeitando todo o procedimento da Lei de criação, da Lei das Águas, da criação do Decreto de criação, e de organização do Conselho, e das suas Câmaras Técnicas, não é? E esse processo existe, não é de agora. O Conselho neste ano faz 20 anos de instalação. Então, nós temos uma data importante, 20 anos de instalação. O ano passado foi 20 anos da Lei das Águas e esse ano 20 anos de instalação do Conselho Nacional de Recursos os Recursos Hídricos, são importantes, são 20 anos de atividades. Para que nós possamos, já conversamos e temos toda a colaboração sempre, de que a Consultoria Jurídica também, independente de fazer parte oficialmente da Câmara Técnica possa acompanhar quando preciso. E também nós já pedimos, até usamos desse expediente na reunião do Conselho passado, Doutor Rafael como consultor jurídico esteve lá, nos apoiou com a assessoria também em temas específicos, ele esteve lá pessoalmente. Então, da Consultoria Jurídica estar presente nas reuniões da CTIL, convidando e também nas reuniões do Plenário do Conselho, isso no sentido de ajudar, de ajudar para que nós possamos desenvolver nossas atividades da melhor forma possível. E ficando só claro o Conselho não é subordinado a Consultoria Jurídica do Ministério. (...) legalmente é a CTIL responsável dessa área, mas claro que é importante o Ministro, como Ministro de Estado e presidente do Conselho, não assina instrumento nenhum sem passar pela sua Consultoria Jurídica. A Consultoria Jurídica é do Ministro Então, isso é um filtro importante, em nenhum momento para desqualificar ou não referendar o que está sendo feito, mas sim, de clarificar temas que possam criar algum tipo de problemas maiores do que soluções nas Resoluções. Então, de antemão nós aqui oficializamos e até já constando, que nós iremos pedir sempre a presença da Consultoria Jurídica do Ministério nas reuniões da CTIL, que nos ajudará muito e todos os momentos que precisarmos. Em outras Câmaras Técnicas, também, se assim o Presidente da Câmara Técnica achar importante. Então, a palavra está aberta para manifestação. Por favor.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE-PRESTADORAS) – Luiz Eduardo das Prestadoras. Eu acho que a ideia é referendar as alterações propostas pela Advocacia-Geral da União e sugerir, talvez uma nota de atenção ao Conselho para ele lembrar que existe a CTIL, porque se existe uma Câmara Técnica institucional e legal ela serve justamente para fazer a análise desse tipo de documento, seja Resolução, seja moção, seja lá o que for. Então, na verdade nós estamos há quase uma hora e meia discutindo um assunto que é nada mais nada menos que um retrabalho. Isso aqui já poderia ter morrido há muito tempo atrás e isso aí já poderia ter sido algo já, de uma aprovação, mas estamos caminhando para trás e agora estamos caminhando para frente. Só isso.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (MMA/SRHQ) – Primeiro quero agradecer ao Sidarta a apresentação que fez, eu acho que foi muito interessante, muito importante mostrar aí os detalhes que, de alguma forma passaram pelo Conselho em geral. Eu, como sugestão Sérgio, seguindo o que você comentou antes, o procedimento ele é da Consultoria Jurídica avisar se tiver alguma coisa que possa, não que não seja importante, mas que seja importante e possa modificar conteúdos de Resoluções ou moções, retornar ao Conselho. Eu creio, não sei se como sugestão aqui, mais ou menos, que isso... E, bom, e o retorno ao Conselho se dá no Plenário do Conselho. Tá...? Então,

eu acho que se for consenso aqui da CTIL, que lá no Plenário do Conselho, para evitar que o Conselho, que alguém peça e falar, isso tem que passar pela CTIL outra vez. Não é? No nosso caso talvez se a CTIL, se nós aqui concordarmos o Presidente pode no momento, se for feito essa sugestão, dizer que já foi discutido na CTIL, que estaria hábil já, para discutir essa... Têm as duas Resoluções, elas têm urgência, mas elas têm importância que seja aprovada, prazo, que seja, principalmente essa última que tem esses prazos que é abril. Quer dizer, a próxima reunião do Conselho vai dar em Junho, ou seja, esses prazos todos já caíram. Então, é importante, então, que, ou pelo sim, ou pelo não o Conselho resolva essa questão lá e se tiver alguma sugestão de voltar para a CTIL aí, se nós aqui chegarmos a esse consenso o Presidente chega e fala que já foi ouvida a CTIL.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) – Bom, primeiro eu queria cumprimentar aí o Doutor Sidarta, a Consultoria Jurídica em nome do Doutor Sidarta, pelo trabalho, pela análise efetuada. Realmente essa Resolução era uma colcha de retalhos, não é? Isso aí é para quem ler não entender, porque essa busca de Resoluções anteriores é uma confusão tremenda. E eu achei que a versão apresentada aí ela é bem mais... Ela é mais objetiva e acho que atende. Mas eu ainda fiquei com dúvida em um ou dois pontos. Sobre a Resolução anterior eu fiquei preocupado com aquela mudança ocorrida. Eu participei da reunião do Conselho e não me lembro, aliás as reuniões do Conselho é o seguinte, vão lá, olha, essa aqui alguma observação? Não tem, aprovado, ninguém discutir nada. Essa que é a grande verdade, não é? Se passou essa proposta ilegal, vamos dizer assim, não é? Eu não me recordo e não costumo cochilar, porque eu como representante do segmento não posso me dar ao luxo de cochilar e ver prejudicada a representação do meu segmento. Então, eu fico preocupado em dar um aval a essa Resolução aqui na CTIL sem dar uma olhada antes. Eu acho que nós vamos ter que olhar essa Resolução anterior antes, não é? Para dar o aval, porque assim como tem, teve esse problema pode ser que tenha outro. Eu agora já fiquei desconfiado, não sei o que houve, como que aconteceu isso, mas fiquei preocupado, pode ser que tenha sido um cochilo meu, mas para dar o aval assim, eu gostaria de reler antes a Resolução como um todo, não é?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – A título de esclarecimento, o retorno, só para ficar claro, nós estamos com um procedimento até para poder socializar, mas não há necessidade de aval de Câmara Técnica alguma. A Consultoria Jurídica apontou volta para o Plenário. Só para ficar claro. Mas nós estamos tentando aqui, porque o Plenário como é soberano também pode na hora levantar, e falar, e voltar que volte para a Câmara Técnica. Isso o Plenário, o único que pode fazer voltar para a Câmara Técnica é o Plenário e o Plenário pode votar qualquer coisa e falar assim. Então, vamos voltar, até para a CTCOB, um exemplo, no nascedouro das Resoluções. Só, Wilson, é importante isso para ficar claro. O que nós estamos tentando antecipar aqui, além de termos essa oportunidade de discutirmos em alto nível, isso é importante, não é dizer se é mérito ou não, mas assim, elas têm os seus méritos, são importantes, só que como essa última ela vem buscando, buscando e buscando, uma hora você se perde, não é? Porque você acaba se perdendo em datas e outras coisas, tanto é que estava aqui, está anotado, aí é uma proposta que eu irei fazer ao colegiado aqui, que é solicitar já, oficialmente a CTCOB que... Não sei se vai ser a CTCOB, mas eu acho que sim, a questão das prioridades de... Para que ela reveja a 70. Isso é uma outra coisa, está certo? Que em função do parecer da Consultoria Jurídica e que está escrito formalmente de que ele propõe que para uma melhor organização do sistema se reveja a 70, não... E se até no caso ela tenha a sua validade com que ganhe um outro... Se aproveite dela e ela ganhe uma nova Resolução. Então, isso está anotado que nós vamos colocar no momento certo, se a CTIL assim determinar nós voltaremos para, e já como indicação da CTIL, que a CTCOB se debruce na 70. Mas fora isso nós estamos tentando ver aqui se com as modificações, porque como o Júlio falou, se alguém já levanta e pede para voltar para a CTIL, nós poderíamos, se assim o for e assim esse colegiado o determinar, falar, não a CTIL já se debruçou e já ganhou esse tempo, e energia, e somos a favor das modificações. Isso é uma

possibilidade, mas é uma possibilidade de que isso, já ganhemos esse tempo. Mas o que decidirmos aqui sobre as Resoluções não impede que ela vá para o Plenário. As duas vão para o Plenário, porque isso é uma determinação regimental. A CONJUR apontou as consistências voltam para o Plenário.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Tem uma questão só de ordem. São duas Resoluções com direcionamentos diferentes. Me pareceu isso. Uma que não passou pela CTIL. Então, nós temos que bem diferenciar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – Não. Passaram...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (MMA/ANA) – O acréscimo que não passou.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (MMA/ANA) – Da primeira.

(1:13:13). O SR. NÃO IDENTIFICADO – A mudança não passou.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (MMA - ANA) – Pois é, a mudança que não passou e a segunda passou integralmente pela CTIL. Não é?

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (MMA/SRHQ) – Não, o ponto é o seguinte, é que a Consultoria Jurídica, a Advocacia-Geral da União ela não fez alterações de mérito nas Resoluções, pelo que eu entendi. Ela fez equações tão somente, digamos, de estrutura da norma. Ele viu, a explicação para mim ficou muito clara, são congruências entre parágrafos, entre caput e parágrafos, quer dizer, o caput mencionava uma coisa, chegava o parágrafo tentava, na verdade, virar um caput. Então, o que eles fizeram foi uma adequação normativa, eles não entraram no mérito, não falaram se aquilo está certo ou está errado. Eles não fizeram isso. Então, assim, é por isso que quando eu falei de referendar, referendar essas adequações. Eu acho que isso, para mim, é a minha colocação, para mim isso eu não vejo problema algum, porque o que eu coloquei foi, que quando houve essa modificação isso deveria ter retornado para cá, isso não deveria ter ido direto para lá. Esse é o ponto, que obviamente isso daí não é nem...

(A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (MMA - ANA)) – Como que vai se dar no futuro uma condição parecida e sempre vai voltar e como é que vai... Então, isso que nós vamos ter que...

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (MMA/SRHQ). Eu acho que mudanças desse tipo que ocorrem, possam ocorrer no Plenário, não há como impedir, não é? Eu acho que cabe a todos nós que lá no Plenário, os nossos representantes lá, quando ocorrer um negócio desse tipo, olha, isso aí meio complicado, se for fazer isso vai ter que voltar para a CTIL, para onde, qualquer que seja a Câmara Técnica. Agora, o Plenário é soberano, inclusive para mandar coisa errada. E aí sim, a Consultoria é claro... Agora, eu só queria fazer um comentário, Wilson, eu, meu modo de entender, essa que eu estou tentando recordar aqui eu acho que a primeira, se for a primeira, segunda, é que

eu não lembro qual foi a primeira, desse que está retornando ao Plenário, uma Resolução, uma moção do Conselho. Eu não recordo. Não recordo. Eu entendo... Então, é novidade. Eu entendo e ao retornar ao Plenário, o Plenário tem que discutir aquilo que foi levantado pela, no caso pela Consultoria. Então, se o problema é o artigo, sei lá, 3º, vamos discutir o ant. 3º, não é agora nós voltarmos a discutir a Resolução inteira, entendeu? Porque isso aí sim, aí volta, volta, volta, volta lá atrás. É. É o mérito. Então, discute-se... É, discute-se aquilo que está sendo sugerido, trocar, cancelar ou se a Consultoria Jurídica chegar e falar, a Resolução inteira ela tem problema, aí sim discute a Resolução inteira, mas aquilo que for identificado. Então, eu vejo nesse sentido.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Vai ser a palavra para Conselheiro Gustavo e eu vou dar o encaminhamento em seguida, só para, já referendado. Não há necessidade de aprovação aqui. Nós estamos dando ciência para melhorar o procedimento, para entender o que está acontecendo, mas não há nenhuma necessidade de aprovação ou não na CTIL, a CONJUR está devolvendo ao Plenário do Conselho, que é soberano. Claro que nós representamos as instituições, temos o dever de, não é? Quem não for o Conselheiro que não estiver lá, mas avisar ao Conselheiro que aconteceu isso, para ele não chegue também, seja pego de surpresa, por quê que está voltando. Ficando Claro, a CONJUR não, ela não entrou dizendo, nenhum momento está escrito que a Resolução não tem seu mérito. Ela tem o mérito dela. Tem consistências na forma de descrever ou se referenciar a artigos de outras Resoluções. Então, realmente é isso que será debatido no Plenário do Conselho. Por favor, Conselheiro.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Eu não sei se aqui seria assim, o registro em ata, a CTIL consensuou, está de acordo ou uma moção de acordo, não é? Agora, eu gostaria realmente que nós tratássemos das duas Resoluções separadamente, não em bloco e quais pontos que nós vamos referendar ou não. Então, eu estou, por exemplo, eu gostaria de, já que foram muitas questões que foram postas, teria que, se possível, fosse recapitulado, no caso... A segunda está claro. A Resolução segunda está claro que é mudar completamente a redação da Resolução. Eu, assim, realmente não tive condições de analisar se de fato tudo que estava de mérito na primeira permaneceu na segunda, embora tenha ficado com a impressão de que vocês fizeram uma redação bem mais adequada. Agora, quanto à primeira, a primeira Resolução que foi abordada aqui, aí eu gostaria de saber quais são mesmo os tópicos que nós vamos estar referendando, para mim, por exemplo, está claro aquele negócio de mandato, se for aquilo. Da primeira. Mas eu acho que tem mais alguma coisa além daquilo. Então, se fosse possível, objetivamente nós passarmos quais são os tópicos e nós fazemos uma referendação por Resolução, e se necessário, e se caso haja uma divergência aqui, por item da Resolução.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (CHESF-CONCESSIONÁRIAS) – Essa é uma ponderação que eu quero fazer para o Sérgio. E achei excelente o esclarecimento que o Sidarta colocou aqui, é interessante a participação da CONJUR na reunião, em reuniões CTIL, mas eu queria fazer a seguinte ponderação. Da forma como você falou, Sérgio, a CONJUR ela atua, o Ministro não assina nada sem que a CONJUR ponha os olhos e verifique se está tudo ok. O fato de a CONJUR, de sair um convite oficial para que a CONJUR participe das reuniões CTIL, não vai colocar em discussão, por exemplo, se a CONJUR já estava na reunião CTIL e já participou. Então, não haveria necessidade de um olhar da CONJUR nessa proposta de Resolução que saiu, dessa minuta de Resolução que saiu daqui, da CTIL ou até do próprio CNRH. Eu acho que pode colocar nesse fluxo de informação, e de análise, e de avaliação, um certo desconforto, eu acho que até para a própria CONJUR. Se você estava lá na reunião CTIL em que isso foi discutido e não viu ou viu depois, eu... É até difícil isso que eu estou colocando aqui, mas eu acho assim, é importante um conhecimento e esse esclarecimento que a CONJUR pode prestar? É sim, sem

dúvida, mas eu acho que há que se ter esse cuidado, sabe Sérgio? Então, externando aqui, eu não sei o que os outros colegas acham, mas é uma preocupação.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Deixa eu lhe colocar uma coisa que talvez vá acrescentar ou não. CONAMA, quem participa do CONAMA. Lá tem uma Câmara Técnica também. Legal. Sim. Lá tem uma Câmara Técnica. A CONJUR faz parte, e há Presidente, e não impede que passe na Consultoria Jurídica de novo do Ministério. Só para... Entendeu? Para ir no máximo do extremo que não há constrangimento. Por quê? Aquilo também que passa na Câmara Técnica, que só tem advogados do Plenário é modificado. Então, a CONJUR vai olhar de novo de qualquer forma. Então, não há perante... Para ficar claro. Não há perante o Ministério nenhum tipo de constrangimento, porque a CONJUR ele, a CONJUR no CONAMA preside uma Câmara Técnica Jurídica, legal, que passa por ela, vai para o Plenário, o Plenário mexe, volta e ela olha antes do Ministro assinar também, outra vez, e pode, dependendo do que acontecer lá no Plenário ela ser contra e colocar. Então, neste sentido que eu entendo bem, Sonáli, nós não acreditamos por termos já um instrumento que já ocorre, é um Conselho, tanto qual e o Ministro é o mesmo que preside, é o mesmo, é Ministro, e passa lá, e volta, e a CONJUR vai fazer depois uma análise mais profunda. Isso não coloca, não é? É como se o Ministério Público participasse de uma reunião, ele pode estar olhando, mas não impede que qualquer momento ele se manifeste em qualquer momento, quando achar que teve alguma coisa que aconteceu. No sentido de estar aqui, agora claro, se a CONJUR se sentir, ela, como advogados da União se sentirem ou procuradores, porque doutor Sidarta é procurador, mas está hoje exercendo na CONJUR, temos advogados da União e temos procuradores especializados, federais. Então, se eles se sentirem, sim, não tem dúvida, mas isso já ocorre no CONAMA, por isso é que eu estou colocando claro da sua preocupação. Está certo? Bom. Então, é só nesse sentido para... Não sei se isso te deixa mais ou não confortável, mas é no sentido mais de conversarmos. Isso nunca vai impedir, mesmo a participação, da advocacia depende do parecer do técnico ou do advogado que vai analisar ele se manifestar, porque aí vai aprofundar. Etc. Tá...? É nesse sentido. Só estou querendo que nós tentemos afunilar um pouco sobre o tema e indo... Do Gustavo, que ele já colocou, vamos ver a Resolução, uma primeira, depois a outra e também não há necessidade, como eu já falei, se não tiver... Não há necessidade de consenso, porque ela vai para o Plenário independente da CTIL ou não, porque é uma determinação regimental.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Nós estamos tentando ganhar tempo, que se for pedir para cá é para aprovar, dizer que a CTIL já olhou. É só isso. Se achar que a CTIL não tem que se manifestar, nós podemos deixar para o Plenário. Se o Plenário achar que tem que voltar para a CTIL ela volta e vai ficar para junho. Não tem problema nenhum. É isso.

(1:24:48). O SR. NÃO IDENTIFICADO – Presidente, eu faço uma questão de ordem. Eu faço uma questão de ordem. Vamos analisar apenas o caso em que houve uma proposta do Plenário de alteração de algo que não passou pela CTIL, que é aquela questão da... Não, Não. Aquela... Eu estou falando da primeira Resolução.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Se isso dá mais problema do que solução. Então, eu retiro, como Presidente da Câmara, não precisa passar aqui e vai para o Plenário, se tiver que voltar, volta, porque nós vamos perder a reunião inteira nisso.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Deixa eu falar. Está claro para mim que essa reunião, o quê que está escrito na pauta? Eu até olhei aqui. Informe da Consultoria Jurídica, sobre isso, não foi colocado que era uma questão para tomada de decisão no informe. E preventivamente foi proposto aqui, pelo Júlio, que nós tomemos, nos pronunciamos a respeito para agilizar o assunto caso algum Conselheiro fale, não, tem que voltar para a CTIL. É isso que está sendo colocado. Não é? Eu, por exemplo, como voto de confiança eu proponho votar a favor, posicionar a favor da nova redação proposta para a segunda Resolução que foi abordada aqui. Quanto à primeira, eu gostaria que nós analisássemos os itens e nos posicionarmos rapidamente. Eu, por exemplo, quanto aquele negócio de... Ô gente é informe, mas... Então, eu acho que nós pomos votação aqui, se nós vamos manifestar alguma posição ou não, se vamos deixar para lá e pagar para ver se voltar para cá, aí ninguém pode reclamar depois. Ou se nós vamos tratar ou não vamos tratar do assunto. Bota em votação aqui, então.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (PESCA, LAZER E TURISMO) – Presidente, eu vi agora o seguinte, quando apresenta um artigo isolado como o Sidarta fez, você tem uma visão isolada. Quando você olha no contexto e isso foi o objetivo do meu pedido de vista, se vê que essa repartição de mandatos só se refere aos representantes do Estado e isso passou pela CTIL sim. Isso passou. Não foi mudado no Plenário não. Então, eu pensei que esse fracionamento da representação fosse para todos os segmentos, por isso que me causou estranheza de eu não ter visualizado isso em Plenário na reunião do Conselho. Não é? Então, isso passou realmente. Por isso que tem que se olhar a Resolução, como foi proposta, como um todo, pegar um artigo, um parágrafo isolado compromete a análise nossa aqui.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Bom, nós podemos correr o risco e dizer, mas a informação é que esse fracionamento foi feito no Plenário do Conselho, não foi feito na CTIL. Está certo? Só para ficar claro. Então, olha, com respeito a todos, mas nós temos que realmente avançar... E se temos, não temos um consenso, não temos um ambiente tranquilo para isso, é informe e vai para o Plenário, se o Plenário falar, volta para a CTIL, nós vamos nos debruçar e vamos fazer essas Resoluções terem... Terem a sua vigência no tempo que assim o for. A ideia que o Júlio deu e eu achei pertinente, tentei encaminhar, era que nós pudéssemos ganhar esse tempo, que se alguém falasse, volta para a CTIL, eu pegaria a palavra (...), a CTIL já, após a explanação já se posicionou e está referendando. Era para nós ganharmos esse tempo, porque, não estou dizendo que pode, porque o Plenário pode manter até falar assim, não quer mudar nada. Com todo respeito eu vou colocar extremos aqui. O Plenário pode falar, não, respeitamos o parecer da CONJUR, mas mantemos as Resoluções da forma que estão. Ponto. Ou não. Acatamos os pareceres e vamos modificar e aprovem. Acabou. Ou algum Conselheiro pode falar, não, como isso nasceu na Câmara Técnica X não volta nem para a CTIL, volta para a Câmara Técnica de origem. Pode. Então, o pode, pode. O Plenário pode. Está certo? Então, estávamos tentando agilizar duas Resoluções, que têm prazos, algumas delas têm prazos, e se houver algum retorno, e não for aprovada agora dia 8 março, esses prazos já não existem mais, que a próxima reunião é final de junho. É só... Nós temos obrigação de deixar bem transparente. É só nesse sentido. Mas se algum tipo de posição, de tentativa de colocar isso não estão confortáveis, isso também é um direito de cada um que está aqui, que não está, é confortável, é um direito. Então, vamos fazer o que o Regimento manda. Vamos mandar para o Plenário e o Plenário esperar, pode ser que o Plenário aprove e não volte nada. Então, estamos aqui, às vezes, criando coisas que não tem. Era só nesse sentido. E tem uma proposta aqui, do representante da FONASC, que era coloca aqui se nós vamos analisar ou não, um pouco mais ou não, mas o que consta na pauta é informe, porque isso é um informe.

SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – As duas matérias elas têm nascimentos diferentes, porque uma é de nascimento da própria CTIL e a CTIL talvez poderia, se fosse o caso adiantar a sua análise para ter essa pretensão de que no Plenário, se caso tivesse que avançar a Resolução a CTIL já teria manifestado sobre ela. Só que a outra tem nascimento na CTCOB. Eu acho que seria temerário a CTIL fazer algum tipo de aval, porque ela acaba mudando o objeto inicial. Inclusive a ementa dela ela passa a ter uma outra ementa, porque... Eu queria colocar só no sentido que, o que se faz é uma consulta de prioridades e não uma consulta de hierarquizar prioridades. Ela passaria agora a ser uma consulta de hierarquização e Resoluções do Conselho lá atrás, eles já previram que para as prioridades não haveria hierarquização. Vou pegar até um aqui, eu peguei o livrinho do Conselho, que é uma Resolução de 2011, que trata exatamente do seguinte, um § Único. A ordem numérica da listagem dos programas. Os programas, que são as prioridades que o Conselho estava escolhendo a época, não estabelece hierarquia de prioridades. Ou seja, o Conselho tem a visão de que se prioriza programas do plano, mas que não se hierarquiza programas do plano. Então, eu temo que nós estejamos trocando o objetivo. O objetivo é fazer uma consulta a Comitês e Conselhos estaduais de prioridades do plano. Você apontou bem, existe a Resolução 81 que estabelece prioridades 2016/2020. Isso foi discutido na Câmara, a Câmara adotou o período 2017/2018 a essas prioridades... E por algum motivo a maioria da Câmara achou que para 2019/2020 haveria necessidade de fazer uma nova priorização dentro das prioridades das prioridades. O que soa meio estranho. E a Resolução 70 ela tem esse princípio de ser perene, igual você propõe que haja uma Resolução perene. Ela começou com uma consulta no (...), quais seriam as prioridades e passou a ter uma consulta bianual. Só que ao longo desse tempo o quê que aconteceu? Houve aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e via a Estância de planejamento do Conselho, que Câmara Técnica, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que hoje já é Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, não é? Começou a fazer definição de prioridades, que antes era feito pela 70. Então, existe um documento aprovado pelo Conselho, que foi 2012/2015, prioridades 2012/2015 e depois tem um documento que é a Resolução 181, que aprovou as prioridades de 2016/2020. Então, o que o Conselho vem fazendo é consulta de prioridades e não consulta de hierarquização de prioridades. E essa norma que eu leio aqui ela traz exatamente isso, que quando priorizou não se hierarquizou e como ficou lá Inciso I, Inciso II, Inciso III, Inciso IV, alguém poderia ter interpretação de que era uma hierarquia e o Conselho disse justamente ao contrário, que não havia hierarquia dentro das prioridades. Então, por isso que eu acho que a proposta que veio da CONJUR ela poderia alterar o sentido da Resolução que veio da CTCOB. O Plenário pode adotá-la, com a autonomia que o Júlio e o Sérgio apontaram, mas eu acho que como ela tem nascimento na CTCOB e a CTIL não deveria dar o endosso de que uma eventual devolução que fosse proposta para a CTIL a CTIL não se colocasse dizendo que endossou a proposta, que ela tem nascimento na CTCOB. Já a primeira não. A primeira é de nascimento aqui, da CTIL, a CTIL é autora dela.

O SR. SIDARTA DE AZEVEDO (CONJUR/MMA) – Só fazer um esclarecimento, Marcos, essa mesma apresentação que foi feita a CTCOB antes de virmos para cá e hierarquização o termo não é da CONJUR não. É da própria proposta de alteração do § 3º da Resolução. Nós não... De novo repetindo. Nós não adentramos no mérito. Quem decidiu pela hierarquização das prioridades foi a CTCOB, não foi a CONJUR. A CONJUR tão somente fez uma adequação redacional, só isso.

O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA – Presidente da CTIL) – Olha, eu só vou dando o encaminhamento, que nós vamos deixar para o Plenário os informes, nós vamos passar para o resto já, da pauta. Por favor.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (Relatora da CTCOB) – Só lembrando, eu não sou membro da CTCOB. Liliana, eu sou relatora da CTCOB. Então, só para esclarecer que a discussão da CTCOB se deu pela necessidade da hierarquização das prioridades do plano, essa sim já aprovadas, para aplicação dos recursos da CFURH. Então, não é uma hierarquização das prioridades do plano. É uma hierarquização para a aplicação dentro daquelas prioridades de uma parte dos recursos que o Governo Federal recebe, inclusive não é de cobrança, é contribuição financeira, e que compõem o orçamento da ANA. Então, parte dos recursos, não são os únicos recursos que o Governo coloca em favor do cumprimento das metas do Plano, e a uma hierarquização de prioridades para aplicação daqueles recursos específicos. Essa hierarquização foi feita até o ano de 2018. Para o biênio 2019/2020 isso não está constando na LOA. Esse é o objetivo, indicar para a ANA para que ela possa propor na sua LOA e ser aprovado pelo Conselho, porque é esse dinheiro que depois vem para nós na CTCOB como relatórios anuais que são aprovados e apresentados para o Conselho, de onde foram aplicados os recursos da CFURH. Lembrando que nem são todos. É o 0,75 que compõem o orçamento da ANA. Oi? Ah, está bom. Não. É para não se misturar com o recurso da cobrança regular da Captação. É uma contribuição financeira. Não é?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Por favor.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE-PRESTADORAS) – Presidente. Se o senhor permite uma sugestão de encaminhamento, seria de referendar as alterações propostas pela Consultoria, pela CONJUR, que não representem alteração no mérito das Resoluções, tão somente de adequação da norma há uma estrutura jurídica.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (CHESF – CONCESSIONARIAS) – Eu tenho outro encaminhamento. Eu recebi uma pauta de uma reunião e que esse assunto é posto como informes. Então, não foi colocado na pauta para discussão. Então, eu acho que deve deixar seguir o trâmite. No Regimento diz que a matéria após a CONJUR analisar volta para o CNRH e ele vai definir o que vai fazer, o Plenário. Então, que assim seja feito, porque na pauta dessa reunião não constava esse assunto, esses dois assuntos para nós discutirmos aqui. Foi colocado a título de informes. Ok. Foi informado. Então, eu acho que nós não deveríamos nos debruçar sobre essa discussão agora.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (MMA/SRHQ) – Vamos supor que chegue lá no Plenário e alguém fala, ah, isso deveria voltar para a CTIL. Nós vamos fazer cara de paisagem que nós não ouvimos nada? Entendeu? Tem que ter...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Olha, colegas. Se fosse um consenso e não é, e nós poderíamos até ter uma deliberação, porque seria um consenso de um Plenário, porque na pauta de chamada, como a Conselheira Sonáli falou, não está escrito isso. Então, eu não vou cometer uma impropriedade de que não sendo um consenso para se posicionar. Então, o informe foi dado, infelizmente ou felizmente, mas nós tentamos levar para, no sentido não de pressionar, ou de aprovar, o de referendar, mas no sentido de ganharmos energia e tempo em função da nossa quantidade de reuniões de Conselho. Está certo? Só nesse sentido, só para ficar claro, senão pode parecer que nós estejamos induzindo a uma análise de uma coisa que nem no Plenário passou ainda. Era só nesse sentido. Como isso não foi consenso e não foi pelas falas. Então, nós vamos seguir o que está aqui, é o informe, vamos deixar tramitar e o Plenário vai decidir se volta para as Câmaras, se não volta, e aí quando voltar para as Câmaras vai para a CTCOB o que for da CTCOB, volta para a CTIL aquilo que for lá da CTIL, porque tem manifestação de que um tema que não está como deliberação nós, sem um consenso não poderíamos passar para deliberação. Não cabe uma votação, porque não está na chamada como deliberação. Então, não vou cometer essa impropriedade, me perdoem. Então, não houve o consenso, nós vamos deixar como informe mesmo. Por favor, Conselheiro.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC – ONG) – Não, é só reforçar mesmo, eu acho que, eu não vou nem entrar no mérito, nem sei se FONASC vai pedir vistas também, vai pedir para voltar para a CTIL, não posso me responsabilizar, porque... Lugar onde eu não estarei no dia da reunião. Mas eu acho que pelo menos no que tange a discussão de Resoluções, eu acho que a CONJUR deveria ser convidada a participar e deveria participar da CTIL, ela não vai dar a palavra final, a palavra final, isso não é um colegiado apenas jurídico e legal, ele é um colegiado político, político, por isso que eu sou contra ter só advogados. Está certo? Porque eu acho que muitas discussões de âmbito legal elas são políticas e muitas vezes cai-se, resvala-se por uma discussão de legalidade que muitas vezes ela esquece de alguns aspectos políticos que são importantes, tanto que eu estou aqui e defendo que quem não é necessariamente advogado, mas conhece alguns princípios da administração pública, da Constituição, etc. e tal, e das Leis, é capaz de argumentar, muitas vezes melhor do que advogado. Eu já Participei de várias reuniões assim, já vi muita coisa, por exemplo, o Advogado-Geral da União é o maior defensor do acordo do Governo Federal com a Samarco, que é um absurdo, ele inclusive propôs a retirada das instituições técnicas do debate sobre esse assunto, na Vara de Justiça lá em Minas Gerais. Como é que eu posso concordar com uma posição dessa. Então, o Presidente da República, que eu discordo de várias coisas dele, foi Presidente da OAB Nacional. Então, realmente não é por ser advogado que está sempre com a razão, mas... Então, é isso, mas eu acho que não dá para a Procuradoria não participar, até porque, como diz o Luiz Eduardo, nós estamos retrabalhando uma coisa aqui que talvez já pudesse ter sido resolvido aqui, de uma maneira mais satisfatória, mesmo que eventualmente nós possamos discordar e falar, não, a posição da CTIL é divergente da posição da Consultoria. Mas eu acho que é muito importante participar, eu acho que ajuda, pode ajudar muito, se for com pessoas ponderadas, como me parece o caso do Sidarta.

O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (MMA/SRHQ) – Nós já tivemos a participação por muito tempo da Consultoria Jurídica O Otaviano foi o último. Então, sempre com a participação de assessoramento, enfim, presente aqui, não votava nada, mas, enfim, tentando orientar alguma coisa. Eu acho que também, eles também têm toda uma função no Ministério, não dá para participar de todas as Câmaras Técnicas, todas as reuniões. Eu acho que isso aí é uma coisa seletiva que seria interessante (...) a presença para orientar. Não é?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, dando encerramento a esse ponto de pauta, eu quero mais uma vez agradecer muito ao Doutor Sidarta, leve o nosso cumprimento ao Doutor Rafael, que é o Coordenador-Geral da CONJUR e vamos sim, como Secretaria Executiva do Conselho, como é aberto e todas as pessoas têm acesso, mas nós vamos formalizar em todas as reuniões da CTIL da possibilidade da presença da Consultoria Jurídica, que estar aqui para nos ajudar, tanto é que ela não tem nem assento formal. Então, nem voltará, mas nos ajudará dentro do possível para que nós possamos que os trabalhos que transcorram da melhor forma possível. Doutor se Sidarta, muito obrigado mais uma vez pela sua presença aqui. Continuando a nossa pauta. Então, após o informe, continuando a nossa pauta do item de número 4.

[Item 4 - Proposta de Resolução que aprova Plano de Recursos Hídricos da região hidrográfica do Paraguai, PRH Paraguai, matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Plano Nacional de Recursos Hídricos CTPNRH.](#) Então, essa matéria está em discussão. Eu gostaria que... A palavra está aberta, não sei se a Agência Nacional de Águas quer fazer algum tipo de pronunciamento ou algum...

A SRA. ELDIS CAMARGO (ANA) – Nós estamos aqui com os especialistas, caso as pessoas precisem de algum maior esclarecimento sobre o trâmite, procedimento, como que se deu, elas estão preparadas aí para apresentar, não sei se é o caso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, o tema está em discussão, o plano passou pela Câmara Técnica, a Câmara Técnica se debruçou, analisou, tem

uma proposta de Resolução que está... Todos já receberam, mas ela está projetada em tela, não é? E essa... Por favor, Roseli, passa para o final, para os finalmente ali, porque tem uma série de considerandos até interessantes e tem até posições de advogados que os considerandos não deveriam existir, que era mais prático passar, mas aí eu vejo como técnico que considerando é uma manifestação política é importante. Então, eu manifesto que considerado é importante, embora juridicamente vários advogados no próprio CONAMA eles acabam que retiram praticamente todos os considerandos e partem para a Resolução, mas aí é muito seca. E aí eu discuti, aí eu falo eu discuti direto com a CONJUR do Ministério, com o próprio consultor jurídico falei assim, eu como técnico gosto de considerando, porque é aonde nós temos algumas posições políticas institucionais fortes estão nos considerandos. Não é? Então, claro, nós temos as discordâncias, mas está aberta e a Resolução ela aprova o plano. Não é? Resumindo aprova, mas está aberto. Por favor, Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Presidente, é o seguinte colegas, o FONASC está participando dessa discussão e eu conversei, entre ontem e hoje, longamente com as pessoas que estão participando. O relatório técnico ele não levou em consideração vários pontos trazidos na Reunião da Câmara Técnica de Planos. Então, nós não podemos aceitar da forma como ele está aqui, porque ele sequer fez o registro de várias posições. A Reunião da Câmara Técnica que aprovou, porque o negócio é o seguinte, existe o parecer, tá...? O parecer técnico nº 01 de 2018 da CTPNRH/CNRH, assinado pela Jussara, que é Presidente da Câmara Técnica. Não é? Só que esse parecer tal como está aqui, ele não foi aprovado na Câmara Técnica. Eu até solicito a ata da reunião, que a ata da reunião não consta também do processo. Pelo que eu soube a ata da reunião não foi aprovada ainda, inclusive. Então, esse parecer, da forma como ele está aqui ele não foi aprovado pela Câmara Técnica. E quem está falando é o Gustavo do FONASC. Quem está falando é o Gustavo do FONASC. Tá...? Então... E ele omitiu... Omitiu vários registros feitos por nossos representantes, que estão participando, e que foram muito importantes para a implantação, e o desenvolvimento desse plano, lutaram muito para que ele fosse criado, e que assim, as palavras que eu ouvi, inclusive hoje de manhã de umas das pessoas é o seguinte, que o plano está muito bom em vários aspectos, que ele foi bem feito, mas da forma como está o parecer e como está a Resolução, alguns aspectos chave desse plano foram tratados de forma menos importantes do que deveriam, considerando que o Pantanal é um dos biomas mais importantes do País, é uma das zonas úmidas mais importantes do mundo. Não é? Então, nós não podemos, a meu ver, referendar uma proposta que vai para aprovação do Conselho com base em uma Nota Técnica incompleta, que foi debatida, que foram feitas considerações a ela que foram omitidas no encaminhamento para cá, sem passar previamente pela aprovação da Câmara Técnica de Planos. Então, a primeira questão que eu gostaria de colocar é essa. E a segunda questão, assim, podemos até discutir a norma. Podemos até discutir a norma proposta, mas não com base nesse parecer técnico da forma como ele está.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Vamos dar sequência dos Conselheiros, aí depois nós podemos fazer as interpelações. Quadrelli, por favor.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI-INDÚSTRIA) – Bom-dia a todos! José Quadrelli da CNI. Eu sou, eu participei da reunião da CTPNRH. O que ficou acordado entre todo mundo lá na CTPNRH foi que, o parecer seria feito, seria incluído dentro do parecer a questão da FONASC, do parecer da FONASC e também do parecer da Nota Técnica da ANA respondendo aos questionamentos da FONASC. O parecer ele foi encaminhado a todos os membros antes das CTIL, antes de ser encaminhado para a CTIL ele passou por todos os membros, com prazo para contribuição. Ninguém se manifestou. Foi um acordo, foi feito dentro da CTPNRH esse acordo. Então, entendo a sua preocupação e dentro do parecer, dentro das conclusões está dizendo que, a sua preocupação com relação a Nota Técnica e a restrição de uso, que o CNRH decidiu

recomendar, a CTPNRH decidiu recomendar o CNRH a aprovação do PRH Paraguai e que as questões levantadas na Nota Técnica, avaliação, mapa diário sujeitos a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos da região hidrográfica do Paraguai em outubro de 2017, sejam discutidas e aprimoradas durante a implementação do plano, conforme acordado... Isso foi, esse foi o acordo feito na CTPNRH. Então, eu acredito que o pleito do colega ele é importante, mas já está contemplado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Por favor, continua aberta. Algum membro mais quer falar? Depois nós vamos passar para as observações dos técnicos da ANA. Por favor, pode falar. Por favor.

A SR^a. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) – Luciana Andrade da ANA. Bem, só lembrando, relembro um pouco todo o rito porque passou esse plano desde o seu começo, não é? Ele foi um plano que foi definido pelo Conselho Nacional, a Agência Nacional foi incumbida de elaborar esse plano e esse plano vem sendo acompanhado por um grupo de acompanhamento do plano, que chama GAP, instituído com membros e representantes, de maneira similar a um Comitê de bacia, representativos da região. Esse grupo, todo esse processo de elaboração pela ANA vem sendo acompanhado por esse grupo mensalmente, a cada 2 meses, dependendo do andamento dos estudos, eles acompanharam desde o começo, o Termo de Referência do plano e até o final. Esse plano foi encaminhado pelo GAP e na última, a sua última reunião do ano passado, para apreciação da Câmara Técnica. Durante esse processo de elaboração a Câmara Técnica também acompanhou esse processo de elaboração, se eu não me engano foram duas ou três vindas do Coordenador do GAP aqui, explanando, passamos por tais etapas do plano, avaliamos isso, isso, tais e tais aspectos. Então, a Câmara Técnica foi acompanhando os resultados da elaboração desse plano ao longo de todo o processo. Na última Reunião da Câmara Técnica, então, nós apresentamos, enfim, o final de todo, inclusive o documento final que é esse que vocês receberão como anexo da Resolução. O documento final do plano foi encaminhado aos membros da Câmara Técnica e a Câmara Técnica fez esse parecer sobre todo o processo e sobre o documento. E o membro do FONASC, no caso nesse como foi a Débora que também é membro do GAP, trouxe essa Nota Técnica no dia, ela não enviou para os membros da Câmara Técnica. Por isso é que a Nota Técnica não foi motivo de... Não pode ser motivo de apreciação na reunião da Câmara Técnica. Mas sabendo... E ela já tinha sido apresentado ao GAP e já tinha sido motivo de resposta, ponto a ponto da ANA. Então, essas respostas já foram encaminhadas também a todos os membros e tem pontos importantes que, inclusive foram considerados no documento final do plano sim. Agora, alguns pontos foram motivos, que ela sugeriu na Câmara Técnica, foram motivos de votação no próprio GAP. Então, o GAP é um grupo composto por diversos membros, na votação alguns dos pontos que ela sugeriu que fosse inserido na votação do grupo, a votação foi, do grupo é soberana, teve que ser retirada. Mas tem casos, é uma coisa, são principalmente no que se refere às áreas de restrição de uso, que é um tema importante do plano, importante de ser discutido, é importante que esse tema continue sendo discutido durante a implementação do plano, que é o que o parecer que o José Quadrelli mencionou no final. Então, o parecer, a meu ver ele reflete a discussão que teve no dia da reunião, a discussão foi super longa e com diversas intervenções de vários membros, tanto que eu parecer reflete, em que pese não tenha sido feito no dia da reunião, mas ele foi, como ele mesmo falou, passado a todos os membros com...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Que data que foi passado para todos os membros? Considerando que nós tivemos entre o dia 2 que foi o dia da reunião e hoje, teve um período aí de recesso de carnaval. Queria saber qual o prazo que se deu?

A SR^a. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) – O parecer foi enviado para a CTIL na data correta. A reunião da Câmara Técnica...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Eu quero saber para os membros, para eles poderem opinar antes de vir para cá.

A SR^a. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) – Cláudia, você pode me ajudar com essa data?

A SR^a. CLÁUDIA LIMA (Relatora da CTPNRH) – Ele foi passado só no finalzinho, da quinta, sexta-feira e realmente não foi passado para todos os membros com antecedência, porque não deu tempo de fazer, por que tinha a CTIL, e eu até conversei, ele foi assinado só pela Presidência, e não foi assinado por todos os membros. É. Então, não foi feito todos os membros e foi feito... Não foi aprovado... Foi encaminhado...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Está falando que não foi aprovado. Encaminhado na quarta para você responder na quinta.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Mas isso ficou acordado na Reunião da Câmara Técnica, que já todo mundo é sabedor que isso... A ata só pode ser da próxima reunião, não tem jeito. Você solta uma ata da CTIL hoje aqui sem você aprovar ela na próxima CTIL? A ata só é aprovada depois, na próxima reunião.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, vamos lá, por favor, a pergunta feita foi a data. A data foi, na semana passada...

(1:57:41). A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Conforme acordado na reunião.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – A pergunta dele foi respondida, não estamos entrando nesse mérito, foi uma pergunta. Então, por favor, Luciana, tem alguma complementação.

A SR^a. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) – Não, assim, eu acredito que aqui a discussão tem que se basear... Eu posso até estar falando besteira, mas tem que se basear na minuta da Resolução que foi encaminhada. Não é? Enfim. O que eu procurei, assim, frisar, é que ele cumpriu todo o rito, todo o processo que precisava ser cumprido, de acompanhamento, tanto pela sociedade, pelos membros do GAP, pelos membros da Câmara Técnica e o documento está refletindo as principais questões que estão constando na... Principais ali na região. A questão é, o plano não é uma coisa estática. Então, nós, o plano é um processo de planejamento... Todo processo de planejamento ele é dinâmico. Então, é óbvio que as coisas não se encerram em um documento do plano. As discussões de temas importantes precisam ser, muitas precisam ser amadurecidas e durante a própria implementação das suas ações, por isso que a própria Resolução menciona a continuidade do GAP como um fórum importante para acompanhar, isso já está previsto, inclusive na Resolução de criação do GAP, acompanhar não somente a elaboração do plano, mas também a sua implementação. Então, próprio GAP vai poder também, é o fórum que

vai, várias dessas discussões que estão sendo postas e que são importantes vão ser continuadas dentro, no âmbito do GAP.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Perfeito. Então, vamos seguir.

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Aparecida Vargas, Conselheira titular do CNRH. Representando o Setor de HidroEletricidade na Plenária do Conselho. No dia da reunião também, do mesmo jeito que nós estamos com essa insegurança sobre essa questão de área de restrição de uso, isso está acontecendo em vários Comitês, nós que participamos de outros Comitês sabemos que isso é um assunto que está vindo em discussão no âmbito dos Comitês, nós percebemos que nós não temos regramento e normativas gerais, da mesma forma como nós nos debruçamos para áreas de prioridades para outorga. Então, eu encaminhei uma proposta, um pedido na Câmara Técnica, que fosse apresentado também como resultado na plenária, que nós queremos discutir uma Resolução que defina critérios gerais para a área de restrição de uso, para não ficar só no achismo, o que um acha, o que o outro acha, que nós possamos sentar e discutir isso com mais naturalidade, com mais tranquilidade. E eu gostaria que esse encaminhamento saísse também, por ser uma normativa legal, que saísse pela CTIL também, como uma proposta dessa discussão continuar e nós nos debruçarmos na discussão de área de restrição de uso, como normativo legal, com uma Resolução que defina critérios gerais. Está bom?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Perfeito. Tem mais inscrita a Cláudia... Isso, Gustavo. Perfeito.

A SR^a. CLÁUDIA FERREIRA LIMA (Relatora da CTPNRH) – Cláudia Ferreira Lima da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, relatora da CTPNRH. Gustavo, na ocasião a Débora colocou essa Nota Técnica, ela colocou durante a reunião e não ouve, as pessoas... Ela colocou na reunião, não mandou antes, com tempo hábil para ser discutida. Aí houve muitas discussões, foi uma discussão longa e no final ficou acordado com a Débora, eu posso até pegar a transcrição, não está aprovado ainda, mas você pode dar uma olhada, que o assunto da Nota Técnica seria tratado durante a implementação do plano e que ela também poderia colocar ainda... Ela é uma Nota Técnica assinada por alguns professores, que também ela poderia, algum Conselheiro apresentar na reunião do Conselho isso ainda, que não está encerrado, e foi por votação, e foi aprovado na Câmara Técnica. Mas ela apresentou, apresentou que aqui deveria ser melhor discutido essa área de restrição, mas na votação não passou. Mas eu posso te apresentar a transcrição, mas não está aprovada, da ata.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – A questão eu acho o seguinte, se apresentou, a FONASC que apresentou uma Nota Técnica que não é do FONASC. Então, uma Nota Técnica assinada por mais ou menos 12 doutores de várias instituições, incluindo a Embrapa, Universidade Federal do Mato Grosso, etc. e tal, não é uma Nota Técnica do FONASC. Então, se apresentou no calor da hora da reunião. Isso é uma questão realmente que deve ser considerada. Agora, a questão é que durante a discussão do parecer técnico foram feitas ponderações pelos representantes nossos e pelo que me foi relatado elas ficaram de ser incorporados ao parecer. E olha, aqui foi dito claramente que o parecer foi colocado pelos Conselheiros em uma quinta para devolver na sexta. Então, convenhamos que essa forma de tomada de decisão, não sei se foi estabelecido no acordo dos membros da Câmara que eles teriam só um dia para poder... É. Não. Pois é, mas você vê, não é? O que é uma coisa assim, também não sei se foi um acordo ou a maioria concordou com isso, não é? Falar assim, não, nós vamos encaminhar na quinta e na sexta vocês respondem. Você está falando que isso foi acordado. Não, por favor, fala no microfone, por favor, para ficar registrado na ata.

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Não se falou dia, mas todo mundo sabia que nós tínhamos um carnaval pela frente, que não iria ter como, a Secretaria Executiva não iria ter como. E só te falo, para você ter uma ideia o setor hidrelétrico é o setor que mais tem sensibilidade e preocupação no que vem dentro desse plano, nós vemos discutindo muito sobre a questão dos estudos sobre hidrelétrica, que nós não temos acesso e nem por isso nós estamos deixando de aprovar o plano, estamos dando esse voto de confiança por tudo que nós discutimos internamente lá dentro, aprovando como um dos projetos a serem encaminhados dentro do plano, esse estudo de hidrelétrica, sem que nós tenhamos até, então, tido acesso a nenhum deles. Então, eu acho que é tudo... É um grande acordo que nós temos que fazer, confiando de que nas apresentações nós vamos conseguir continuar. É claro, tem momentos e em vários momentos dentro desse plano nós somos voto vencido, inclusive com propostas do FONASC e nem por isso nós estamos trazendo esses momentos onde nós fomos voto vencido para dentro da Câmara Técnica para tentar reverter isso. Entendeu? Não adianta, existe uma discussão, existe um grupo onde se discute tecnicamente e nós não podemos perder de vista qual é o papel da CTIL, da institucional e legal. Eu acho que toda essa discussão, infelizmente você não estava lá, você sabe que eu gosto demais das suas ponderações, toda essa discussão já aconteceu na Câmara Técnica do plano, eu não sei se cabe aqui esse tipo de discussão.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Cabe. Cabe sim. Ainda mais considerando que você só teve um dia que não foi uma decisão final de Câmara Técnica aprovada, não é? A Resolução é uma coisa, eu não estou discutindo Resolução. Eu deixei muito claro aqui que eu estou discutindo parecer técnico. Eu estou discutindo parecer técnico. Essa redação do parecer técnico não foi aprovado pela Câmara, pelo menos pelos procedimentos normais, vamos combinar que não foi. Está...? Não consta isso. Não consta isso. Nem tomada de decisão, nem processo de tomada de decisão, nem de ata, nem de nada. Tudo bem, você já falou. Você já me falou.

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Só uma dúvida. Parecer é aprovado pelas Câmaras? Alguns? Você tem algum outro que já foi aprovado ou é o Presidente e a Secretaria Executiva tem autonomia para emitir o parecer com base no que foi discutido na reunião de Câmara Técnica? Eu não lembro de nenhum outro parecer que tenha vindo para a Câmara Técnica para ser aprovado ou não.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Não. Você nunca viu? Pois eu participei agora de uma reunião do Conselho, da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas lá em Salvador que aprovou, discutiu o parecer e falou assim, isso aqui não deve constar. Isso aqui deve incluir. Agora, vamos falar com clareza. Vamos falar com clareza. O problema é a área... Com todo mundo falando ninguém vai prestar atenção ou, então, já sabe o que é. Está certo?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Nós temos inscrições, respeitando a sua, o Quadrelli está inscrito.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – A questão aqui... O que está em discussão aqui, o porquê de eu estar me posicionando é, segundo as informações que nós temos esse plano, tal como ele foi feito, ele foi muito light para a questão, seja das hidrelétricas, seja do tal do tramo norte da Bacia do Paraguai, que é uma área onde se quer implantar uma hidrovía e boa parte do Pantanal Mato-grossense, que todo mundo sabe, não vou ficar aqui relevando o conhecimento das

1450 pessoas sobre a importância dela, dele, não é? Boa parte dos afluentes desse Pantanal já estão
1451 comprometidos com PCHs, cerca de quase 100, ou 70 implantados, ou em construção. Está certo?
1452 E quando se baixou a norma para fazer o plano, segundo a pessoa me informou, eram cerca de 110
1453 projetos de PCH, hoje já está beirando a quase 200. Está certo? Então, a questão da área de restrição
1454 de uso não é uma coisa qualquer, considerando o território envolvido. Considerando o território
1455 envolvido. Então, eu acho o seguinte, não é, assim, na base da, como é que fala aquele negócio de
1456 toque? Que você tem que, vamos aqui, vamos aprovar esse negócio, nós temos urgência. E outra
1457 coisa, segundo me consta, plano que nós aprovamos ele tem um prazo para ser revisto. Então, não
1458 tem, ah, durante a implementação nós vamos discutir isso. Não. Eu não acho que não é por aí não.
1459 Com toda franqueza, se nós queremos um plano mais redondo, ele nunca vai ser redondo, vai ser
1460 oval, não é? Para todos os lados, digamos assim, nunca vai ser 100%, mas quer fazer um negócio
1461 direito para uma bacia dessa importância, para uma área dessa importância, não vamos deixar
1462 passar alguns detalhes importantes na Nota Técnica. Eu até tenho poucas observações a fazer da
1463 proposta de Resolução, agora não acho que dá para deixar para implementação do plano. Com
1464 todo respeito, nenhum advogado, e aqui eu vou falar como se eu fosse um, aceitaria uma declaração
1465 de boas intenções para aprovar um negócio desse. Então, eu acho que está um pouco fora, um
1466 pouco precipitando o momento da votação, da deliberação. Vamos amarrar direito o que não está
1467 amarrado. Nós reconhecemos que se se o FONASC apresentou isso no calor da reunião, concordo,
1468 aceitamos a crítica. Aceitamos a crítica, mas também aceitem a crítica da forma como está sendo
1469 encaminhado para cá, para provar sem que alguns aspectos importantes tenham sido incorporados
1470 a Nota Técnica, foram desconsiderados, não é? Ou se foram considerados não foram escritos, que
1471 eu acho que consta, o que vale é o que está escrito, e vamos devolver para a Câmara amarrar isso
1472 direitinho, e nós aprovamos esse plano da forma devida, sem essa pressa. É isso que por enquanto
1473 eu tenho a dizer.

1474
1475
1476 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA – Presidente da CTIL) –** Por favor,
1477 Quadrelli.

1478
1479
1480 **O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI-INDÚSTRIA) –** José Quadrelli da CNI. Primeiro uma
1481 dúvida para eu continuar na minha argumentação. Quando existe um encaminhamento de uma
1482 Resolução do CTPNRH para a CTIL, o Presidente faz um parecer das discussões, esse parecer ele
1483 é aprovado dentro da Câmara Técnica?

1484
1485
1486 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) –** Não.

1487
1488
1489 **O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) –** Não. Então...

1490
1491
1492 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) –** Nós apreciamos a
1493 Resolução da legalidade e institucionalidade dela, não do parecer.

1494
1495
1496 **O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) –** Então, continuando. Quem aprova parecer é a
1497 própria Câmara. Não. Não. A pergunta é o seguinte, por exemplo, nós aprovarmos a minuta de
1498 Resolução, o Presidente da Câmara CTIL vai fazer um... Não estou entendendo.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Câmara que trata do assunto é que aprova os pareceres. A Câmara... A CTIL não aprova parecer técnico de Câmara. Ela aprova a Resolução.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Não é isso que eu estou perguntando. O que eu estou perguntando é o seguinte, por exemplo, nós vamos, vamos supor, aprovamos a matéria, aprovamos a matéria, você vai fazer um parecer encaminhando para o CNRH a aprovação da matéria. Nós precisamos aprovar esse parecer que você faz? Nós, CTIL?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Não. O parecer é meu, o que vai aqui é a Resolução. A Resolução que vocês (...). Agora, o parecer, o que eu escrevo para mandar o parecer é só refletir o que foi discutido, que tantos votos foram contra, tantos votos foram a favor. Esse o parecer do Presidente da Câmara. Esse aí é aprovado. O parecer da Presidenta da Câmara não é aprovado na Câmara.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI-INDÚSTRIA) – Então, continuando na minha argumentação, o parecer que foi encaminhado pela Presidente da CTPNRH reflete de fato, as discussões e o que aconteceu na Câmara naquele momento, tanto é que se você pegar a relatora que está aqui e pegar o parecer ela pode dizer para vocês se vai estar ou não. Então, eu gostaria de solicitar como encaminhamento que nós passemos para a aprovação da Resolução, analisando o conteúdo institucional e legal, porque o técnico já foi discutido no GAP, conforme a colega colocou e na CTPNRH, inclusive foi dito na CTPNRH, tanto pelos representantes do FONASC quanto por todos da Câmara Técnica e foi concordante que nós não podemos devolver para o GAP a questão dos mapas, porque vai atrasar demais o processo e que vai causar prejuízos muitos maiores do que aprovarmos o plano como ele está, dando brecha para que as discussões sobre o mapa de restrição de uso volte para o GAP durante a implementação do plano. Então, baseado nisso eu peço que nós encaminheemos pela análise da... Técnica... A análise lega e institucional da Resolução encaminhada.

A SRA. ELDIS CAMARGO (ANA) – Eu queria ratificar o que foi falado pelo representante da CNI, com base no § 4º do art. 10 do Regimento Interno, para caminharmos para conversarmos e deliberarmos sobre a Resolução. Por favor. E ainda tem uma possibilidade, inclusive de você, nessa Câmara Técnica nós discutirmos inclusive o que você vai ser mandado, entendeu? Art. 10. As propostas de deliberação poderão ser apresentadas por qualquer Conselheiro a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio de justificativa fundamentada e conteúdo mínimo necessário à sua apreciação. Aí vem o § 4º. A proposta de deliberação, acompanhada do respectivo parecer técnico, será submetida, a proposta de liberação será submetida à apreciação da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, a CTIL, que verificará a sua compatibilização a legislação pertinente, bem como analisará seus aspectos institucionais após o que a matéria... A matéria será submetida à apreciação do Plenário.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Por favor, Wilson também está escrito.

A SR^a. LUCIANA APARECIDA ZAGO DE ANDRADE (ANA) – Ele estava na minha frente? É bem rápido. Luciana da ANA. Só um comentário a respeito do que você falou de aprovar a toque

de caixa. O plano vem sendo discutido há 3 anos. Então, não pode ser assim, não é bem a expressão correta a toque de caixa, não é? Sim, é importante também aquilo que falou do ônus, assim, tínhamos essa reunião da CTIL com data marcada. Então, nós tínhamos de trás para frente, do prazo para enviar de maneira correta a CTIL, nós tínhamos um prazo que era limite. Então, foi o que foi possível fazer.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Wilson de Azevedo. Me parece, eu participei da última reunião do plano, que houve essa apresentação da Nota Técnica pelo FONASC e o plano em si ele, todo mundo está de acordo sobre a procedência dele, a necessidade dele, inclusive o próprio FONASC, só em um ponto específico que se refere as áreas de restrição, ao mapa das áreas de restrição de uso é que houve uma pequena discordância em função da Nota Técnica trazida na reunião. Bem, o que ficou combinado é que não daria para mexer mais no plano e mudar o mapa, não é? Nós da Câmara Técnica não poderíamos fazer isso, mas que colocaríamos na Nota Técnica, que colocaríamos na Nota Técnica a posição do FONASC sobre essas áreas de restrição de uso, e isso foi uma condição, não é? Que levou o encanamento desse plano para essa nossa reunião. Eu não sei qual seria, o que o FONASC está defendendo, argumentando que falta nessa Nota Técnica, mas talvez fosse interessante ver o que falta para evitar que o processo prossiga aqui, vá a plenário e seja solicitado um pedido de vista ou qualquer coisa desse tipo. Quer dizer, se nós temos a possibilidade, se nós temos a possibilidade de verificar qual é o problema. Eu acho que não custa nada ouvir, o que nós não podemos é não ouvir e tentar fazer um encaminhamento assim, sem ouvir todas as partes. Eu acho que aqui é interessante se ouvir sim.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Pergunto se tem mais algum pronunciamento, porque eu só queria resgatar, com o respeito que tenho que ter, independente de qualquer coisa, com todos, é que nós recebemos oficialmente de uma Câmara Técnica. A CTIL recebeu de uma Câmara Técnica legalmente constituída, e se debruçou, e tem um parecer, ele nos mandou, da qual a Presidente daquela Câmara Técnica assinou, e representa a Câmara Técnica, e se colocou, e os pactos que estiveram dentro da Câmara Técnica nós aqui respeitamos, só colocando, e não temos, e nem devo questionar, porque o que é compactuado não é... O que é combinado não é caro e o que é pactuado é pactuado. Então, a CTIL não entra nesse mérito, a CTIL, no caso a presidência, mas nós temos os Conselheiros aqui, os representantes, de que a Câmara Técnica nos encaminhou oficialmente uma nota, um relatório e uma nota, já uma minuta de Resolução dizendo da provação, e naquela nota, a nota dela temos ponderações e as combinações feitas. Não é? Então, o que eu gostaria, e tendo os encaminhamentos aqui, de que não tendo, e respeitando a Câmara Técnica que mandou, está aberta a palavra, não tem cerceada nenhuma palavra, mas nós temos os encaminhamentos, e as palavras de algumas pessoas que participaram dos encaminhamentos, e nós possamos afunilar para ver da ilegalidade ou legalidade da Resolução, que é o que nos coloca. Gustavo, por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Esqueci agora. Não, o nosso companheiro aqui, o Wilson. Wilson Azevedo, não é isso? Wilson trouxe uma coisa aqui que não tinha sido colocado, quer dizer, eu tentei colocar no começo, mas aí eu acho que ele serve mais como testemunha do que eu, porque ele faz parte, não é? Que foi acordado que as questões do FONASC iriam ser incorporadas a Nota Técnica. Não. Ele acabou de falar isso. Não. Tem coisas... Tem coisas na versão que me foi encaminhada, que foram ponderações do FONASC que não foram incorporadas. Entendeu? Olha só, nós não estamos querendo fazer nenhum cavalo de batalha com isso não. Nós queremos é que fique bem ressaltado e que não fique aquela cartinha de boas intenções, que o inferno está cheio deles, não é? De vai, durante a implementação do plano

vai ser considerado. É isso. Entendeu? Aí nós podemos... Aí eu gostaria de discutir sim, algumas questões da Resolução que eu acho que precisam ser mais adequadas do que na redação que está proposta. Mas a questão é essa, se tinha acordado e os nossos colegas que estavam presentes, a Débora especialmente, consideram que alguns itens importantes não constarão da nota, é isso que nós estamos falando. Eu pergunto, por exemplo, a vocês, se não há uma clareza ou uma coisa tão transparente da forma, da incorporação ou não na nota de certas ponderações que foram feitas durante essa reunião, é possível nós discutirmos a Resolução e devolvemos a Nota Técnica para a sua autora e a relatoria, para que essas adequações sejam feitas para encaminhar devidamente para o Conselho, para a hora do debate no Conselho. Não é? Porque provavelmente, quer dizer, nós podemos até entrar em outras vias de possibilidade de intervenção nesse processo, mas se é aqui um lugar também de concertação, do ponto de vista antes de chegar no Conselho, não sei se é. É possível isso?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Está registrado. Depois o Quadrelli está inscrito, por favor.

A SR^a. ROSANA EVANGELISTA (ANA) – Rosana da ANA. Eu também estava acompanhando aqui a... Acompanhei todo o GAP e acompanhei também a reunião do CTPNRH e é como eles já esclareceram, foi o que eu entendi do que o Wilson falou, agora ele voltou ele pode deixar isso mais claro. Mas assim, o que ficou acordado na reunião da Câmara Técnica foi que a nota, essa nota que o FONASC se refere, que não foi só o FONASC, não é? Ela estaria no parecer da forma como está e ela realmente está. Ela foi colocada lá no item 17, nas conclusões tem lá, se alguém puder colocar para lá, só para registrar aqui. É no § 17. Decidiu por recomendar ao Conselho a aprovação do plano e que as questões levantadas na Nota Técnica sejam discutidas e aprimoradas. Então, esse foi realmente o que foi acordado na Câmara Técnica, como os demais membros já se posicionaram. Então, assim, pelo que eu entendi da pergunta do Wilson não é o que faltou no parecer, mas o que... Foi o que eu entendi, não é? O que ele perguntou foi o que o FONASC considera que falta no processo, mas dentro do acordo da Câmara Técnica, da CTPNRH está tudo dentro do parecer, que é esse item 17 que está resumido, tem em vários outros locais, mas o item 17 resume que as questões levantadas na Nota Técnica. Então, colocou a Nota Técnica, inclusive como anexo desse parecer. Então, não foi desconsiderando a Nota Técnica, ela está inclusive como anexo e ela não foi discutida detalhadamente como explicaram por conta do processo, de não ter sido enviado antes, mas ela foi inteiramente colocada como um anexo do parecer. Então, assim, como as respostas da ANA também explicando ponto-a-ponto o que entrou, o que foi considerado, o que não entrou e qual o motivo de não ter entrado. Então, é isso, assim, esclarecendo.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Quadrelli, por favor. Só inscrição, por favor. OK.

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – É pergunta mesmo. Esse parecer vai para a Plenária? Eu acho que não. Ele é só para poder dar base aqui. O que vai para a Plenária é o parecer da CTIL? Vão os dois?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Ou os Conselheiros recebem completo, tudo, mas o que é discutido é a Resolução. O que é projetado e discutindo.

(2:24:57). A SR^a. **NÃO IDENTIFICADA** – Não, mas a CTIL não faz um parecer de encaminhamento para a Plenária?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – De encaminhamento sim. De encaminhamento sim, que é o que reflete, se for o consenso, se for votação. É isso mesmo. Tem um parecer da CTIL que vai refletir a discussão de posicionamentos contrários, posicionamentos a favor, se tiver votação, votações contrárias, a favor e quantas foram abstenções. Isso vai estar no parecer para retratar o que aconteceu aqui. Se é unânime vai estar constando, é unânime. Se não é, com as posições de cada um e as ponderações das instituições. O parecer sim.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Eu vou só ler uma passagem aqui, das anotações sobre o parecer, até ela foi colocada em cima do item 16 das conclusões. Então, eu vou ler tal como me encaminhar, eu até modificaria alguma coisa da redação, mas só por estilo mesmo. Fala aqui, olha, o item 16, a representante do FONASC na Câmara Técnica apresentou Nota Técnica específica, que é essa assinada por vários especialistas, sobre o mapa de área de restrições de uso, informando que não se tratou de desqualificação de todo o processo de construção do PRH Paraguai e sim, de apresentação das ressalvas técnicas que se fazem necessárias, já que ao ver dos especialistas da região o mapa apresentado pela ANA em (...) apresenta apenas salvaguardas mínimas quanto a real necessidade de proteção dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraguai, demonstradas pela Lei 9433/97 pela Constituição Federal, já que o bioma Pantanal é considerado patrimônio nacional e que para se garantir sua conservação se faz necessárias efetivas restrições de uso, quanto à proliferação de hidrelétricas nas poucas sub-bacias ainda livres de barragem, para garantir a produção pesqueira na região, de elevada importância ecológica e socioeconômica. Quer dizer, além de ser, da questão ecossistêmica, muitas pessoas vivem da pesca na região, além de ser também um insumo importante para o turismo também, da região. Bem como o tramo Norte do Rio Paraguai, sem navegação industrial ou de grande porte. Então, enfim, quer dizer a grande preocupação é que, de acordo com os meus colegas, o estudo, o mapa apresentado pela ANA ele foi light em relação à definição dessas áreas, não apenas quanto à indicação de restrição de uso, mas até mesmo da indicação dos locais previstos para a instalação dessas hidrelétricas. Posso estar enganado, uma das coisas que eu mais gosto é de olhar mapa, eu não tive tempo de analisar a proposta de plano. Então, eu não posso, não posso falar em meu próprio nome, eu estou reproduzindo tal como me foi passado. Eu acho isso muito grave, eu não acho que é coisa para ir resolvendo durante a implantação do plano. Eu acho que o plano ele é uma carta, é uma carta guia, ele é um Norte que se dá para o rio. Então, eu acho que se ele tem esse tipo de lacunas, eu acho que está em tempo até de colocar como anexo, entendeu? Ao plano, por exemplo, a Nota Técnica, os mapas que eles sugerem. Mas eu estou, aqui eu estou expressando o cerne da preocupação dos nossos colegas, de que o plano ANA (...) ele foi, se não foi omissivo ao que parece, ele foi pouco cuidadoso com esses aspectos que são vitais para a bacia e para o Pantanal mato-grossense. É isso. Eu peço que conste em ata.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito, constará. Quadrelli e ELDIS, por favor, estão inscritos.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – José Quadrelli da CNI. Prezado Presidente, com relação aos pontos colocados pelo Gustavo... É Gustavo, não é? Gustavo da FONASC, são dados técnicos, foi uma discussão exaustiva na CTPNRH, inclusive várias falas que o Gustavo usou, a Débora e o João Clímaco usaram, foi debatido, foi conversado, foi colocado em votação. Voltou-

se pelo encaminhamento do plano com um voto contrário do FONASC. Com a ressalva de voto. Desculpe. Destaque de voto. Para deixar, para contribuir com o meu amigo Gustavo da FONASC, eu gostaria de colocar em votação se nós vamos apreciar a matéria ou se nós vamos devolver a matéria para a CTPNRH. Colocando isso em uma... Uma proposta de encaminhamento. Por quê? Toda parte técnica já foi discutida e aí a técnica foi vencida, lá na CTPNRH. Recordo sobre a atualização do preço público unitário quando nós viemos a essa Câmara trazendo argumentos institucionais, e legais, e colocou-se em votação. Nós perdemos, contribuimos para melhorar a redação da Resolução. Assim sendo eu sugiro que o encaminhamento seja, se o prezado amigo Gustavo tirar a intenção dele de retornar para a Câmara Técnica, onde já foi discutido muito e exaustivamente, se ele tirar nós continuamos analisando a matéria, mas se ele reiterar nós voltamos. E aí nós passamos para analisar a Resolução. É uma proposta de encaminhamento.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – ELDIS, por favor.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – Eu ratifico mais uma vez a CNI, mas eu gostaria, só para esclarecer o Gustavo a questão das hidrelétricas. Então, eu vou passar para as técnicas para elas explicarem como é que ficou como diretriz do plano isso aí, que você fica mais tranqüilinho.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Por favor, quem vai falar, Rosana ou Luciana?

A SR^a. ROSANA EVANGELISTA (ANA) – Não, assim, só lembrando, nós discutimos isso inclusive na Câmara Técnica...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Desculpe seu nome mesmo.

A SR^a. ROSANA EVANGELISTA (ANA) – Rosana. Desculpa. Rosana da ANA. É só lembrando, nós, como o Quadrelli falou, nós discutimos isso bastante também na Câmara Técnica, mas o assunto está aqui de novo. Esse tema da área de restrição de uso, especificamente sobre os empreendimentos hidrelétricos, ele entrou a partir da própria proposta da Débora, ele entrou como uma proposta de um mapa específico, que trazia como categoria R2 para os empreendimentos hidrelétricos e nós levamos isso para a apresentação na reunião do GAP, que tratou exclusivamente sobre o tema de área de restrição de uso. E nós acrescentamos esse mapa. Quando nós levamos esse mapa o grupo, que foi o que a Luciana falou anteriormente, o grupo votou por tirar esse mapa desse tema, área de restrição de uso, por entender que isso já estava sendo considerado nas diretrizes. Nós já trouxemos aqui as diretrizes. Tem o item diretriz para outorga de direito de uso dos recursos hídricos, uma das diretrizes que fala é, que os pedidos de declaração de reserva de disponibilidade hídrica ou outorgas, para novos aproveitamentos hidrelétricos, deve aguardar os resultados dos estudos. É, na diretriz está... A diretriz fala que os pedidos... Está escrito dessa forma, devem aguardar os resultados desses estudos. Então, assim, considerando que isso já estava em diretrizes o grupo aprovou, decidiu por retirar esse tema do mapa de restrição. Mas assim, o grupo decidiu isso e foi retirado, mas o tema está lá no plano. Então, assim, essa discussão, essa preocupação do FONASC ele está lá dentro de diretrizes. Então, assim, eu acho que é uma preocupação que é válida, que tem que ser discutida novamente na hora de discutir área de restrição de uso, até como a Aparecida falou também, é um tema que precisa, talvez, de mais

regulamentação, porque ainda não está muito claro o que são áreas de restrição, como que elas são definidas, não é? Mas assim, o tema em si ele está registrado no plano. Então, eu acho que a preocupação do FONASC ela já está sendo contemplada. Como a Aparecida falou, assim, o FONASC nesse assunto está muito mais bem complementado do que o próprio tema, o próprio setor elétrico e mesmo assim optou-se por aprovar o plano, porque foi o resultado que se conseguiu dentro do GAP. E a discussão que aconteceu na CTPNRH refletiu tudo isso também.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Obrigado. Wilson, por favor.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom, eu acho o seguinte, que a sugestão que o Gustavo deu no item 16 reflete a preocupação do FONASC. Ele repete a preocupação do FONASC, ou seja, quer dizer, não está dizendo que isso foi uma conclusão da Câmara Técnica. Põe o item 16, por favor, para mim aí na tela. Nas conclusões. É. Isso, Aqui, olha. Quer dizer, está dizendo que o FONASC apresentou e foi exatamente isso que o Gustavo leu. Eu não vejo problema nenhum em complementar uma fala do segmento. E como foi dito aqui pela Rosana, esse mapa de restrição de uso e esse estudo, assim como a Nota Técnica da ANA, serão anexados a essa Nota Técnica da Câmara Técnica do plano. Então, eu acho que está fácil de resolver esse problema.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Me permitam aqui. Então, vamos... Todos já falaram, estamos voltando algumas teses, as teses que foram colocadas. A CTIL analisa e respeita o debate das Câmaras Técnicas temáticas que se debateram e que tiveram suas concertações, discussões, as suas... Quem voltou, não voltou, nem todos os temas. Nós vamos... Nós não temos a institucionalidade de mexer em parecer de ninguém. Ponto. Se a FONASC ainda acha que não está contemplado, que é um direito, ninguém está tirando isso, mas essa discussão, nós não temos como mexer em um parecer de uma Nota Técnica que veio de outra Câmara. Nós vamos fazer a nossa Nota Técnica. Aí é outra coisa, não é? Para encaminhar. Então, dentro das ponderações que estão aqui está muito claro que, FONASC pondera de uma retomada, que seja mandado de volta, foi um encaminhamento dado pelo representante Gustavo para que se volte para a Câmara, porque nós não vamos e não podemos mexer em nota de outra Câmara Técnica. Está certo? E o encaminhamento que nós estamos fazendo aqui, se esse for aprovado. Então, não tem o que se discutir. Ele não sendo o retorno aprovado, aí nós vamos entrar na provação e na discussão, conforme também Quadrelli já colocou, na discussão específica da Resolução, que é o tema. Mas nós temos uma questão de ordem que é uma ponderação do FONASC, que é, não se sentido contemplado ainda por alguns motivos ele encaminha para que se retorne a Câmara Técnica de plano, para que ele faça as adequações na Nota Técnica. Mas para ficar claro, todos os documentos, inclusive na íntegra da posição da FONASC está no processo. Então, em nenhum momento isso está fora do processo. Então, ele está oficialmente no processo. Pelo que eu entendi é que não está refletido na nota, mas o documento na íntegra do FONASC consta no processo original. Então, ele está na íntegra. Então, nós queremos passar para o encaminhamento de que, dos que podem votar aqui, se concordam com... É uma questão liminar, se é para voltar não tem o que votar aqui. Se concordam aqui tem que tem que voltar para a Câmara Técnica. Se votar, se não, isso não é aprovado, aí nós vamos entrar sim, art. 1º, art. 2 da Resolução e vamos ver a Resolução na íntegra, porque a nossa função é de ver a Resolução, só que tem uma questão de ordem anterior, que é um pedido de retorno para a Câmara Técnica.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Sonáli da CHESF. Gustavo, estou até no momento calada escutando a discussão e

eu tenho a impressão de que a tua preocupação ela está entendida no que está posto no parecer quando diz que, ao longo da implementação do plano esse assunto deverá ser discutido. E a própria Resolução reflete esse cuidado quando ela mantém o funcionamento do GAP. Qual é a função do GAP nesse processo como um todo? A Resolução está mantendo esse funcionamento do GAP. Um outro ponto também é que no Plano de Recursos Hídricos eu peguei lá a parte que diz respeito à questão de hidrelétrica e ela diz o seguinte, vou ler. “o principal debate em torno de empreendimentos hidrelétricos na RH Paraguai diz respeito aos possíveis impactos socioeconômicos, em especial na pesca e no turismo, de alteração do regime hidrológico e comprimento da qualidade das águas, gerando dificuldade para assegurar o seu uso múltiplo. Neste aspecto a incorporação de especificidades construtivas, e operativas nos estudos, e projetos de aproveitamento hidrelétricos emergem como relevantes para a diminuição dos potenciais impactos, e a preservação das condições do ambiente em que se insere. São também fundamentais os estudos e equacionamentos associados aos usos múltiplos em suas feições socioeconômicas ambientais e estratégicas relativas à pesca, abastecimento urbano, saneamento básico, irrigação, transporte e usos industriais, lazer e outros, para que os principais conflitos pelo uso da água, atuais ou potenciais, possam ser identificados e compatibilizados. Chamo atenção para os próximos dois parágrafos que eu vou começar a ler agora. Cumpre destacar que o próprio modelo do setor elétrico brasileiro já envolve políticas e ações voltadas à regulação, a fiscalização e ao controle do uso dos recursos hídricos em uma clara interfase com os demais usuários da água (ANA 2007). Além disso, regulamentações do setor também estabelecem e garantem a discussão com a sociedade e a articulação interinstitucional com os órgãos ambientais, de gestão de recursos hídricos e junto a outras instituições envolvidas nos processos de aprovação e licenciamento dos aproveitamentos. Dada a importância do tema das hidrelétricas e seus potenciais efeitos na RH Paraguai, a ANA está conduzindo estudo específico com foco na avaliação dos possíveis efeitos, do ponto de vista de quantidade da água, qualidade da água, socioeconômica e ambiental, da implantação de empreendimentos hidrelétrico na região hidrográfica, a partir de dados primários e secundários. O estudo teve início em novembro de 2016 e terá prazo de execução de 42 meses. Então, eu acho que a tua preocupação ela é válida, ela é pertinente, mas eu entendo que da forma como está posto no parecer foi contemplado, porque ele diz, isso deve ser considerado quando da implementação do plano. E no meu entendimento a Resolução assegura isso, porque ela mantém a continuidade do GAP e o GAP, eu não tenho aqui qual é o objetivo do GAP, mas ele, no art. 2º ele diz, manter a atuação do GAP que deverá acompanhar a implementação do plano até a criação do Comitê. Aí diz que os estudos, projetos e programas elencados no PRH Paraguai, quando demandarem posicionamento do Conselho, deverão ser analisados pelo GAP, previamente o seu encaminhamento é o Conselho e suas instâncias. E que o GAP poderá submeter ao Conselho a atualização do plano, a luz de novas demandas e conhecimentos advindos de seu processo de implementação, sem prejuízo das demandas originárias. Também lá na Resolução fala, que a implementação desse plano deve ser empreendido... Devem ser empreendidos esforços visando uma gestão articulada da gestão dos recursos hídricos, tanto do ponto de vista geopolítico quanto do multisetorial. Então, eu enxergo, no olhar que eu coloquei aqui eu enxergo que a tua preocupação ela não foi esquecida, ela está aqui contemplada.

O SR. GUSTAVO (FONASC) – Isso é no plano não é.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Isso é no plano. Isso que eu li antes foi o que está posto lá no plano com relação a essa questão das hidrelétricas. E o meu entendimento de que essa preocupação ela foi vista, está colocada no parecer e a Resolução, a minuta de Resolução que está aqui posta, ela é contempla isso quanto mantém a atuação do GAP e coloca todos esses outros parágrafos aqui. Então, eu estou

entendendo que a tua preocupação ela está contemplada, ela está atendida, ela não foi colocada para debaixo do tapete.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Presidente, eu acho o seguinte, eu acho que você poderia, só para depois não ter chatice para o meu lado também, põe em votação essa proposta do Quadrelli, se nós continuamos ou não, já imagino qual vai ser o resultado, mas eu acho bom ter. E eu só queria deixar registrado o que eu já registrei, reforçar, eu não sei se foi a ELDIS ou a... Hoje minha cabeça não está boa. Que falou aqui. Não. Não foi. Mais ou menos. O negócio é o seguinte, é que ficou claro, quer dizer, o parecer técnico, alguém comentou aqui, tem que falar tantas pessoas... Não vou falar que tem que falar exatamente. Tantas pessoas participaram da reunião, as posições foram essas e aquelas. Então, o que disse aqui amparado, deu uma geral aqui para ver se essas questões fundamentais que eu disse aqui, que eu fiz a leitura aqui foram expressas aqui no parecer, como a questão das hidrelétricas, tanto quanto também a do tal do tramo Norte, elas não foram citadas aqui. Então, houve uma reunião, o FONASC foi o único a votar com uma ressalva, não é isso? Um destaque e esse destaque da forma como foi, eu explicitada aqui, ele não constou do parecer técnico. Então, não constou. Não constou, mas como está com pressa de aprovar, que agora dia 8 tem uma reunião do CNRH. Então, eu peço que fique registrado e que se... Que parte, que participe da Nota Técnica ou do parecer da CTIL esse registro. Não é? De que a Nota Técnica ou parecer, o parecer técnico 01/2018 da Câmara Técnica de Planos, ele não registrou alguns aspectos fundamentais e, sobretudo aqueles que eu li aqui, que eu pedi para registrar em ata, não os registrou e isso ficou omissa na Nota Técnica. E eu acho importante o que a Rosana falou sobre a questão dessas diretrizes, desse dever, dever e não sugestão. Dever de que só as... Como é que chama? As DRDH, outorgas e tal, elas vão ter que considerar o plano, não é. Então, isso para mim, isso me dá um certo conforto sim. Obrigado por esse... Obrigada por esse esclarecimento. Não é uma sugestão, como sugeriu aqui a nossa colega Aparecida, que eu respeito muito, gosto dela também e tal, mas é um dever. Então, se for assim está de bom tamanho, está razoável. Está razoável. Embora todas essas questões legais do setor elétrico, haja vista vários projetos hidrelétricos que nós conhecemos no Brasil não nos dão essas garantias que a Sonáli falou que a Lei estabelece. Belo Monte é um belo exemplo disso. Mas essa é outra questão, mas eu acho que assim, são questões que nós devemos considerar.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Por favor, queremos ir para os encaminhamentos. Por favor, Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Presidente, a Nota Técnica como foi falado aqui, teria que ter os anexos e ela não fala em momento nenhum desses anexos. Eu acho que tem que ter os anexos sim. Não é? A Nota Técnica, ficou combinado na reunião que a Nota Técnica encaminharia como anexo não só a sugestão, o parecer técnico, não é? Não só o estudo apresentado pelo FONASC como a resposta... Eu não vi isso aqui na Nota Técnica.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Da mesma forma que o mapa, a Rosana falou que o mapa está anexado. Eu não sei se está. Está mesmo Rosana? O mapa apresentado pelo FONASC? A Nota Técnica, mas ela não foi anexado... Não veio, os mapas não vieram como anexo dela. Segundo eu soube, até pelo pessoal do FONASC, eles falam, nós comemos mosca de não ter apresentado os mapas. Mas nós vamos encaminhar os mapas aqui para a CTIL, acredito que ela

possa incorporá-los, não pode? Como anexo ao processo? Então, nós vamos encaminhar os mapas também, relativos à Nota Técnica encaminhada pela Débora. Vou encaminhar daqui a pouco.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Olha, respeitando todos os posicionamentos, está muito claro as posições, nós vamos partir para o encaminhamento. O encaminhamento é, que passa pelo primeiro encaminhamento, proposta do representante Gustavo do FONASC que é, a devolução... A devolução desse processo e consequentemente da Resolução para a Câmara Técnica de Planos. Então, é isso que está sendo agora analisado. Então, vamos partir para o processo de votação, por favor, nós estamos em processo de votação, por favor, porque a parte técnica, se falta mapa, não falta mapa, quem vai dar conta é a Câmara Técnica pertinente, não é? Que já aprovou, eu estou respeitando a Presidente da Câmara Técnica de plano que mandou documento todo dizendo: nós debatemos e estamos aprovados. Aí depois nós vamos entrar no mérito se a Resolução atende ou não, é legal, mas a Presidente da Câmara Técnica que tem um plenário tão qual quanto esse, de respeito, aprovou e mandou isso, se for alguma coisa que não aconteceu, aí a Presidente da Câmara Técnica vai ter que dar conta disso. Mas eu não posso, não posso, com todo respeito, a parte agora, a parte técnica... Gente, não vou entrar em debate pessoal. A CTIL recebeu um processo com parecer da Presidente da Câmara Técnica se colocando. Ela é responsável pela assinatura dela e pelos pactos que ela fez dentro da CTIL. Nós temos um processo de vo... Perdão. Dentro da CTPlano. Agora, a CTIL vai dizer, tem um representante que coloca, não estou satisfeito, volte para lá. É isso que nós vamos votar agora. Está em processo de votação. Por favor, quem que se manifesta... Eu vou passar um por um para ficar gravado a manifestação, a proposta é, retorno ou permanência. Retornando para essa discussão. A permanência vamos analisar o texto da Resolução. Por favor, identificação e voto.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE/RJ - Prestadoras) – Luiz Eduardo Farias das prestadoras de serviço público. Sou pela permanência, que se nós determinarmos o retorno nós vamos estar apreciando o parecer.

O SR. GUSTAVO (FONASC) – Gustavo FONASC. Retorno.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-CNRH) – Célia Rennó, ABES, pela discussão da proposta.

O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (MME) – Permanência.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – José Quadrelli, CNI, permanência.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CTIL) – Bento Godoy, Comitês, permanência.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Permanência. Wilson de Azevedo.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) – Sonáli Cavalcanti, Concessionária de Geração Hidrelétrica, permanência.

1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) –
Eldis da ANA, permanência.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Ministério do Meio Ambiente, Sérgio, permanência. Então, com essa votação lavrada nós vamos agora partir para a... Não. Vamos partir para o almoço não. Vamos partir para olhar a Resolução, com todo respeito, vamos fechar esse tema. Aí partimos para o almoço, que será de 15 minutos, porque ninguém precisa almoçar, não é? Assim, para que almoçar? Almoçar é detalhe. Não, vamos partir para a Resolução, por favor. Eu vou fazer um encaminhamento, se não for aprovado, que é não ficar lento tudo. Já receberam, a não ser que esse pleno aqui queira, senão nós vamos abrir só para os destaques. A minha proposta é, aprovar a Resolução e depois nos destaques já direto. Essa é a proposta. Aí aprova ela e aí nós vamos... Quem tiver levanta o dedo e vai naquele destaque daquilo específico. Pode ser? Pode ser assim? Ninguém é contra? Então, está aprovada a Resolução. Não. Eu coloquei. Então, vamos lá, estou colocando em discussão nós aprovamos a Resolução da forma que ela está preservando os destaques que poderão ser feitos por cada um que está aqui. Aí vai direto no destaque para ter que evitar de ficar lendo um por um.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (Procurador da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro) – Então, eu aprovo. Luiz Eduardo das prestadoras, (...). Eu aprovo a Resolução. Só faço um detalhe só, no penúltimo artigo, no art. 4º onde se fala sítio eletrônico da ANA e descreve o sítio, do CNRH descreve o sítio, é não descrever o sítio eletrônico. Só botar, sítio eletrônico da ANA e do CNRH, porque eles podem mudar.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Estamos na sequência, por favor, pode seguir.

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – Gustavo do FONASC. Eu acho o seguinte, eu vou até aproveitar da exposição do Sindarta, não é? Sidarta. Sidarta. Não é sindacta não, é Sidarta. Aliás ele tem até um tipo indiano, parece aquele personagem do (...), que é um livro muito bonito. Mas aqui, olha, eu acho que aqui não está... Primeiro a ementa está errada, tá...? Porque ela não está apenas aprovando o plano, ela também está mantendo a autuação do GAP. Então, eu acho que... Não, mas ela... Não. Não. Não GAP não existe por causa do plano. O GAP existe... Não. Ele existe porque não existe Comitê, por isso que ele insiste. Se não tivesse o Comitê não teria GAP. Não é? Então, eu acho assim, eu acho, isso é uma questão... Eu acho que isso, isso é uma questão relevante, é uma questão relevante, porque do jeito que fica escrito aqui, ainda que fala assim, até a criação do respectivo Comitê, você vê que o GAP é mais importante que o Comitê. Não é? Se o Comitê fosse mais importante se iniciaria a redação do art. 2º mencionando ele, colocando o GAP como aquele sujeito que está substituindo na sua ausência, por enquanto. Não é? Mas... A outra questão...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – Gente, eu não estou falando da Resolução do GAP. Eu estou falando desta Resolução.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – Gente, o que essa Resolução aqui, ela está aprovando. Então, para que ela mantém o GAP. Então, tira o art. 2º, já que ele já foi criado e não foi descrito, tira o art. 2º. Nesse caso eu sou a favor de tirar o art. 2º, é uma possibilidade também, está certo? Nem menciona, retira o art. 2º. Tá...? Pelo menos o caput. Eu queria também considerar o seguinte, que nos considerando não foram consideradas as regulamentações a respeito das zonas úmidas. Existe o setor do Ministério do Meio Ambiente responsável por isso. Então, eu acho que deveria fazer parte, isso é uma omissão, uma omissão nos considerando que me parece fundamental. Por fim, eu acho que essa proposta de redação do art. 3º, ela está incompleta, porque ela está falando, gestão articulada dos recursos hídricos da região, tanto do ponto de vista geopolítico quanto multisetorial e esqueceu absolutamente da questão ambiental. Não é? Então, eu acho... Então, eu acho o seguinte, eu estou dizendo o seguinte, que na minha visão, na visão do FONASC e por tudo que nós já falamos aqui, não preciso justificar, está falando aqui que na implementação do Plano de Recursos Hídricos, art. 3º, na implementação de planos de recursos hídricos deverão ser empreendidos esforços visando propiciar uma gestão articulada dos recursos hídricos da região, tanto do ponto de vista geopolítico, que eu acho que é importante ter uma clareza, o que significa isso, quanto multisetorial e esquecer do ambiental. Isso nós não aceitamos. Quer dizer, como é que você vai, diante do Pantanal que é um dos biomas que está lá na Constituição Federal, esquecer desse aspecto? Entendeu? Então, eu acho que não dá para no art. 3º eliminar a questão ambiental na visão dessa gestão articulada dos recursos hídricos da região. Isso aí, eu acho que isso é uma questão de princípio, nós estamos em uma Câmara Técnica, dentro de uma secretaria do Conselho Nacional de recursos hídricos, faz parte da política ambiental e de recursos hídricos do País. Então, eu acho que tem que incluir isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então só, vamos lá, vamos tentar ser... Sem tirar o debate, mas sendo um pouco mais pragmático. 3 propostas, na ementa acrescentar o GAP. No art. 3º acrescentar a palavra ambiental e criando um considerando novo, que é para alertar da questão das zonas úmidas. Então, são 3 propostas que eu... Vamos continuar andando nessa sequência, pode ser gente? Célia, alguma coisa? Quadrelli. Há alguma coisa. Desculpe. Não? Adão, desculpe. Adão, não? Está ok.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (INDÚSTRIAS-CNI) – Com relação ao considerando e o art. 2º, eu estou de acordo com o Gustavo, retira o art. 2º, porque na Resolução que cria o GAP já diz que ele é responsável por acompanhar a implementação do plano.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Ele está repetindo o que está lá, enfim. Assim...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Com relação ao considerando do Comitê de Zonas Úmidas... Presidente, com relação ao Comitê de Zonas Úmidas, na versão que eu tenho já tem. Considerando a recomendação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, objeto do Ofício tal, de elaboração do PRH lá do Alto Paraná e articulação com a elaboração do macro zoneamento ecológico econômico da região. Já tem.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Interessante. Vamos ver.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Dentro do considerando. Eu baixei do site.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Quadrelli. Então, você baixou do site e essa Resolução já tem esse considerando?

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – É uma dúvida, até a hora que terminou a reunião a Débora ainda não tinha conseguido nos apresentar essa recomendação do Comitê de Zonas Úmidas, e ficou acordado, ficou acordado que nós esperaríamos até o final da reunião para ela apresentar, e ela não conseguiu que encaminhasse, ela foi lá e ele não tinha sido encaminhado. Aí ela falou assim, não eu encaminho... Não. Não é contra não, só estou... Aí ela virou... Isso. Aí ela virou e falou assim, eu encaminho... Se eu receber depois, depois do horário da reunião, eu encaminho para que fique anexado junto ao processo, para que nós abramos essa discussão quando for abrir da forma como o parecer estava fazendo o caminhamento. Mas até o final da reunião ela não tinha conseguido o parecer.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – É verdade. Então, assim, se tiver saído... Se tiver saído o parecer não faz problema estar aí. Se não tiver saído tem problema estar aí. Então, tem que fazer essa análise. E correlação aqui, o ambiental, eu colocaria já socioambiental, então.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Ok. Então, vamos lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Está dizendo ainda o que está sendo colocado, está aprovado ou não. São sugestões. Nós temos um procedimento de que cada um coloca as suas sugestões, nós estamos acatando as sugestões para dizer depois, vamos ver a que fica e a que sai. É assim o procedimento. Então, o Quadrelli colocou a possibilidade de socioambiental e o Gustavo concordou. Então, nós colocaremos lá socioambiental também no 3º e depois nós vamos... Calma. Depois nós vamos ver o que caiu, o que não cai gente. É o processo, não tem problema de concordar ou não, mas vamos colocar dentro de um processo tranquilo, com calma, com transparência e as pessoas têm o direito de colocar as suas posições. É só isso. Então, vamos fazer agora... Por favor, vamos continuar na rodada aqui, desse lado agora, por favor.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – A respeito... Seu Presidente, Eldis da ANA. A respeito da proposta do Gustavo, nós damos anuência a essa questão, só que não seria gestão articulada, porque o Inciso 3º do art. 3º da 9433 fala em gestão integrada. Então, alguns setores é articulada, mas para a zona costeira e gestão ambiental é integrada.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Sonáli, por favor.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Sonáli, Concessionárias de Geração Hidrelétrica. Gustavo, eu peço desculpas pela pergunta, porque eu havia saído, mas eu pergunto qual o problema de continuar e se manter a atuação do GAP lá no art. 2º, como ele estava antes, com os parágrafos? Em vez de

colocar no art. 1º aprovar o plano mantendo o GAP, qual o problema de no art. 1º ser aprovar o plano e o art. 2º, manter a atuação do GAP? Com os...

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – Não, é porque eu tinha sugerido incluir o GAP na ementa, porque a minuta da Resolução ela não está tratando só do plano, ela também está mantendo o GAP. Então, eu falei, põe o GAP na ementa para complementar o resumo da obra. Agora, eu não tenho nada contra manter não. Mas põe, então, na ementa. É só isso. Na ementa.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Eu compreendo. Agora, então...

O SR. GUSTAVO (FONASC) – Eu não vejo problema não, não acho que o que abunda nesse caso não vai prejudicar.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Eu compreendo. Agora, então, deixa eu fazer a segunda pergunta. Por que... Qual é o mote, qual é a razão principal dessa Resolução? É aprovar o plano, não é? Então, eu, assim, no meu entendimento eu acho que a ementa deveria tratar disso. Essa Resolução se destina a aprovar o plano. Agora no corpo dela está estabelecido que vai ser mantida a atuação do GAP.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Então, é assim, eu acho que a ementa é, qual é o mote principal dessa Resolução. É aprovar o plano. Agora, dentro do corpo da Resolução está definido, o GAP vai ser mantido. Eu penso que...

O SR. GUSTAVO (FONASC) – Tudo bem, eu não acho que essa não é uma questão tão, tão problema para... Tudo bem, eu acho que... Eu apenas quis é que ementa espelhasse isso, me pareceu que essa decisão, quanto a um grupo de trabalho que é chave para a história ela é importante, deveria ser mencionada, mas não acho que... Isso aí não vai, como Aparecida falou, já existe uma Resolução própria até. Não é? Então...

A SRª. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – É, eu vou citar para você, olha, na Resolução 152 fala, o grupo referido, que é o GAP, que ele cria lá o GAP no caput, acompanhará a implementação do Plano de Recursos Hídricos até a criação do respectivo Comitê. Quer dizer, só está repetindo, reforçando o que já está na definição da criação do GAP, você não está...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Da Resolução do GAP? Não. É a criação do GAP. Não. É o plano que tem que apontar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

2174
2175 **A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL)** – Tem um... Um capítulo não. Um volume de
2176 aspectos institucionais e legais que ele aponta como deve ser, quais as dificuldades agora, no
2177 momento, para se criar.

2178
2179
2180 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)** – E até uma resposta das colegas da ANA, no
2181 sentido assim, de falar assim, existe um *time* aí para implantação do Comitê ou vai ficar esse GAP
2182 aí, eternamente?

2183
2184
2185 **A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL)** – Eu inclusive sou muito a favor, a hora
2186 que se criar o Comitê toda essa discussão que está tendo aqui ela vai estar para dentro do Comitê,
2187 ela não vem para cá mais.

2188
2189
2190 **A SR^a. LUCIANA ZAGO DE ANDRADE (ANA)** – Exato. Então, eu não consigo precisar você
2191 exatamente se vai ser um ano, 2, enfim. Não é? Está dentro do... Digamos que... No momento nós
2192 estamos com uma reunião marcada agora para o dia 22, que a principal pauta dessa reunião do
2193 GAP é discutir o arranjo institucional previsto ali, para continuar a gestão da bacia. Então, é um
2194 assunto importante que vai ser tratado nos primeiros anos, agora, de implementação, e vai estar na
2195 agenda do GAP, com certeza, por várias reuniões ainda. Está bom? Mas assim, não sei te precisar
2196 quanto tempo.

2197
2198
2199 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL)** – Conselheiro Wilson,
2200 por favor.

2201
2202
2203 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuários de Águas para o Lazer e**
2204 **Turismo)** – Presidente, Wilson de Azevedo. Eu não estou entendendo se já estamos discutindo,
2205 porque já estão falando da proposta do Gustavo, e discutindo, e contrapondo. Quer dizer, aí eu fico
2206 confuso se é para discutir ou é só para fazer os destaques. Eu queria fazer apenas um destaque no
2207 último considerado, quando chegar na análise eu faço qual é o meu destaque, e se discute. Eu acho
2208 que o... Não é?

2209
2210
2211 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL)** – Se não ficou claro
2212 me perdoe, mas o que está, cada representante já está falando e já está fazendo os seus, já,
2213 destaques. Então...

2214
2215
2216 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e**
2217 **Turismo)** – Sim, mas e aí nós não aprovamos ou não...?

2218
2219
2220 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL)** – Ainda está feito
2221 os destaques, aí nós vamos agora olhar para ver...

2222
2223
2224 **O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e**
2225 **Turismo)** – Então, eu faço só um destaque no último considerando, só isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Pode ser, então.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Posso fazer já?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Pode, claro.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu, em vez de colocar na última linha, manifestou-se favoravelmente a aprovação do plano Paraguai... Do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai conforme Nota Técnica e seus anexos da 100ª reunião. Parecer, conforme parecer técnico e seus anexos da 100ª... Isso. É porque tanto faz se a reunião é 100, 101, isso aí... Não é? E não é ordinária. Câmara Técnica tem reunião ordinária, extraordinária? Eu acho que não tem não. Não é? É reunião, não é? Só reunião.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Eu quero também fazer uma observação, quando do GAP que ele pode levar o Conselho. O GAP é subordinado a uma Câmara Técnica, como qualquer GAP. Então, ele manda a sua Câmara Técnica respectiva, a Câmara Técnica que manda o Conselho, porque quem fala, quem fala, quem fala com o Conselho é a Câmara Técnica não é GAP. Não é GAP da barragens, não é Grupo de Trabalho. Os Grupos de Trabalho eles não falam com o Plenário. Os Grupos de Trabalhos eles falam com as Câmaras. Então...

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Depende do âmbito que ele é criado. Se ele for criado no âmbito da Câmara Técnica, esse Grupo de Trabalho foi criado no âmbito da Plenária. Quem criou foi a Plenária.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Eu gostaria só de tirar essa dúvida, porque senão também...

A SRª. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – O grupo de trabalho... O grupo de segurança de barragem, esses foram criados no âmbito das Câmaras Técnicas, por decisão da Câmara. O GAP foi criado pela Plenária com Resolução específica para ele.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Sim, mas na Resolução ele pode ser criado no Plenário, mas na Resolução ele subordina. Precisamos ver se na subordinação, porque senão... Senão GAP pode falar diretamente com o Conselho, não precisa falar com o plano, está certo? Nós temos só que checar isso aí, é só por uma questão, para não fazer. Se já tiver lá que ele fala direto, tudo bem, é só uma dúvida, senão ele tem que falar com a Câmara Técnica dele. É só essa questão.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Presidente, mas a Câmara Técnica ela tem caráter terminativo para algumas decisões ou ela tem que a qualquer decisão que for submetida a ela tem que ir para o plenário?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Todas as decisões vão para o Plenário, ele só é um órgão consultivo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Então, eu acho que deveria manter o CNRH mesmo, porque se não é terminativo, entendeu? Porque se for, assim...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Só estou falando o seguinte, as Câmaras Técnicas são instituídas pela determinação legal e elas estão criadas, elas é que conversam com o Conselho. Elas que conversam com... Ou um Conselheiro leva direto, mas um Grupo de Trabalho precisa ver lá só para checar. É uma observação de que senão os Grupos de Trabalho, só por questão de hierarquia mesmo e de legalidade, é só nesse sentido.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Mas você está tratando aqui é do considerando? Desse considerando ali?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Ele foi criado e tem essa determinação, mas eu vou dar uma checada nisso, tá... Gente? Porque é só para não ter, no sentido orgânico mesmo de insubordinação legal, é só nesse sentido. Então, vamos agora passar por cada proposta, para... Elas estão marcadas, para validarmos ou não as propostas. Então, o que nós vamos aí é direto nos destaques que foram feitos, para aprovar os destaques.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Uma ponderação aqui, que nós estávamos lembrando aqui é o seguinte, ali onde eu propus o acréscimo do sócio, do ambiental, virou socioambiental, mas lembrar também que isso não necessariamente retrata a questão ecológica, o socioambiental está mais assim, na integração do meio ambiente com as comunidades, a região que estão lá com o ser humano, com o homem. Então, eu gostaria de acrescentar também ecológico, inclusive porque a Constituição ela retrata isso no capítulo do meio ambiente, no equilíbrio ecológico, eu até...

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Deixa eu explicar melhor isso aí. A Constituição fala em equilíbrio ecológico e sadia qualidade de vida. Então, quando eu falo ambiental eu estou falando em social e Ecológico. Se eu falo socioambiental eu estou falando uma coisa redundante, porque ambiental não é só peixinho, ambiental é questão cultural, é questão de meio de trabalho, de meio ambiente artificial. Isso é o entendimento, inclusive doutrinário. Isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Se for isso, aí votaria para ser ambiental e não socioambiental, que você compreende que o socioambiental...

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – A constituição fala isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Mas, então, vamos em uma ordem aqui, aí na hora H, na hora de debater isso, aí tem um ponto, e o contraponto, e voltamos. Então, nós temos aqui, o representante Gustavo tinha colocado da questão do GAP, mas ele mesmo já retirou. Correto? Isso está certo. Então, perfeito. Perfeito. Seguindo o texto nós temos um acréscimo de um considerando inteiro sobre a questão de áreas úmidas. Correto? Não. Eu estou colocando a proposta, nós vamos agora debater e vamos voltar. A proposta foi colocar esse considerando novo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Presidente, posso? Gustavo do FONASC. Olha, eu acho o seguinte, primeiro Quadrelli falou que está, em uma versão que ele baixou já está essa consideração, não sei por que ela não entrou. Segundo, segundo ponto, eu acho que esse argumento, Cida, da Débora não ter encaminhado, isso está dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente, está dentro do Ministério do Meio Ambiente, é um Comitê do Ministério de Meio Ambiente que está fazendo resoluções em respeito àquela convenção de zona úmida...

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Qual a hierarquia desse Comitê de zona úmida ao Conselho Nacional? Isso tudo nós temos que colocar em discussão.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Não. Não é hierarquia não. Não é questão de hierarquia não. É consideração a...

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Mas como é que eu vou considerar um documento que eu não tive acesso a ele?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Mas eu, nós aqui, nós estamos tratando de uma discussão que trata da Bacia do Pantanal mato-grossense, do Rio Paraguai Pantanal mato-grossense, que tem uma importância biológica de tal ordem e essa questão das zonas úmidas, especialmente nesse período de crise climática, eu acho que faz parte do nosso papel institucional e legal aprimorar a norma, se ela veio com uma lacuna dessas. Ela veio com uma lacuna dessas. Então, eu peço que a redação lá, que o Quadrelli localizou em uma versão que eu não sei se é anterior ou posterior, que ela seja abordada, que estejam aí as recomendações desse Comitê, CTZU, um negócio assim.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Olha. Então, só para ficar claro, nós estamos neste momento debatendo a inclusão ou não de um considerando novo que trata das zonas úmidas dos sítios Ramsar, que é um compromisso do Brasil e do Ministério do Meio Ambiente que trata disso e cria essas áreas, internacionalmente.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – E essa é a maior zona úmida, me parece, do mundo.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Espera um pouquinho. Essa área está indicada como Sítio Ramsar? Vocês têm esse conhecimento?

2381
2382
2383
2384
2385
2386
2387
2388
2389
2390
2391
2392
2393
2394
2395
2396
2397
2398
2399
2400
2401
2402
2403
2404
2405
2406
2407
2408
2409
2410
2411
2412
2413
2414
2415
2416
2417
2418
2419
2420
2421
2422
2423
2424
2425
2426
2427
2428
2429
2430
2431
2432

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós temos que entrar aqui e olhar. Tem algumas que... É, não teria de cabeça, mas... Então... Faz. Pronto. A resposta está dada. O Pantanal faz parte dos Sítios Ramsar colocados pelo Brasil e referendados mundialmente.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Presidente. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, vamos seguindo, estamos ainda no debate desse mesmo... Desse mesmo considerado. Wilson, por favor.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Não, isso na reunião do plano ficou consensado que iria se incluir esse considerando. Não é?

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Desde que a Débora apresentasse o documento dentro da reunião e nós não conseguimos, ela não conseguiu esse documento...

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) — Então, põe a redação aí.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Gente, por favor, o negócio é o seguinte... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).* Nós estamos aonde? Nós não estamos na China não. Esse é um documento oficial. Então, se ela não... Não, por favor. Eu acho que assim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – A palavra está com Conselheiro Wilson gente, posições são posições, ninguém... Vamos ter que... Posições têm posições, não tem problema. A posição que está agora é o debate da inclusão disso. O Conselheiro Wilson está falando.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – É, eu acho que a inclusão desse considerando reforça a nossa Resolução. Não é? Não tem porque ter medo desse considerando, é só colocar a redação que o Quadrelli leu para nós na pedra, para nós verificarmos. Só isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Ok. Diga Roseli.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – Na sexta-feira a Débora... Eu já deveria até ter informado a vocês, a Débora encaminhou uma relação de umas recomendações do CNZU referente às áreas úmidas, referente a região do Pantanal. Então, tem duas recomendações aqui que nós vamos poder colocar nos considerandos, uma que dispõe sobre a conservação das sub-bacias livres de barragens, ainda restante na bacia do Alto Paraguai e do Rio Paraguai. Está ali na tela. Então, a recomendação do CNZU nº 10 de 22 de janeiro de 2018, saiu recente agora. Então, foi aprovada essa Resolução, que eu acho que é a que tem mais a ver com nossa discussão, que ao final dela recomenda algumas coisas, tais como: “A ANA e CNRH e ao MinT e DNIT que excluam o trecho do rio Paraguai denominado Tramo Norte, entre Cárceres e Corumbá, da possibilidade de navegação industrial ou de grande porte na Hidrovia Paraguai-Parana, uma vez que e um dos trechos de extrema fragilidade do Sistema Paraguai-Paraná de Áreas Úmidas quanto aos aspectos hidrodinâmicos, sedimentológicos, biogeoquímicos e ecológicos do rio Paraguai, e que declare este trecho como de "AREA COM RESTRIGAO DE USO para a navegação de grande porte". Esse aqui foi uma recomendação do CNZU que foi aprovada, no dia 22 de janeiro. Então...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, para ficar claro. Nós temos uma recomendação do Conselho Nacional de Zonas Úmidas. Do Comitê. Do Comitê. Que não estamos incorporando a Resolução. Nós estamos pegando um trecho, o que está sendo colocado aqui não é incorporar a Resolução, porque aí teria que fazer um estudo do que rebate isso, mas sim, em um considerando colocado a importância de que isso seja olhado, observado, e considerado, porque o Brasil tem uma série de acordos, e compromissos dessas áreas. É só para ficar claro, nós não estamos reproduzindo, falando, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos referenda a Resolução. Não é isso. Nós estamos colocando em um considerando que nós temos que ter esse cuidado e temos as recomendações das áreas úmidas. É isso que eu entendi que está colocado pelo Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Não, se os colegas quiserem colocar na forma de artigo nós podemos pôr também, não tem nenhum problema, não temos restrição.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Quadrelli, por favor.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Eu queria esclarecer aqui que eu cometi um equívoco, o considerando que eu olhei ele não estava na proposta de Resolução que eu recebi. Ele estava na proposta de Resolução da criação do GAP. Então, foi um equívoco meu, porque no considerando do GAP ele cita um ofício. No considerando de criação do GAP ele cita um ofício. Ele cita o Ofício. E não tinha, até a nossa reunião, a questão da decisão do Conselho. Então, assim, tanto na criação do GAP quanto na elaboração do plano foi considerado o que o Conselho de Zonas Úmidas está falando. Então, se o plano proposto é esse ele considerou. Então, não tem porque ter, não tem porque não ter, não vai fazer a menor diferença, porque foi observado.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Presidente, eu proponho que possa usar até essa redação lá, que o Quadrelli achou, mas citando essas duas recomendações aí já, que já vieram de lá para cá, que foram mencionadas aqui pela Roseli.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (INDÚSTRIA-CNI) – Eu só não gostaria de citar uma específica, porque aí você está limitando. Quando ele...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Não. São as duas recomendações referentes ao Pantanal.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (INDÚSTRIA-CNI) – Quando ele fala aqui em considerar as recomendações do Comitê de Zonas Úmidas, são todas existentes. Entendeu? No considerando são todas existentes.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Nós podemos falar, as recomendações do Comitê Nacional de Zonas Úmidas pertinentes à matéria. Ou a região alvo da matéria. Para mim tudo bem.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, após as discussões desse caso, agora nós vamos partir para o encaminhamento, viu representante? Nós vamos partir para a votação disso. Isso, na região do PRH Paraguai. Bom. Então, deixa estar na tela, porque aí fica mais fácil, para não ter nenhuma dúvida. Então, nós vamos votar o acréscimo do considerando, se ele é acrescido ou não. Essa é a votação. Só está acabando de digitar para não ter dúvida do que estará escrito, que depois de votado está voltado. Então, por favor, em regime de votação. Precisa... Alguém é contra? Se ninguém se manifestar contra vou dar como aprovado por unanimidade. Então, está acrescido por unanimidade a esse considerado. Ok? Passamos para o próximo. Para a próxima observação que tem de destaque.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Aquele considerado a mais foi, não é? Aí nós estamos agora no... Desculpe. Qual é o próximo depois daquele? Ah, perfeito. Perfeito. Correto. Então, nós estamos agora, no último é considerando, aonde o Conselheiro Wilson solicita para acrescentar conforme parecer 01 da Câmara Técnica de Planos, não é? Isso. Do Plano Nacional e seus anexos. Então, esse considerando remete a todo o processo existente. Correto? Alguém se manifesta contrário? Pois não.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – É só uma questão de esclarecimento. O parecer, que o único que tem é esse mesmo, que é pertinente a esse considerando? Não tem mais nenhum outro não? Não. Não. Os anexos ok. São os anexos ao parecer. Estou perguntando se existe algum outro parecer?

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Aí tem que ver com a Roseli ou com a Cláudia.

2535
2536
2537
2538
2539
2540
2541
2542
2543
2544
2545
2546
2547
2548
2549
2550
2551
2552
2553
2554
2555
2556
2557
2558
2559
2560
2561
2562
2563
2564
2565
2566
2567
2568
2569
2570
2571
2572
2573
2574
2575
2576
2577
2578
2579
2580
2581
2582
2583
2584
2585
2586

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Relatora CTIL) – Não, da Câmara só tem esse.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Respondendo, da Câmara só tem esse parecer.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Eu só queria entender uma coisa, é o GAP que aprovou esse parecer do CTPNRH ou o CTPNRH? E esse parecer do CTPNRH foi considerado pelo GAP? Foi levado à apreciação do GAP? Então, me parece que tem algum problema aí, olha, considerando que o GAP recomendou, tarará, tarará...
(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Ah tá, da Câmara Técnica. Beleza.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, não... Ninguém fez essa proposta, Cláudia. Então, nós estamos em regime de votação desse considerando, por favor.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Wilson, eu acho que não precisa colocar ‘e seus anexos’, porque já está lá no próprio parecer.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – É, mas complica se deixar?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Na verdade... Na verdade a CTPNRH ela não manifestou-se favorável à aprovação PRH conforme parecer. Foi? E seus anexos? Foi? Foi? Não, eu estou perguntando, foi conforme o parecer que ela...?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Então, a Câmara Técnica aprova o parecer, não é mesmo? Uai!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Vamos lá, nós estamos em processo de votação desse considerando. Aí eu vou ter que ser um pouco chato no sentido... Wilson, o Conselheiro Wilson propôs e teve um adendo aqui sobre o anexo ou não. Aí a representante Sonáli não teve problema. Então, nós estamos... Ou nós derrubamos, ou mantemos

como está no texto original, ou aprovamos com o acréscimo que está em vermelho. Está... Alguém é contrário ao acréscimo? Então, nós temos uma manifestação do acréscimo feito pelo representante Gustavo do FONASC, para ficar gravado, nenhum mais. Então, foi aprovado, podemos aprovar também esse considerando. Tem alguém... Tem alguma abstenção. Então, se não tem abstenção e só teve um contrário, todos são a favor, o restante. Então, todos os outros votos são a favor, isso é uma matemática de conta inversa. Vamos lá. Eu sou do tempo da prova dos nove, é aquele que tem que fazer a conta dos nove fora, aquelas coisa não é brincadeira, isso existia, isso é do meu tempo na matemática. É, vamos lá. Eu sou antes da matemática moderna, depois teve a moderna. Está certo? Então, vamos lá, vamos seguir. Vamos lá. Seguindo, o próximo destaque nós temos no art. 3º, na implementação do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai deverão ser empreendidos esforços visando propiciar uma gestão. Integrada entrou no lugar de articulada. Essa proposta foi feita, Doutora Eldis, em função da questão da constitucionalidade, se precisar... Da legalidade. Então, aí se precisar ela defende. Dos recursos hídricos da região, do ponto de vista... Aí ficou socioambiental, vírgula, ecológica, vírgula, geopolítico e multisetorial. Então, está em análise o art. 3º, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – Já foi falado. Eldis da ANA. O ambiental já abrange, socioambiental é redundante, porque ambiental é ecológico e social. Está no art. 225 da Constituição.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (INDÚSTRIA-CNI) – Eu pedi para colocar o social. Eu retiro o social, com base na argumentação da Eldis.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – Pode manter, mas é redundante socioambiental. Ambiental é social e ecológico.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – É Para quê?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – Ah não. Não. Então, deixa...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós temos ainda uma proposta de manutenção do socioambiental. Então, ficaria... Nós estamos acrescentando, para ficar claro, gestão integrada, saindo articulada para integrada. Entrando socioambiental, ecológico e permanecendo geopolítico e multisetorial.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Essa questão do multisetorial, lá no art. 3 da 9433 tem setores que não são, não tem a gestão articulada. A gestão integrada é só com ambiental Zona Costeira, o articulado é com o resto, com plano. Então, se vocês quiserem botar articulada no... Integrada com ambiental e articulada com o multisetorial. Então, é isso que a Lei fala.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Não, mas é aí que o pessoal vai botar articulada com meio ambiente. Meio ambiente é integrada, é diferente. É muito importante isso. Que está no artigo... No Inciso III do artigo... Pois é, mais ou menos, porque a Resolução nº 57 aqui do Conselho Nacional fala, entre licença e outorga, fala em articulação, não fala integração. Entendeu? Então, temos que reforçar a integração.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós temos uma proposta, esse... E o articulada passaria para antes de multisetorial?

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Sérgio. Sérgio, posso? Gustavo, escuta isso aqui, por favor, está lá no art. 3º da Lei 9433, diretrizes gerais de ação. Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional, Inciso I, gestão sistemática dos recursos hídricos sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade. 2, adequação da gestão de recursos hídricos as diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais nas diversas regiões do País. 3, a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. 4, a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos, regional, estadual e nacional. 5, a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo. 6, a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras. Porque não remete ao artigo. Remete ao artigo e pronto, já resolve isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Vamos colocar em tela, Roseli, então? Escrever isso para poder... Visando propiciar o quê? Por favor, Sonáli. Propiciar o atendimento ao artigo, é isso que seria?

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Deverão ser atendidos, porque artigo é para ser cumprido, é lei.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Deverão ser atendidos o disposto no... Deverão ser atendidos o disposto no... Deverá ser atendido o disposto no.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Olha só, eu vou discordar por uma seguinte razão, de certa forma com essa sua sugestão, Sonáli, você está dizendo que esse artigo é desnecessário. Não é? Porque obviamente se está na Lei 9433 vai ter que ser considerado. Agora, eu acho que a intenção do artigo foi mostrar a necessidade de ter uma referência dos aspectos fundamentais que dirigem aquele plano. Está desculpado. Está desculpado.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Gustavo. Então, se você discorda de fazer referência ao art. 3º, trata-se de escrever esse artigo usando articulado quando for articulado, integrado quando for integrado. Então, trabalhemos a redação.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Isso. Aí eu acho que está mais de acordo. Então, no caso vamos ver aqui. Nós estamos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Isso. Isso. E, por favor, gente, socioambiental não existe isso no mundo. No mundo. Existe socioecológico ou ambiental. Pelo amor de Deus!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Fala, mas está errado, não está na Constituição, inclusive em termos da... Etimologia da palavra, ambi-+ir, ir em volta do quê? Do meio. Então, é tudo que está envolvido. Se nós não tivéssemos a visão holística, nós estamos indo para trás no mundo. Entendeu?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Não. Socioecológico ou ambiental que pega tudo, Entendeu? Que está, inclusive na constituição, equilíbrio ecológico e sadia qualidade de vida.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Aparecida, o que você tinha proposto substituir, se deverão ser empreendidos esforços? Ah entendi. Foi a Sonáli? Eu acho que foi você.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Era simples, era só colocar, deverá ser atendido o disposto no art. 3º, ou os princípios, ou as diretrizes expostas no art. 3º. Mas o Gustavo discordou. Ele quer que seja explicitado. Mas aí o que eu coloquei para o Augusto é que, para ser da forma como ele está propondo precisaria colocar integrado no lugar certo e articulado no lugar certo. Então, teria que reescrever. Alguém já propõe aí como vai ser essa escrita.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Posso propor aqui, Presidente? Aqui olha. Olha, a minha proposta aqui, atendendo a sugestão da Sonáli aqui. Na implementação do PRH Paraguai deverão ser atendidos esforços... Não. Atendidos... Empreendidos, que atendido os esforços é complicado. Empreendidos esforços, visando propiciar uma gestão integrada dos recursos hídricos da região do ponto de vista socioambiental e ecossistêmico. Eu acho que é melhor do que ecológico. É... E uma gestão articulada do ponto de vista geopolítico e multisetorial. Aí...

A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Geopolítico eu acho que é perigoso, porque nós vamos estar falando em questão já de, transfronteirista e (...).

(3:38:08). O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas é mesmo, não é?

A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Não. É certo, mas aí vamos depender de Ministério de Relações Exteriores, tem várias coisas aí, envolvidas.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Uê, mas tem que envolver mesmo. Olha, eu, por exemplo, Presidente. O quê? Então, vocês querem que tire o geopolítico? Uai!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Olha, eu quero retomar. Nós tínhamos um artigo aonde foi pedido para incorporar uma palavra integrada, conforme está na Legislação. Aí teve um contraponto que, às vezes pode ser integrado, às vezes articulado, em função do art. 3º da 9433. Então, é só pegar aquelas palavras, são 3 palavras aí, é só ver onde é integrado, onde é articulado em 3 palavras gente. Aonde for na frente dela põe, integrada põe integrada, na segunda onde for articulada põe... São 3 palavras que tem aí.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Multisetorial, não no geopolítico.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – É só colocar essa palavra, às vezes é integrada, às vezes é articulada. É só colocar essa palavra, uma palavra, duas palavras na frente daquilo que... Que é o que nós estamos discutindo aqui.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Presidente, articulada no multisetorial e integrada é no ambiental.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Essa é a proposta. Nós temos um texto original. Então, vamos lá gente, para acabar isso aí para nós podemos ir almoçar. Nós temos... Nós temos um texto original, uma proposta aonde acrescenta-se a palavra integrada em alguns momentos e articulada em outros. Está certo? E temos uma proposta, uma 3º que é, cai isso tudo fora e coloca: na implementação do PRH Paraguai deverá ser atendido as diretrizes postas no art. 3º da Lei 9433. Nós temos 3 propostas até agora.

2795

2796

2797 **A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de**
2798 **Energia Hidrelétrica)** – Sérgio, eu acho que... Eu acho que da forma como está posto ainda não
2799 está atendendo, Gustavo, o que está colocado lá na Lei, porque ela fala de gestão integrada, a
2800 integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental. Ali está uma gestão integrada
2801 dos recursos hídricos da região do ponto de vista socioambiental ecológico. Não é isso que está na
2802 Lei. Na Lei está dito: integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. Isso é uma
2803 coisa. E a outra coisa é, articulação do planejamento regional... Cadê? A articulação do
2804 planejamento de recursos hídricos com os setores usuários e com o planejamento regional, estadual
2805 e nacional. Isso aqui eu estou entendendo que quem escreveu queria englobar quando colocou essa
2806 palavra multisetorial e geopolítico, mas não expressa, a meu ver, de fato, o que está lá na Lei.
2807 Então, eu acho que isso precisaria ser reescrito para atender o que você está colocando. Eu até
2808 gostaria, mas eu estou com muita fome, coordenador da CTIL. Então, você que está pensando
2809 nisso aí, propõe alguma resolução? Eu estou pensando aqui também, para atender o que você está
2810 colocando, porque não é isso que está escrito aí.

2811

2812

2813 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL)** – Vamos passar
2814 para o art. 4º e fica esse para posterior? Vamos lá. A proposta do 4º é a retirada do detalhamento
2815 da identificação do sítio, é só colocar, dos sítios da ANA e do CNRH. A justificativa foi porque
2816 podem mudar, não é? Os seus endereços eletrônicos e não se muda a Resolução. Tem alguma
2817 manifestação em contrário? Do 4º? Não gente, eu estou no 4º enquanto está escrevendo o 3º. Se
2818 não tem nenhuma manifestação contrária ao 4º, o 4º está aprovado por unanimidade. Voltamos ao
2819 3º. Querem parar, escrever? Eu já quase estou me rendendo.

2820

2821

2822 **A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de**
2823 **Energia Hidrelétrica)** – Posso? Olha, Eldis estava sugerindo aqui. Então, ficaria... Cadê? Deverão
2824 ser empreendidos esforços visando propiciar... Veja, visando propiciar a integração da gestão de
2825 recursos hídricos com a gestão ambiental, e a articulação do planejamento de recursos hídricos
2826 com os dos setores usuários, e com os planejamentos, regional, estadual e nacional. Pronto. E está
2827 conforme está explicitado na Lei, não vai gerar interpretação X, Y ou Z. Está ok?

2828

2829

2830 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL)** – Eu faço uma
2831 pergunta enquanto digitam. Substitui as outras ou vamos votar? Tem 3 propostas ainda em tela,
2832 podemos... Quem colocou aquela outra se retira? Sonáli, aquela da 9433 você retira? Tá... Então,
2833 é só para ficar claro. Retira, está certo? Então, nós vamos observar apenas uma... Um texto.

2834

2835

2836 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG)** – Pergunto, vai fazer mal se colocar uso
2837 do solo também? Porque... Porque a Lei aqui, o capítulo, art. 3º da 9433 também fala da
2838 articulação... É, multi... E a questão do uso do solo? Ah tá...

2839

2840

2841 **A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA)** – Legal isso aí. Nós colocamos a questão legal.
2842 Atualização legal.

2843

2844

2845 **A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-CNRH)** – É, Célia Rennó da ABES. O que eu entendi que está
2846 colocado aqui, que seria a importância dessa articulação. Não é isso? Da gestão dos recursos

hídricos com recursos ambientais e com a questão também multisetorial de todos os setores. Aqui nós estamos recolocando essa questão, mas nós estamos inserindo a questão de planejamento, estamos inserindo outras coisas que são... Não estou questionando a importância do que você escreveu aqui. Não é isso. É só que nós ultrapassamos na interpretação, nós assumimos outros itens que estão na Lei e que não foram resgatados. É.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Presidente, olha só, eu acho que o problema que pegou aqui foi a palavra ‘geopolítico’ e aqui se criou o receio de isso envolver a parte da política externa, da articulação continental, vamos falar assim, com os países vizinhos nessa região. Por isso vindo aqui a ao art. 3º da 9433, está se propondo uma definição que é mais... Menos conflitantes nesse aspecto, do ponto de vista das pessoas que estão... Que sabe como que é a tramitação desse tipo de discussão no nível do Governo Federal. Então, eu acho que foi isso objetivo. Podemos voltar com geopolítico lá, mas eu acho e eu até acrescentaria, ao invés de botar lá ‘bem com a gestão’, eu acho que é o seguinte, olha, com os planejamentos e uso do solo em âmbito regional, estadual e nacional. Ponto. Eu acho que já resolveria. E ou uso do solo, na verdade.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Só um minuto. Nós temos a inscrição do Adão, por favor.

O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR (MME) – Adão do Ministério de Minas e Energia. Eu estou lendo ali, eu estou vendo que você nomeando e eu acho que deveria fazer o seguinte ali, para ficar bem fácil, ficar bem legal para você entender, enxergar bem. Na implementação do PRH Paraguai deverão ser empreendidos esforços visando propiciar: Dois pontos. Aí você vai descer. Letra A, tem versão tal, tal, tal. Letra B. Eu acho que fica melhor se você numerar, aí você enxerga tudo bonitinho. Que assim fica muito complicado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Eldis, por favor.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – É só explicação, que essa questão geopolítica já poderá, primeiro que nós, a gestão de bacia hidrográfica não é geopolítica, ela é espacial, por bacia hidrográfica e o regional já abraça isso. Entendeu. Então, eu acho que está...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. ELDIS CAMARGO (MMA - ANA) – Pois é. E o nacional, se nós pensarmos em nacional, nacional vai ter que verificar todas as interfaces de relações exteriores, porque a bacia hidrográfica é mais ampla.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós temos aqui, então, uma proposta do representante Adão, que é colocar esse detalhamento como itens. Correto? Abrindo, A, B ou 1, 2, 3, incisos, não é? Seria essa a proposta dele. Não mexe no texto, mas colocaria isso como incisos, correto? Então, nós temos, por favor, esse texto novo. Vamos trabalhar nele no sentido de aprovação dele e em seguida vamos ver se fica melhor mesmo colocá-los em incisos? Quem se manifesta contrário a essa redação do art. 3º, por favor, se manifeste. Por favor. Então...

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE/RJ) – Eu sou contrário.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Tem um voto contrário a essa... A esse texto apresentado. Claro. Lógico.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE – Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) – Eu acho o seguinte, eu acho que nós abrimos demais a questão do artigo, ele era um artigo simplista e que a grande... A grande questão que fez com que houvesse essa mudança foi no ponto dizer se a gestão ela é articulada ou integrada. Aí quis abrir isso, aí virou aquele artigo daquele tamanho. Eu ainda, meu ponto de vista é, eu acho que nós estamos lidando aqui com uma Resolução. Todo mundo sabe que está abaixo de uma lei. A Lei em cima de nós ela vai dizer... Ela vai dizer o que é articulado e o que não é articulado. Não é? O que é integrado e o que é articulado. Então, eu acho, uma visão minha, eu posso estar equivocado, mas eu acho que... Eu acho que tem que... Quando nós falamos que há uma definição de não poder botar só o articulado, eu acho correto, que acaba no original, não é? E nós temos que pensar no integrado. Então, eu entendo que se nós retirarmos o articulado, o integrado já não estava. Tirar o articulado, e nós simplesmente deixarmos ‘na implementação do Paraguai deverão ser empreendidos esforços visando propiciar uma gestão dos recursos hídricos da região’, e aí o ponto de vista lá, geopolítico, e tal, nós melhoramos aquilo ali. Aí quem estiver fazendo essa gestão tem que saber da Lei. Ninguém é... Eu acho que está mais simplista... Eu achei... Desculpa. Não. Eu sei. Eu acho que o artigo como ficou, da forma como ficou, não obstante toda proficiência da Eldis e da Sonáli, para mim são duas mestres aqui dentro, eu acho que ficou um pouco confuso. Eu acho que confundiu. Eu lendo eu acho que está confuso. Eu acho que, talvez fazendo ela de uma forma mais simplista você vai estar dando aquela, aquele operador disso daqui a condição de... Bom, eu tenho que fazer uma gestão dos recurso. Tá... Mas o meu ponto de vista é qual? É multisetorial? É ambiental (...). Então, eu tenho que fazer o articulado integrar. Eu vou buscar a Lei. Entendi? Não. Eu iria no artigo normal lá em cima, o que está em preto. Lá em cima, o que está em preto. Art. 3º. Na implementação do Paraguai deverão ser empreendidos esforços visando propiciar uma gestão. Corta articulada. Uma gestão dos recursos hídricos da região, tanto do ponto de vista... E ali embaixo... Pode ser, nos termos da Lei 9433. Ótimo, que aí a pessoa já vai na Lei. Ótimo, é isso. Perfeito. Mas está na Lei. É, eu acho...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*. Perdão. Eu acho que a proposta do Luiz Eduardo, eu concordo com ela. Eu volto a afirmar do ponto de vista da Lei 9433, tudo que gestão de recursos hídricos é do ponto de vista da Lei 9433. Então, eu acho que concordo com ele de tirar o articulado. E aí acrescentar lá o ambiental, ponto de vista ambiental, e geopolítico, e multisetorial. E eu acho que, pô, eu acho que geopolítico envolve planejamento, ou não? Hein? É, pois é, mas o planejamento está na... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*. Eu tiraria esse nos termos da Lei 9433. Eu tiraria.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Olha, vamos lá. Então, continuamos tendo duas propostas. Continuamos tendo duas propostas, a não ser que se retire a proposta que está toda em vermelho. Pode tirar? Não. Então, a Sonáli... Por favor, Doutora Sonáli, Doutora Eldis, podemos retirar o 3º todo em vermelho e permanecer...

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Sonáli. Eu não vejo problema não. Eu acho que da forma como o Luiz Eduardo colocou atenderia.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, nós temos a proposta feita pelo Doutor Luiz Eduardo, que é uma complementação no texto Inicial mesmo e colocamos em análise que é... Podemos, então, fechar nessa proposta? Por favor, Wilson.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Olha, eu não quero atrasar mais o almoço nem botar lenha na fogueira, mas eu acho que a política de gestão de recursos hídricos ela é toda feita na base da articulação. Talvez a palavra articulada esteja fora de lugar, mas para você fazer qualquer gestão você tem que se articular. Não é? E acho que isso é a alma da nossa política. Não é? É.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – E esse... E outro ponto, é deverão ser empreendidos esforços. O que é isso? Deverão ser... Deverá ser observado mesmo, não é? Quer dizer... É, uai. É. Não. Eu estou em uma outra reunião outro dia, a ideia permanece a mesma. A ideia permanece a mesma, eu estou só tentando melhorar a redação.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Vamos ler, então, o art. 3º. Na implementação do Plano de Recursos Hídricos do Paraguai deverão ser empreendidos esforços para a gestão dos recursos hídricos na região, do ponto de vista ambiental, geopolítico e multisetorial. Correto? Então, esta é a proposta que está em votação. Alguma manifestação contrária? Não. Alguma abstenção? Então, aprovado por unanimidade. Muito obrigado. Vamos almoçar. Pacto. Sério mesmo, o tema ainda temos mais de 50% da pauta. Então, são 1:35, voltamos às 14:30. Não teremos uma hora de almoço. Teremos 55 minutos de almoço. Muito bem, dá para comer bem. Olha, muito tempo, não comam muito. Obrigado. Está paralisado para almoço. Olha, eu vou falando sério, assim, que sempre é sério, lógico, mas só para descontrair. Iniciarei às 14:30. Às 14:30 daremos início ao ponto de pauta seguinte. Só lembrando, é a proposta de Resolução que aprova os mecanismos de valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em bacias hidrográficas do Rio São Francisco.

(Intervalo para almoço).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Uma boa tarde. Vamos reiniciar os trabalhos da Câmara Técnica. Por favor, tomem os seus lugares. Então, dando

andamento aos nossos trabalhos, nós vamos passar para o item de nº 5. [Item nº 5 é a proposta de Resolução que aprova mecanismo de valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos, de domínio da União na Bacia do Rio São Francisco. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança, CTCOB.](#) Não é? Então, nós vamos dar agora, início a essa matéria. Deixa eu checar aqui para ver, para nós jogarmos, colocarmos essa matéria na tela. Infelizmente por questões profissionais e impedimento, a Presidente da CTCOB, a Livia, não pôde estar presente, ela faz parte aqui também desta Câmara Técnica, mas temos várias pessoas que participam, técnicos da Agência Nacional de Águas também, que participam da Câmara Técnica e também representantes aqui, na CTIL, que também militam na Câmara Técnica. Não é? Então, nós temos os documentos que foram encaminhados e nós vamos abrir, já iniciando para iniciarmos, iniciando, abrindo a palavra para que possamos começar a discutir um pouco. Convido também, até é interessante, talvez a Agência Nacional de Águas pudesse fazer uma fala. Também. Não é? Aí nós temos o Comitê que está presente, que também poderá e deverá falar. Temos Agência Peixe Vivo também presente, e falará também. Vamos pedir ao Presidente do Comitê de Bacias do São Francisco, Doutor Anivaldo, que faça uso da palavra para fazer o seu pronunciamento, porque assim começamos a... A discussão que é importante, é um tema muito importante. Obrigado.

O SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Presidente/CBHSF) – Bem, boa-tarde a todos. Mais uma vez agradecemos aqui a oportunidade de defender os interesses do Comitê da Bacia do São Francisco, tem sido um processo longo. Eu gostaria só de rapidamente contextualizar o que aconteceu. Bem, o nosso Comitê já se encontrava com 2 ou 3 anos, talvez até mais, Alberto Simon aqui pode me corrigir, que é o diretor-técnico da Agência Peixe Vivo, e é quem comanda a área técnica, importante também quem comandou esse processo de atualização da nossa metodologia, e da nossa cobrança. Mas nós já nos encontrávamos relativamente atrasados em relação a isso, e como o Comitê do São Francisco trabalha com a priorização de alguns assuntos, e alguns desafios de grande porte que nós vamos, procuramos ir resolvendo em cada uma... Em cada um dos nossos mandatos, dentre eles o Plano de Bacias, o Plano de Aplicação Financeira e tal, mas havia essa pendência que era, de fato, a atualização da metodologia e dos valores da cobrança. Então, reunimos a Câmara competente, que é a Câmara Técnica de Cobrança, lá se chama CTCOB, e com acompanhamento da nossa CTIL, também do Comitê, e iniciamos um processo antes, com o cuidado de levar a questão à mesa quando ela estivesse minimamente, digamos assim, instruída. E o que é que nós entendemos como minimamente instruída? Foi o fato de levar uma proposta concreta, não baseada apenas em considerações intuitivas, mas sim baseada em um estudo, em uma pesquisa de campo no colhimento de outras experiências. Etc. Então, contratamos uma empresa. Quem ganhou a licitação foi a Empresa Gama Engenharia, que é bastante reconhecida na área de recursos hídricos. E pedimos para que preparasse uma minuta com base, evidentemente no trabalho que se desenvolveu em 4 meses, me parece, e com a recomendação de contatar com todos os segmentos de usuários das águas, colher informações atualizadas sobre a questão, tanto no nível internacional, mas, sobretudo nacionalmente, ali onde há cobrança pelo uso da água, com a preocupação também de considerar a Bacia do São Francisco como uma bacia muito grande, muito heterogênea, onde evidentemente as atividades são absolutamente, digamos assim, espalhadas, e mesmo dentro de um só segmento você tem realidades diferentes, como é o caso da irrigação, uma coisa é você irrigar no alto, e outra coisa é você irrigar no médio ou no baixo São Francisco, etc., etc. De fazer algum estudo também de mercado, sobretudo no que diz respeito à agricultura, porque evidente que a agricultura usa de 70 a 80% da água, mas também verificar junto aos outros setores de abastecimento, de indústria, de mineração, enfim, todos os usuários da água, quais são as realidades que nós nos defrontamos no momento, e fazendo, inclusive, contraponto com a crise hídrica que se estende de 2013 até agora. Ou seja, construir uma coisa com solidez e introduzindo, evidentemente alguns princípios que fazem parte, evidentemente não é da conceituação do nosso plano, inclusive o nosso plano foi atualizado no final de 2016 e em um grande diagnóstico socioambiental que nós fizemos, que envolveu quase 6 mil pessoas, algumas

3054 coisas foram muito pontuadas por todos, inclusive no que diz respeito ao uso racional da água, que
3055 é uma reivindicação unânime dentro da bacia, que evidentemente haja estímulos para que no uso
3056 da água, evidentemente se possa estimular cada vez mais a implantação de tecnologias que ajudem
3057 a esse uso racional. Foi assim que tudo isso se traduziu em uma fórmula, uma nova equação e a
3058 nova equação se propôs, evidentemente a premiar, é claro, todos aqueles usuários da água que se
3059 esforçam pelo uso racional desse insumo que é fundamental, sobretudo em uma bacia como a
3060 nossa, que tem mais da metade do seu território inserida no semiárido brasileiro. Feito isso, essa
3061 minuta foi objeto de meses de discussão na nossa Câmara Técnica de Outorga e Cobrança,
3062 abrimos a possibilidade para que cada setor usuário pudesse fazer suas considerações. Demos
3063 inicialmente 2 meses. Não foi suficiente, nós estendemos o prazo mais 2 meses e à medida que as
3064 contribuições iam chegando houve grandes debates no contexto da Câmara Técnica de Outorga e
3065 Cobrança, muitas reuniões foram necessárias, mas finalmente em uma negociação direta,
3066 principalmente dos próprios usuários do setor de abastecimento com a indústria e assim por diante,
3067 nós chegamos a um consenso de uma proposta final a ser encaminhada a nossa Câmara, a nossa,
3068 aliás, ao nosso Plenário. Mas antes de chegar ao Plenário tivemos o cuidado de fazer 4 grandes
3069 audiências públicas em cada uma das regiões da nossa bacia, do baixo, do médio, do submédio e
3070 do alto. Para essas audiências públicas que foram amplamente difundidas em cada região, todos
3071 os segmentos de usuários da água foram convidados, não só os que estão representados no Comitê,
3072 mas em geral quaisquer dos componentes desse segmento que quisesse tomar conhecimento disso,
3073 evidentemente tiveram essa oportunidade presencial, inclusive, porque do ponto de vista virtual
3074 tudo isso esteve espelhado durante quase 2 anos no Portal do nosso Comitê e com destaque para
3075 cada um dos passos que nós adotamos. E finalmente, ainda no decurso da construção desse
3076 processo, nós fizemos aqui em Brasília uma reunião específica, e convidamos todos os órgãos que
3077 tinham algum tipo de interface com essa questão, principalmente os Ministérios, a Agência
3078 Nacional, e tal. Fizemos essa discussão aqui, já tínhamos feito também no contexto do plano, e
3079 nos pusemos à disposição, principalmente dos nossos parceiros da ANA, para que eles pudessem
3080 também acompanhar, porque não adiantaria de nada nós ficarmos construindo uma coisa
3081 completamente, digamos assim, separada daquilo que a nossa contra face que é a ANA faz, porque
3082 ambos estamos inseridos nessa questão da cobrança. Então, finalmente isso foi, digamos assim,
3083 finalizado e fizemos a nossa plenária, foi em, foi em agosto, aqui em Brasília. Foi em Brasília, não
3084 é? Aqui em Brasília e ao largo de toda uma discussão, a Plenária foi uma Plenária praticamente
3085 dedicada a isso, a nossa matéria foi aprovada, não é? Com poucos votos contrários, notadamente
3086 da agricultura irrigada, com participação a época da CODEVASF, que se fazia porta-voz,
3087 evidentemente dessas posições que tinham certas restrições ao que foi pactuado. Mas a Plenária
3088 por esmagadora maioria de votos aprovou um processo, como disse, democrático, que respeitou
3089 todos os trâmites do nosso Regimento Interno, caminhou pela Câmara Técnica específica para
3090 analisar, e construir esse consenso, foi de ampla transparência, do ponto de vista do conhecimento
3091 da opinião pública sobre esse assunto, e democraticamente foi sacramentado em uma plenária tudo
3092 como manda, evidentemente o Regimento, e de acordo com a Legislação, Legislação vigente. Em
3093 agosto, portanto, encaminhamos o processo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através
3094 de sua secretaria executiva, que é a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e de lá para cá viemos
3095 participando do trâmite que começou pela CTCOB aqui do Conselho, por duas vezes. Da primeira
3096 vez tivemos ampla possibilidade de discutir, como a metodologia foi construída, todas as, digamos,
3097 possíveis indagações foram respondidas. Não foi possível resolver isso na primeira reunião da
3098 CTCOB, porque faltava, evidentemente, como manda o Regimento ou um parecer, uma Nota
3099 Técnica da Agência Nacional. Esperamos pela segunda reunião, já com a Nota Técnica da Agência
3100 Nacional finalizada. Tivemos uma excelente conversa com os nossos parceiros da Agência
3101 Nacional, antes da segunda reunião da CTCOB. E há poucas semanas antes do Carnaval nós
3102 tivemos a reunião final na CTCOB, e chegamos, evidentemente, a um consenso. É a metodologia
3103 a grosso modo e o que o Comitê aprovou foi homologado claramente, tivemos inclusive uma
3104 votação. Houve um único voto contrário à decisão que foi adotada, ainda assim a pessoa que deu
3105 o voto contrário revelou que estava dando aquele voto porque o voto foi fechado, era um voto do

segmento que representava. Mas, evidentemente, com apenas, me parece duas abstenções, isso significa que nós consideramos que finalmente aquilo que nós produzimos evidentemente foi reconhecido. Na ocasião foram apontados, inclusive pela equipe da ANA, sobretudo alguns erros que na formação aí figura como erros materiais, se bem que essa conceituação, erro material pode induzir a diversas interpretações, na realidade foram erros de digitação, a maioria deles, não é? Pontualmente até na composição da fórmula houve repetição aqui, ali, com excesso de um dos componentes da equação, mas nada que não pudesse ser resolvido mediante o apontamento disso e uma nova redação que de fato corrigisse essas questões. Assumimos um compromisso com a Agência Nacional de Águas, que foi o de criar as condições para que, dentro da nossa equação aqueles elementos que embutem a necessidade de você aferir a maneira como as pessoas estão incorporando tecnologia ao seu uso, pudesse ser de fato acompanhado. Foi assim que a Comissão entendeu que para entrar em vigor seria prudente levar essa Resolução a de fato ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, por que vai dar tempo, a Agência Nacional de Águas e a Agência Peixe Vivo criar, então, as condições para que aquilo que nós estamos propondo aprovação possa de fato ser aplicado da melhor maneira possível. Não sei se Alberto quer complementar alguma coisa, mas enfim, esse é o nosso relato, entendemos que o nosso papel foi absolutamente cumprido e estamos aqui apenas para acompanhar o processo, porque entendemos que pelo ritual a responsabilidade agora por esse aspecto é pela entrada em vigor dessa atualização. Cabe, de fato a decisão final do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E só me resta dizer, ao final, que o Comitê e a bacia inteira esperam com grande expectativa, que finalmente essa atualização, essa nova, evidentemente, metodologia, sejam finalmente aprovadas, porque temos necessidades extremas de construir com solidez uma situação na qual o nosso Plano de Recursos Hídricos possa de fato sair do papel e ser aplicado em uma bacia que tem desafios enormes pela frente. E é evidente que essa questão da cobrança, não só do ponto de vista pedagógico, mas do ponto de vista de sustentação prática das atividades de gestão que cabem ao Comitê e as suas agências sejam assegurados, porque nunca como antes a bacia evidentemente precisa de solidez e de celeridade para enfrentar os desafios que lá estão. Muito obrigado. Boa-tarde!

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Presidente Anivaldo, muito obrigado pela explanação. Eu vou pedir agora que a Agência Nacional de Águas fale. Aí no final, acredito Liliana, como relatora também da Câmara, possa fazer a última apresentação, aí abrimos um debate maior.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Boa-tarde! O que Anivaldo falou é tudo que aconteceu na tramitação mesmo, dentro do Conselho, inclusive ele já citou que houve uma reunião da CTCOB em outubro. Eu não represento aqui a CTCOB em si, eu sou um participante da CTCOB, a Livia que é a Presidente da CTCOB. Mas o que o Anivaldo relatou foi exatamente o que aconteceu. Houve uma reunião em outubro onde o Comitê e a Agência de Água da Bacia do São Francisco, representada pela Peixe Vivo, explanaram as motivações da proposta. Houve também encaminhamentos de posições contrárias que foram debatidos naquela reunião. E o encaminhamento dado na reunião de outubro é que se aguardaria a Nota Técnica da ANA, conforme prevê a própria Lei da ANA que subsidiam o Conselho para tomada de decisão da matéria, e por isso teve a reunião realizada em fevereiro, mas como Anivaldo falou, antes da reunião a ANA teve uma reunião junto com representantes do Comitê, para mostrar que havia algumas incongruências longo do texto, que são exatamente as que a CTCOB aponta na Minuta de Resolução, que precisam de ser adequadas. E esse é um momento novo, uma fase nova que entra o Comitê da Bacia do São Francisco, porque quando a matéria da cobrança teve aqui em 2010 não havia agência de água naquela bacia hidrográfica e desta vez a matéria vem aqui a partir de um estudo contratado pela Agência de Água, no caso a entidade delegatária, Peixe Vivo, e essa é a função da agência, propor ao Comitê os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos.

A ANA fez a Nota Técnica e apresentou na CTCOB aquilo que a CTCOB considerou como relevante foi inserir da minuta de Resolução, principalmente (...) daquelas adequações necessárias às formas. E na CTCOB, já relatado pelo Anivaldo, uma posição contrária apenas. Eu não sei se o Cristiano quer acrescentar alguma coisa, porque eu estava ausente da última reunião da CTCOB, infelizmente, felizmente por estar de férias, mas infelizmente eu perdi a reunião. Então, a proposta deve estar na tela, ela tem parecer favorável da CTCOB para aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (RELATORA DA CTCOB) – Então, boa-tarde novamente. Liliana, relatora da CTCOB. A Lívia não pôde estar presente, mas assim, sem querer repetir o que já foi dito pelos outros, só ressaltando para vocês, que se alguém leu a Nota Técnica da ANA, a sensação que se tem ao ler a Nota Técnica pode apresentar alguma divergência quanto a sua conclusão final e a recomendação da CTCOB. Mas no interior da nota, no decorrer da nota se percebe o posicionamento técnico da Agência Nacional de Águas que alerta sobre o risco e isso está no parecer da Lívia, alerta sobre o risco de não obtenção de alguns dados, de acordo com o que está exposto na metodologia. No entanto, houve um acordo entre a Peixe Vivo e a própria ANA, de que se aprimore os procedimentos necessários para que se garanta a obtenção desses dados. E por conta disso também houve alteração do prazo, primeiro porque os boletos de cobrança de 2018 já teriam sido emitidos, não haveria tempo de uma nova reemissão com a nova metodologia. Então, também houve uma alteração de prazo na CTCOB, que essa metodologia passaria a valer a partir de 1º de janeiro de 2019. Então, essa é uma alteração importante que eu não sei se alguém mencionou. Fora isso a CTCOB, então, resultado da discussão técnica dos membros da CTCOB, sugere a aprovação dos mecanismos da forma proposta, desde que ressaltados, então, os erros já corrigidos na minuta da Resolução.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Obrigado também ao Marco da ANA e a Liliana pelas explanações. Então, vamos abrir para discussão. Está aberta a Resolução, é uma Resolução, ela, claro que para chegar aqui ela é complexa, naturalmente, pelos dados, mas ela é uma Resolução mais simples, que ela coloca os mecanismos. Não é? Então, a Resolução está projetada e também vocês já receberam e está aberto agora para poder fazer uso da palavra.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-CNRH) – Célia Rennó da ABES. Eu li a Resolução, e eu li o parecer da ANA, e eu vi essa inconsistência, e achei que o parecer não me deixou muito claro, porque a ANA questiona vários dos coeficientes que são apresentados na formulação, e que depois aparece aqui no final. Então, para mim que não tive o tempo de analisar todos os coeficientes um a um, porque cada um... Uma eficiência disso, eficiência daquilo, eu fiquei com dúvidas, assim, o quê que foi realmente que mudou e que ficou incorporado dentro da Resolução, está certo? E aquilo que foi assumido, que foi seguido o Conselho da ANA. Então, para mim, como Conselheira que leu os dois documentos e aí com um pouco de engenharia na história, não é? Eu achei que ficou faltando esse link. Nós não temos certeza, você está dizendo aqui que está tudo dentro da Resolução, foi incorporado todos os... As recomendações de modificação que os técnicos da ANA fizeram, mas não ficou claro para mim, porque, o que foi, e o que não foi, me parece que tem alguns que foram, e outros que não, a discussão chegou a isso. Seria muito importante para nós que nós tivéssemos um pouquinho melhor esclarecidos, o quê que foi incorporado e o que deixou de ser incorporado, só para nós voltarmos com mais garantia.

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – Eu não sei se responde agora ou você prefere fazer uma rodada, como é que...?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Vamos fazer uma rodada. Tem Aparecida e tem o Gustavo, por favor.

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Primeiro eu quero, na pessoa do Anivaldo parabenizar o São Francisco, porque nós trabalhamos com gestão sabemos que esse trabalho que vocês fizeram foi... É difícil de fazer, nós sabemos como é que é e vocês realmente tiveram o cuidado, e a preocupação de ter uma ampla discussão, e isso é muito importante para que chega até aqui de uma forma, com respaldo forte, e realmente garantido na bacia. Eu não pude participar da reunião da CTCOB, mas eu acho que também nem caberia na CTCOB colocar o que eu vou estar colocando aqui para vocês, porque eu acho que é uma questão muito mais legal do que da cobrança em si mesmo. Como já tem na Resolução do PCJ, se não me engano eu acho que a do (...) tem também, do CEIVAP, como essa Resolução do CNRH aprova a Resolução do São Francisco e seus anexos, no anexo, eu acho que é o 1, da Resolução... Da deliberação do São Francisco, no art. 5º que fala sobre a cobrança de PCHs, ele tem um § Único que é... A Resolução ela... A cobrança é feita da forma como nós vemos nos outros Comitês e da forma como é feita a cobrança da compensação financeira também do setor elétrico. No § (...) ele coloca: a implementação efetiva da cobrança de que trata este artigo, dependerá de ato normativo de autoridade Federal competente, relativa à cobrança pelo uso de recursos hídricos para a geração hidrelétrica por meio de pequenas centrais hidrelétricas. No dia... Deixa eu só pegar aqui. Nós temos um parecer da AGU de 27/12/2016. Eu peguei a última assinatura eletrônica que é do procurador-geral, tem desde o dia 19/11, mas vale, eu peguei a assinatura eletrônica que é do Procurador, que é que realmente... 27/12/2016 tem um parecer da AGU que eu deixei a cópia aí, com a Roseli e eu fiz um extratos em que eles são 7 páginas. Se eu for só para a conclusão, eu acho que vai ficar uma coisa que não vai atender direito o que eu estou querendo dizer, porque a conclusão fala: ante o exposto é... Foi um pedido de esclarecimento que foi feito pela Procuradoria da ANA... Da ANEEL, e o Procurador-Geral respondeu para a ANEEL pedindo que fosse dado ciência a Procuradoria-Geral da ANA também, esse parecer. O parecer está aqui disponibilizado. Aí está, ante o exposto conclui-se pela ilegalidade de cobrança pelo uso de recursos hídricos, referido no Inciso IVº do art. 5º da Lei 9433/97, em relação às usinas hidrelétricas albergados pela isenção de pagamento de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos. Eu poderia ler uma página e meia de todos os argumentos, os fundamentos que a AGU deu. A questão não é essa. Nesse mesmo mês, novembro de 2016, foi publicada a Lei 13.360 e nessa Lei ela define a questão da cobrança de PCH, dizendo que é a partir da renovação da outorga. Então, a minha questão é, como que nós vamos ter? E aí a preocupação não é só em relação à Resolução do São Francisco. O que nós temos que perceber é que a normatização foi feita por Lei. Então, não cabe mais isso dentro de uma Resolução. Eu acho que a nossa preocupação é outra, que a Lei 13.360 trouxe, que eu acho que essa CTIL deveria se debruçar sobre ela. O quê que ela coloca? Ela fala que ao titular outorga, que ela fala da renovação de outorga, não é? De que trata o caput, será facultado prorrogar o respectivo prazo de vigência por 30 anos, nos termos da Legislação, vigência, aí para essa faixa de potencial hidráulico, mediante as seguintes obrigações. Inciso II. Recolhimento da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei 7.990 de 28 de dezembro de 89, a partir da prorrogação da outorga revertida... Tá... Desculpa. A partir da renovação da outorga, revertida integralmente ao município de localidade do aproveitamento e limitada para os aproveitamentos autorizados de potência maior que 5 mil e igual ou inferior a 30 mil, a 50% do valor calculado, conforme estabelecido no art. 17. O que essa Lei faz? Ela no artigo anterior ela passa a compensação financeira de 6 e 75 para 7, aonde ela especifica que 6 25 é compensação financeira e mantém o 075 da cobrança pelo uso da água, que é o que é destinado a ANA... Ao MMA para ir para a ANA, para manter o sistema, que é o que é, na 984, estabelecido como é a cobrança pelo uso da água. Em um artigo mais abaixo, que é esse... Isso é

no art. 3º, ela fala isso. No art. 5º ela fala, que as PCHs que seriam de 50 a 30, aí ela vira e fala em um artigo acima, dizendo que até 50 mil, seria de 5 a 50 mil, que não é só PCH. Então, nós temos de 30 a 50, em um intervalo também que ela está fazendo, e ela restringe de 5 a 30 dizendo que ela vai ser, ao invés de ser 7% vai ser 3/5%, e esse recurso vai ser totalmente destinado para um município. A Lei anterior fala que esse recurso ele é distribuído entre os municípios que estão a área de entorno do reservatório. Então, esse já vai ser o primeiro problema que nós vamos ter, porque municípios que hoje, de 30 a 50 megas recebem a parcela da compensação financeira, a partir da prorrogação de outorga, se tiver prorrogação de outorga, se houvesse interesse, ele vai parar de receber e só o município onde ele está instalado que vai passar a receber. A outra questão é, quando ele pega, ele fala que dos 7%... Dos 7% vai se cobrar só 50% e esse vai todo para o município, ele pegou a parcela da cobrança pelo uso da água, e embutiu aí também, e está passando para o município, o que é um recurso que é cobrança pelo uso da água. Ele juntou tudo em um bolo só e está. E aí é o que nós falamos... Eu não sou advogada, nós podemos abrir mão de receita e esse PL eu acompanhei a tramitação dele, ele não veio com esse artigo. Isso foi uma daquelas coisas que nós conhecemos, que na plenária, na última hora entra um artigo para poder... E ele vem ferindo várias dessas questões. Então, a minha sugestão era, que como aqui fala que esse artigo ele... Ele dependerá de ato normativo da autoridade Federal, o ato normativo já aconteceu. Então, não cabe mais ele estar aqui, porque ele determinou... Porque a ANEEL, é uma briga antiga da ANEEL, entre a ANEEL e entre procuradorias que a ANEEL virava e falava: se o 0,75 está definido para o (...) através de Lei, se quiser cobrar de PCH ele tem que ser normatizado também por Lei. Essa é uma discussão que nós já vemos acompanhando. Está ok. Foi normatizado. Atende? Está a nosso contento? Não. Para quem trabalha com gestão não está a nosso contento. Mas está normatizado, comemos mosca. Comemos mosca. Saiu, está normatizado. A questão é que, além de estar normatizado ele está tirando uma porcentagem que o próprio parecer da AGU deixa muito claro que esse 0,75 ele não é parte da compensação a ser distribuída aos municípios, Estados e coisa. Ele é considerado pagamento pelo uso da água. Então, se ele é considerado pagamento pelo uso da água, a hora que você traz para 50%, tudo bem. Então, é 0,37 e alguma coisa % da compensação financeira? Você quer seguir o mesmo? Esse recurso é pagamento pelo uso da água. Ele não vai para o município. Então, o que eu estava querendo sugerir é que houvesse essa manifestação, como nós aprovamos os anexos da deliberação, é a sugestão da retirada, uma vez que existe a normatização, que já aconteceu e ela está por Lei, mas que nós solicitemos que a Plenária reencaminhe para a CTIL a discussão dessa legalidade ou de uma proposta de um PL para poder fazer uma adequação a essa legislação, hoje nós conseguimos recuperar essa parcela de cobrança pelo uso da água, que foi incorporada na distribuição indo toda para o município.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Gustavo, por favor.

A SRª. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Retirar esse artigo sugerido... Ela já está normatizada e está por Lei.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Confesso que depois dessa fala eu fiquei bem confuso, eu acho até que se pudesse pedir vista você deveria pedir vista. Não, é porque...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Não, não, olha só, mas eu não estou querendo discutir, não é isso que você colocou não. Eu queria entender melhor, entendeu? Eu estou pensando assim, um cidadão, a Lei em princípio, eu penso assim, a Lei é para quase todo mundo entender. Então, na hora que você pega aqui, essas fórmulas aqui, dá até para nós fazermos um exercício aqui para entender, mas eu acho assim, confuso, você pega essas fórmulas aqui e... Então, eu acho assim, primeiro, eu gostaria, e se houveram algumas questões de ponderação aí da ANA em relação a alguns coeficientes, coisas, e tal, queria saber quais são. Queria entender. Entender a norma e eu acho que assim, na minha visão, eu estou falando assim, aí eu acho que vale a área de comunicação, que eu sou... Da minha origem. Eu acho que a Lei ela deve ser uma Lei fácil de nós entendemos. Então, eu sei, pelo que eu andei vendo aqui, que definição é feito depois da fórmula. Eu acho que ela deveria ser antes. Não sei se existe uma norma que deveria... Por exemplo, muitas Resoluções que nós fazemos, o glossário da Resolução ele vem antes do debate. Eu estou falando de forma. Não estou entrando no mérito da Resolução. Não estou entrando no mérito da Resolução. Até acho que, aliás o Presidente do CBH expôs bem, que praticamente todo mundo está de acordo com ela e tal. Então, eu acredito que ela venha para melhorar a gestão, arrecadação e tudo mais, cobrança e tal. Agora, eu fico sinceramente antipatizado de pegar uma Lei e já no art. 2º, nesses incisos. Aqui, é claro, houve um problema de formatação também, não é? E formatação, às vezes é uma coisa que ajuda as pessoas a entenderem, mas... Eu não sei, eu gostaria, se houve ponderação sobre os itens que compõem as fórmulas e sobre a própria... Porque essa Resolução é basicamente esse art. 2º, não é? Não é mais nada. Hein? Não, está bom, ele aprova... Ele aprova o que está no art. 2º. Pois é. Pior ainda, não é? Quer dizer, ele deveria... Ele já. Então, deveria já considerar o Anexo 1º e 2º como parte da própria Resolução. Não é? Não. Aprovar os mecanismos de cobrança de uso de recursos hídricos, tarará, nos termos dos Anexos 1 e 2 da deliberação tal do Comitê. Eu estou falando assim, quer dizer, por quê que esses anexos não fazem parte dessa Resolução? No mínimo a título de anexo da própria Resolução ou será que o cara vai pegar isso aqui, vai abrir... Acho que você está me entendendo. Vai pegar isso aqui e vai abrir... Ah, agora eu tenho que ir lá, pegar o livro do CBH São Francisco para saber do quê que isso aqui está tratando.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE – Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) – Só um parêntese. Não, meu parêntese é o seguinte, eu estou compreendendo o que ele quer dizer. Eu acho assim, que a questão aqui é... Bom, ponto 1... Ponto 1, já existe uma Resolução que trata dessa... Eu quando eu imprimir isso daqui eu, sinceramente, quando eu olhei embaixo eu achei que fosse erro da impressora, que eu vi esse monte de coisa aqui, K, Q 59, eu achei que fosse... Depois que eu fui ler que eu fui entender. Isso aqui para mim também e nada é a mesma coisa, não entendo nada disso aqui. Sou advogado, (...) o valor Cap é igual K, zero, fui entender. Então, quer dizer, mas... Resumindo a coisa é muito simples, você apenas está alterando uma Resolução que já existe, que um coeficiente lá, uma determinada fórmula é assim e vai ficar assado. Ponto. O que eu entendi que você quer dizer é o seguinte, aí eu acho que vai gerar, talvez, um pouco de trabalho, se isso for colocado, mas enfim, é que seria, talvez, mais fácil você falar assim, o anexo está revogado e passa a ser assim. Ponto. Entendi? Do que você fazer 7 incisos modificando um monte de coisa, um monte de... Do outro anexo que tem. Entende? Eu digo a formatação legal de uma Resolução, de uma norma, enfim, do que seja. Entende? Mas vai confundir. Eu assim, eu vejo assim, eu acho que fica confuso só a leitura, é uma questão de... Nós que lidamos muito com Lei, você pega a Lei toda hora, você olha código, você vê as coisas meio que, digamos assim, meio que cartesianas, você quando pega assim, olha, utilizar a seguinte equação no art. 2º Inciso II da Deliberação. Aí vem vrum. No § 1º do art. 3º leia-se isso. No art. 7º leia-se aquilo. Utilizar a seguinte equação para o consumo no art. 3º § 2º. Não sei se era mais fácil revogar aquilo tudo e fazer um anexo novo já com essas alterações todas do que fazer assim.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Mas o CNRH não pode revogar uma deliberação do Comitê. Ele pode...

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE – Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) – Não, mas aqui você poderia.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL)– Na Resolução.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE – Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) – Que no final você teria um art. 4º dizendo: revoga-se o anexo. Revoga-se... Enfim. E aí... Eu estou falando o seguinte, é só uma sugestão de, digamos, fazer isso daqui uma leitura mais fácil de entender. Eu acho que foi isso que talvez...

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Talvez anexe com as alterações sugeridas, ao invés de revogar já coloca no anexo as alterações.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE – Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) – É como nós sempre vemos ali, às vezes uma Lei, Lei tem um traço vermelho, revogado pela Lei não sei o quê. Fica estranho.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Bom, após as manifestações e os pedidos explicação eu vou... Nós vamos nós vamos passar aqui também, porque tem algumas perguntas e tem perguntas claras. Tem pergunta para a ANA, aquilo que foi previsto e aquilo que a ANA recomendou que fosse adequado. Então, para ficar claro, embora o parecer da Câmara Técnica já tenha dito que foi atendido e essa Resolução já expressa isso, mas como tem as dúvidas do que saiu, como foi falado pela Célia, pelo Gustavo. Então, essa é uma explicação. Então, a ANA vai aprofundar um pouquinho e vai... Essa é uma das perguntas. A outra que foi colocada pela Aparecida, está certo? Você tem que pegar... Pois não.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE – Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) – Eu esqueci de falar aquela hora. Assim, essa questão da ANA e na conclusão da nota, enfim, dela, ela dá uma intenção diferenciada daquilo que está escrito. Sinceramente, quando aqui na CTIL existem representantes da ANA que estão dizendo que não há problema quanto a isso, eu me sinto bastante confortável e para mim isso é ponto pacífico. Quer dizer, eu não vejo problema de na nota estar escrito algo diferenciado se aqui eles estão dizendo que não, isso não é o problema, a Resolução do jeito que está ela está em conformidade.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito.

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Só fazer uma colocação antes de... Sobre a minha posição, é só para poder deixar claro.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Sim. Você falou da Lei, da Lei que entrou e pede para suprimir o art. 5º.

A SRª. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Isso. Mas se isso trouxer problemas para a Resolução do São Francisco, que o que nós não queremos de jeito nenhum é criar empecilho para a aprovação dessa revisão, dessa metodologia. O que nós podemos estar colocando, então, e como nós sabemos que isso tem em deliberações de outros Comitês de rios de domínio da União. O que nós podemos estar tentando é, sair uma Resolução que normatiza isso, uma Resolução do Conselho Nacional que normatize isso para todos os Comitês, em linha geral. Que nós vamos ter que acabar tendo que rever isso nos outros Comitês que tem esse mesmo artigo, para que nós (...), por que em momento algum eu quero atrapalhar a aprovação da Resolução dessa revisão. Eu só não me sentir confortável de saber que já existe um normativo legal e nós estamos apresentando, em uma Câmara institucional e legal, nós aprovando um parágrafo dizendo que ele vai passar a valer a partir do momento que estiver sido normatizado, sendo que foi normatizado há um ano atrás, um ano e pouquinho atrás. Então, foi esse o incomodamento. Mas mudar no São Francisco não vai resolver a questão, que nós temos isso, isso está aprovado no PCJ, está aprovado no (...), está aprovado no CEIVAP. Então, talvez com base, tirando esse exemplo, saiu o encaminhamento para o Conselho para a CTIL discutir, uma Minuta de Resolução que regulamente isso para todos os Comitês. De forma alguma eu quero criar algum empecilho para a aprovação da Resolução do São Francisco. Muito pelo contrário.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Está bom. Aparecida, mas só para, então. Esse encaminhamento seu é pertinente? Porque se nós às vezes queremos não atrapalhar agora, mas se tirar (...) vai passar lá na CONJUR e vai estar escrito uma coisa e CONJUR vai falar: mas isso aqui já tem uma Lei, isso aqui já não se cabe mais. Então, se nós já observamos que não cabe mais, é uma sugestão de que já se retire, naquilo que já começa no novo ordenamento jurídico, que já tá e já faça o certo. Depois nós vamos sim, pensar, arrumar os para trás. Já sabemos que não está valendo, não precisa se colocar, porque ele também não altera mesmo, ele não prejudica, é só suprimir aquele art. 5º e ponto. Então, isso é uma coisa, é uma sugestão do 5º. E a outra coisa que é em cadeia, mas não tenho diretamente com a Resolução é, paralelamente a isso... Paralelo não. Perdão. Damos o start e a CTCOB já está fazendo, é como pegar a Lei 13.360, que aí sim, fazer um Parecer Técnico, ver o que para o sistema isso prejudicou, trazermos como um instrumento para aprovar no Conselho, para mandarmos para o Congresso para rever e reativar aquilo que o sistema perdeu. Mas isso é importante, mas isso também não altera e não afeta o São Francisco, mas é uma deliberação importante que haja um comando para a CTCOB trabalhar fortemente nisso e até está, já estão discutindo.

A SRª. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – A primeira apresentação na CTCOB foi eu que fiz, sobre a 13360. Eu já levantei essa questão lá atrás.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – É só para ficar claro que é, a 13360 nós temos que estudar ela na CTCOB e ter uma posição de Conselho de sistema. Não, mas tem que vir alguma coisa para termos que ter um posicionamento de sistema de recursos hídricos. O outro é, pega seu art. 5º dessa Resolução e já excluí, porque já temos o ordenamento jurídico novo e vamos partir para a análise. Agora, tem as perguntas de fundo que foi pedido e nós vamos fazê-lo, que é explicar um pouquinho mais do quê que entrou e do que saiu dos coeficientes que foi adequado, e conforme dito pela própria ANA, já foi adequado e não tem

problema. Mas antes disso, Marco, por favor, a Peixe Vivo, a Sonáli também. A Sonáli também está inscrita.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Bom, Sonáli, quer falar primeiro Sonáli? Quer falar primeiro? Bom. Boa tarde a todos, Alberto da Agência Peixe Vivo. Veja só, eu até pedi para falar, não é? Para eu antecipar, antecipar algumas dúvidas que porventura vão ter e vão perguntar e nós vamos às vezes não esclarecer, não é? Então, o tema ele é simples, mas não é trivial. Quando o companheiro fala que está cheio de números, e símbolos, e siglas, etc., que precisaria um glossário para cada uma disso, é próprio de uma fórmula econômica, matemática, não é? Ela não é, não poderia ser só texto se não tivesse esses números, esses símbolos e assim por diante. Mas se tiverem cuidado de ler pacientemente, ele não tem, assim, nenhuma novidade em relação a outras metodologias de cobranças que já foram aprovadas no PCJ, CEIVAP e outros Comitês. O do Comitê do São Francisco era a metodologia mais simples, é a Deliberação nº 40 que foi aprovada pelo Comitê em 2008, tem 10 anos atrás e naquele tempo demorou 2 anos para se chegar a um consenso, iniciou a discussão em 2008... Em 2006, em 2008 que teve e se optou por uma fórmula simples, tão simples quanto possível e, aliás é uma recomendação da própria Lei, do próprio Conselho Nacional que as formas fossem simples, e de fácil entendimento. Mas ali como Comitê, o Anivaldo falou, não é? Pela multiplicidade, pelos diversos usuários, ela precisava ser simples. Mas com a própria prática do instrumento da cobrança verificou-se que aqueles usuários, os segmentos usuários já estão, já lidam com esses números, com esses símbolos quando nós falamos que é Cap, que é Cons, que é Lance, quer dizer, as pessoas já sabem o que nós estamos falando. Então, não é nada de novidade. Esta fórmula, aparentemente também complexa, esse valor da captação que é igual um produtório aí, uma expressão matemática, essa expressão já vem. A correção que está aqui, nesta deliberação que a ANA propôs na sua Nota Técnica, é porque tinha um parêntese, um parêntese que eles dividiam dois intervalos assim e na verdade esse parêntese não é aqui. É aqui, não é? Então, foi só uma adequação. Então, por exemplo, aponto ali, está vendo? Naquela fórmula, 07 que multiplica Q Cap outorgado é menos Q Cap medido.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Oi? Ok?

O SR. MARCO ANTÔNIO (ANA) – Não. Não. Bom, é porque eu parei, porque eles pediram para aumentar. Bom. Então, essa é um simples parêntese que antes, em vez de (...) lê a Lei, aí iria repetir duas vezes e na linha de baixo está repetindo a mesma fórmula, só que como ela aparece duas vezes, ela aparece na fórmula geral e depois no cálculo. Então, se nós fizéssemos como é do jeito jurídico, onde se lê leia-se, nós iríamos reproduzir 4 vezes aquela fórmula. Mas aquela fórmula depois de entendida ela é simples. E eu quero reforçar aqui o que o Anivaldo falou, o seguinte, isso foi discutido, debatido e apresentado, inclusive a última apresentação inclusive com segmentos, por exemplo, da agricultura irrigada, vieram os perímetros de irrigação, do projeto Toron, Nilo Coelho, Jaíba e outros mais, porque também tinham dúvidas, porque estava se falando que o aumento era de 800%. E eu mostrei para eles que sim, era de 800%. Era 800%, 600%, até 1.000% em alguns casos. Eu fiz as contas, quanto que se cobrava antes e quanto vai se cobrar a partir dessa nova fórmula. E eles ainda acharam que, então, não era tão... E isso foi feito um estudo de impacto. Quer dizer, o que nós tínhamos, é que antes nós tínhamos uma cobrança totalmente irreal, e irrisória, e a reação, muitas vezes, é não mexer naquilo que é barato. Mas não é que agora ficou caro. Agora ficou ainda barato, mas um pouco mais ajustado. Quer dizer, acertamos um caminho e aí essas proposições desses coeficientes que a ANA na sua Nota Técnica argumentou, são os coeficientes de eficiência. Então, tem um K eficiência para o abastecimento, K eficiência para a indústria, que aliás são 2 e o K eficiência para agricultura irrigada, que aliás são 3. Não é? E esses coeficientes, então, se combinam. Então, no abastecimento eficiência do abastecimento é

reduzir as perdas físicas dos sistemas. Na indústria é utilizar a recirculação e reuso da água. E na agricultura é fazer bom uso da tecnologia, bom uso manejo do solo, e manejo da água, e isso tudo combinado. Quando a ANA faz a sua análise, o que aliás foi uma bela Nota Técnica, ela destrinchou, desossou toda a metodologia, ela disse: mas isso são novidades e essas novidades são difíceis de apurar. E aí nós tivemos um debate nessa reunião, foi aonde entramos em acordo com a ANA, que eventualmente podem ser difíceis, mas não são impossíveis, por exemplo, perdas no saneamento, eles não existem hoje nos dados de autógrafo, mas eles são conhecidos no SNIS, Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento. Então, é difícil, mas não é impossível, não é? Basta acessar esses dados nisso ou, então, um processo de autodeclaração dos próprios usuários de saneamento, quais são suas perdas. Isso pode ser feito no DAU, não é? Na DAU ele informa qual que é o índice de perdas e aquilo vai ser considerado na formulação de cobrança. Da mesma maneira a indústria. A indústria sempre diz que tem umas indústrias que bem utilizam a água, outras que não são bons utilizadores da água. Então, para distinguir aqueles bons e não tão bons utilizadores têm os coeficientes das boas práticas, que é um princípio da cobrança. Não é? Então, tudo isso foi implementado. O que a ANA critica na nota é a dificuldade, a pretensa dificuldade, foi aí que nós combinamos, consertamos, que isso, então, demandaria alguns procedimentos junto aos usuários pagantes, e que a cobrança, então, se iniciar em janeiro, e não imediatamente nesse ano de 2018. Mas não há divergência conceitual, não há nada, vamos dizer sim, por baixo, nenhum número que seja desconhecido. E esses pequenos errinhos, no meu modo de pensar poderia até deixar, assim, não compromete, não cria prejuízos, etc., por exemplo, tem lá um K_a consumo que alega que ele é repetido duas vezes, utilizar na seguinte equação: K_a consumo é igual a $Q \text{ Cap} \dots$ Esse que está em azul embaixo, vezes K_a consumo irrigação. E tinha mais 1, vezes K_a consumo. Não é? K_a consumo. Porque na fórmula geral tem esse K_a consumo. E aí tem um parágrafo que diz assim, para agricultura irrigada vai ser utilizado essa fórmula. Então, na leitura, às vezes descuidada, você pode pegar aquela fórmula que específica e levar na fórmula geral, aí haveria duas vezes o K_a consumo. Então, para um melhor entendimento, está aqui o pessoal da ANA que vai falar, é melhor retirar daquele K_a consumo, e essa aqui, se levar a fórmula geral, e o K_a consumo, então, estará contemplado ali. Então, são pequenas alterações para melhorar. Agora, o que veio aqui não veio, quer dizer, a deliberação ela aprova a Deliberação 94 do Comitê. Então, por isso que ela não veio anexa e nem vieram os anexos da Deliberação 94. Está essa deliberação no Conselho, porque o rito é esse, o Convite aprova e submete ao Conselho. Então, o Comitê já aprovou, o Conselho é para aprovar consulta às suas Câmaras, CTCOB e CTIL, e vai a Plenário. Então, a deliberação do Conselho, no caso de aprovação, se me permite, seria assim: aprova a Deliberação 94 do Comitê. Isso já seria bastante. Não é? Aprova Deliberação 94 do Comitê. Mas aí houve necessidade (...), com as pequenas correções, que são essas que aparentemente parece alguma coisa complicada porque mexe nas entranhas da fórmula. Não é? Mas, bom, esse é o esclarecimento, não sei se dissipei ou se compliquei mais ainda. Obrigado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Doutora Sonáli.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Eu li a proposta de Resolução, li a Nota Técnica da ANA e fui olhar também as deliberações do Comitê, para comparar fórmula por fórmula e fiz contato com o Comitê para saber. Olha, houve alteração na proposta de Resolução do Comitê. O Comitê está de acordo com isso? Está de acordo. É exatamente aquilo que a ANA colocou. Eu disse ok. É um erro de digitação, o Comitê não viu problema nenhum nessa alteração. Então, não sou eu aqui que também vou ver algum problema com relação a isso. Com relação à proposta que a Aparecida colocou, da retirada do art. 5, eu acho que ele tanto pode ser retirado quanto pode permanecer, porque não vai alterar muita coisa não, porque está... Ela está suspensa e da forma como está posta na Resolução do Comitê diz, que só vai vigorar a partir de um ato da autoridade normativa

competente para esse fim. Na hora que esse ato sair tudo aquilo ali vai ser entendido ou direcionado, conforme consta nesse ato. Um outro ponto que eu quero colocar aqui é com relação a essa cobrança pelo uso da água do setor elétrico, que é até dentro do nosso setor, isso não é muito bem consensado, não é? Porque... É. Mas nós entendemos que nós pagamos pelo uso da água, os 6,75... Aparecida, você permite que eu fale?

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Tá... Mas, então, não generaliza.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Eu estou... Posso falar? Você permite? Pronto. Então, existe um Grupo de Trabalho de recursos hídricos dentro da ABRAGE, todas as empresas que trabalham na ABRAGE, e esse assunto ele vem sendo discutido nesse grupo, e não há um consenso ainda hoje. Está certo? Ainda não há um consenso. Houve uma época que houve um consenso, esse consenso ainda não se verificou até os dias de hoje. Então, a CHESF, talvez alguma outra empresa, não vou dizer aqui, porque não tenho a certeza disso, talvez alguma outra empresa também interprete desse jeito, que nós pagamos sim pelo uso da água, os 6,75 ou os 7. E eu gostaria de dizer para os senhores alguns valores, que eu acho interessante que fique registrado, porque na Nota Técnica da ANA é apontando que a arrecadação com a cobrança na bacia para o ano de 2016 foi cerca de 23 milhões de reais. A compensação financeira que o setor hidrelétrico paga na bacia do São Francisco resultou em um montante de 133 milhões e quase 800 mil de reais no ano de 2016. Desse valor 106 milhões aportaram direto nos cofres dos Estados e municípios da bacia. 14 milhões e 800 foi para a ANA, que é o 075 que é dito que, por algumas empresas e por boa parte também, pela AGU, segundo a Aparecida, que aí sim é cobrança pelo uso da água, 14 milhões. Então, são os montantes que não são irrisórios, diante do que você olha e diz, a arrecadação na bacia pela cobrança pelo uso da água foi de 23 milhões. Mas fora disso aqui está toda a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos que o setor elétrico paga, parte vai para município, parte para a ANA, parte para o Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia, parte para o MME, parte para o MMA. Isso tudo junto aí dá 133 milhões. Se você pegar só aquilo que vai para Estado e município, que é da ordem de 106 milhões, isso representa cerca de 450% do valor que diz que foi arrecadado, considerando só os 23 milhões. Então, são valores que não são irrisórios e não deveriam ser desconsiderados em uma análise como essa, de cobrança pelo uso da água. É esse ponto que eu queria deixar registrado aqui na reunião da CTIL.

O SR. GUSTAVO (FONASC-ONG) – Frente, diante do que você expôs aqui, como que você acha que isso deveria ser abordado em uma norma como essa? Como você proporia?

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Nessa Norma aqui eu não tenho como propor isso agora. Está certo? Isso também já foi colocado quando das discussões na reunião do Comitê e tudo, isso sempre foi considerado algo à parte. Houve uma época, em um movimento dentro do Comitê que até Minas Gerais encabeçou isso, de direcionar parte do recurso que o Estado recebe para o Sistema Nacional, para o Comitê de Bacia. Minas Gerais ela chegou a colocar essa questão aí. Mas isso não avançou. Isso é algo que precisa partir, a meu ver, dentro do Comitê e os próprios Estados se reunirem e começarem a pensar. Nós queremos que esse sistema se fortaleça, queremos melhorar... Vários Estados já criaram ao seu fundo estadual de recursos hídricos e direcionaram parte desse recurso para ele. Mas isso é algo a ser construído ainda, entende Gustavo? Nesse momento aqui, a Minuta de Resolução que a CTCOB apresentou, se o Comitê não vê óbice à aprovação dela da forma como está e eu chequei as fórmulas que o Comitê tinha, a fórmula que é a Nota Técnica da

ANA apontou, as divergências que poderiam acontecer e o Comitê disse ok. Para mim está OK. Eu não vejo óbice também na aprovação dessa Resolução, da Minuta de Resolução da forma como ela está. Só achei necessário colocar essas questões com relação à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para a geração de energia, para que fique claro que nem é exatamente a postura com relação a esse assunto que a Aparecida colocou, nem a minha, não há um consenso dentro do segmento com relação a isso. Mas não coloco nenhum óbice ao que a Aparecida colocou, de retirar o art. 5º, como também não enxergo nenhum problema se ele ali permanecer. Por quê? Porque ele ali tá dito, quando a autoridade competente se pronunciar a respeito. Então, não vejo nenhum problema, nem dele ficar nem dele sair. E não vejo nenhum problema... Também como não vejo nenhum problema de aprovar a Minuta de Resolução da forma como ela está apresentada, com algumas correções ali que eu acho que precisa ficar claro, que quando faz referência ao Inciso II não é da deliberação e tal. É do Anexo 1 da deliberação tal. Isso precisa ficar claro. Só.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Por favor, Célia. Ah, desculpe Célia. Wilson tinha pedido antes. Desculpa. Desculpa. Isso mesmo, Wilson já tinha pedido.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Como eu, escutando todos os colegas aqui, eu acho que essa questão, o parecer da CTCOB e parecer da ANA, os dois inseridos dentro dessa Minuta de Resolução, elas complicam em vez deles simplificarem a Resolução. Na hora que você chama um parecer, que deixa uma dúvida, na hora que você chama um parecer da ANA que questiona alguns valores colocados, depois na deliberação eles aparecem aqui. Eu acho que isso confunde. Talvez se nós não fizéssemos referência a esses dois pareceres no teor da Resolução, ficaria muito mais simples para todos nós aprovamos essa Resolução. Então, eu sei que os números são complicados. Então, eu também fui igual a Sonáli, fui lá olhar o que estava em um, o que estava em outro. Ontem eu já estava questionando isso, não é Alberto? E esse negócio, engenheiro gosta de número gente, nós queremos e buscamos onde é que eles estão. Como eles estão complicados, um diz uma coisa e o outro diz que não é bem aquilo e vai mudando. Então, isso eu acho que confundiu a Resolução. Então, talvez você não fazer referência, nem a esse parecer da CTCOB... Da CTCOB nem ao parecer da ANA, que questionou números que foram consensados depois, no resto da Resolução e aí não haveria problema. Essa é a minha sugestão.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom, eu já, os que me antecederam já pontuara algumas coisas que eu queria falar, mas, por exemplo, o que foi dito pelo Alberto, não é? Que essa, na minha opinião essa Resolução só precisaria ter o art. 1º e ponto final. Está certo? Quando se põe essas outras, esses outros artigos aí confunde, na minha opinião, tudo e parece que é uma interferência, na minha opinião, indevida do Conselho em uma decisão do Comitê. Eu não sei qual é a urgência de aprovação dessa Resolução, mas eu entendo que, se houve um equívoco por parte do Comitê na emissão daquela Resolução 95... 94, não é? Ele corrige. A Resolução manda para cá e nós aprovamos, porque assim, do jeito que está fica parecendo que nós estamos aprovando a cobrança, mas modificando a Resolução do Comitê e isso para mim é muito sério, porque pode abrir um precedente daqui para frente.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Antes de passarmos para a ANA gostaria de saber se tem mais alguma manifestação? Então, alguma coisa? Sim. Sempre. Não, não. Então, vamos... Por favor, Marco.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Vou começar pela questão, eu acho que é mais simples de resolver, que o Gustavo e o Luiz levantaram. O Rodrigo Flecha é dessa época e alguns outros aqui também são. Nesse livrinho de conjunto de normas as primeiras resoluções de cobranças que foram aprovadas pelo Conselho, o Conselho optava por reescrever toda a norma na norma do Conselho. Então, se você pegar as primeiras resoluções que foram aprovadas, a Cida deve lembrar também, lá do Paranaíba do Sul... Antigas. Antigas. Se pegava... Você pegava a norma do Comitê e reescrevia ela... E com o Tempo começou, parece que para a economia processual adotar o modelo aprova-se a Resolução X... A Deliberação X do Comitê e as observações que o Conselho desejava fazer ele fazia em outros artigos. Então, se você pegar no histórico era assim que fazia antigamente, fazia... Uma Resolução do Conselho dizia tudo, não precisaria recorrer à deliberação do Comitê. Com o tempo, não sei se até por economia ou alguém que deve ter dado a sugestão à época, resolveu-se sempre aprovar a norma do Comitê e aquilo que o Conselho precisava adequar ele fazia em outros artigos, como está fazendo agora no art. 2º. Eu não te chamei de velha não, Cida.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – É porque algumas resoluções de cobrança vinham dentro desse corpo da Resolução falando sobre outras questões que não caberiam ao CNRH terminar. Então, a forma que achou para não ter que repetir, para reescrever você iria ter que tirar alguns artigos. Então, para não ter que tirar se aprovava a Resolução do Comitê no que cabe... Do Conselho no que cabe a aprovação.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – E no final das contas o que vale é a Resolução do Conselho Nacional, porque é o Conselho Nacional que aprova os mecanismos e valores de cobrança da bacia. Então, tanto faz reescrever tudo ou naquilo que são os pontos que o Conselho considera necessário adequar, adequar. Em relação ao que a Cida falou da preocupação que ela tem com a Lei 13.360, é uma preocupação que ela levantou na CTCOB, é real, foi criada uma eventual compensação financeira para aquelas PCHs que renovarem a sua outorga, não é? Mas nem o próprio Ministério de Minas e Energia sabe qual é o momento que haverá essa renovação dessas outorgas. Não. É outorga do setor elétrico. Concessão. É Concessão. Então, na verdade hoje não existe nem a cobrança da CEFU das PCHs e nem a cobrança pelo uso da água dessas PCHs. E há uma divergência que você levantou bem, também da época do Rodrigo Flecha, entre ANA. Entre ANA e ANEEL, sobre se cobra ou não das PCHs. No início da cobrança lá na Bacia Paraíba do Sul houve a cobrança das PCHs, algumas delas recorreram e isso ficou suspenso, não é? Ficou suspensa a cobrança. A ANA não faz cobrança de PCH, aguardando esse normativo federal, que eu entendo que não é o normativo federal, que é a Lei 13360, que a 13360 não cuidou da cobrança, inclusive você aponta o ponto 75 que nós precisamos recuperá-lo.

A SR^a. MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Se você achar, então, que nós vamos para o normativo, que é o parecer da AGU, é muito pior. Você que sabe.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Não, o parecer da AGU não... O parecer não é normativo, é um parecer ainda em discussão. É o parecer da AGU, não é um normativo legal. Ele, quando eu tive conhecimento dele a Procuradoria da ANA, através do Emiliano, falou que a ANA tinha intenção de recorrer, porque tinha um entendimento diferente. Então, eu prefiro que... Célia, o que foi dito aqui pelo Alberto é isso mesmo, a ANA apresenta uma Nota Técnica, mas de subsídios. O parecer da ANA não é vinculativo. A ANA tem discordâncias, às vezes até resgatando

3727 aquilo que o Gustavo e o Luiz estavam apontando, nós defendemos uma simplicidade das formas.
3728 E o que está acontecendo nas últimas aprovações nos Comitês é uma sociedade, um crescimento
3729 muito grande de coeficientes multiplicadores, com o pretexto que esses coeficientes eles induzem
3730 ao uso racional. Então, ao implementar esses coeficientes o usuário seria estimulado a utilizar ou
3731 não, racionalmente a água. Só que nós defendemos que a base de cálculo da cobrança, que é o
3732 valor outorgado, o volume outorgado, seja ele outorgado ou medido, já mede esse uso racional,
3733 porque se o usuário ele está tendo reuso, se o usuário está reduzindo suas perdas, quer dizer que
3734 essa base de cálculo dele está reduzindo. Ou seja, se eu estou gastando 100, começo a economizar,
3735 tem menos perdas, eu vou gastar 80. Então, a própria base de cálculo que é utilizada, ela você já
3736 tem o resultado de quem é eficiente pagaria menos. Só que nós somos votos vencidos nessa questão
3737 à discussão. Esperamos... É uma questão técnica. Nós esperamos convencê-los, igual a questão da
3738 autorização dos valores, nós demoramos muito tempo para conversar a CTCOB de que era
3739 necessária, e ela foi necessária, e foi ao Plenário. Então, nós achamos que os coeficientes também
3740 sobre o pretexto de indução ao uso racional com os valores praticados hoje, não terão esse
3741 resultado. Mas eles existem, existem várias bacias, a CTCOB concorda com eles e dessa vez
3742 também concordou com eles. Então, a implementação operacional deles em alguns casos têm
3743 dificuldade, mas o Alberto já explicou, que ela é possível de operacionalizar, mas vai dificultando
3744 a implementação, porque o sistema da ANA ele é construído em cima do QNAR 40, que são 40
3745 variáveis que o próprio Conselho definiu, que são as variáveis que comunica-se até com os Estados
3746 também, para poder preencher o Sistema Nacional de Informação. Então, quanto mais você ir fora
3747 desse sistema de informação mais difícil é apurar variável e buscar essa variável de forma
3748 consistente. O Alberto já pontuou aqui. Para perdas de saneamento nós temos um local, *locus* de
3749 encontro dessa informação que é o SNIS. Então, nós utilizamos lá a variável de perda de
3750 saneamento do SNIS. Então, o que pode parecer contraditório é isso, a ANA tem a opinião dela,
3751 mas a opinião dela não precisa prevalecer sobre a opinião do Conselho. Nós imaginamos que no
3752 futuro vamos convencê-los de que a própria base de cálculo já é suficiente para poder apurar aquele
3753 coeficiente de uso racional. E a questão do Wilson Azevedo, não é necessário voltar, Wilson,
3754 porque sempre quando o Conselho, a CTCOB, inclusive, você participa, ela acha necessário
3755 adequar alguns pontos, ela o faz igual está fazendo aí. Realmente poderia voltar no Comitê, o
3756 Comitê reescrever, mas isso é um passo desnecessário, que o próprio Comitê reconhece que um
3757 parêntese que ficou equivocado ali, praticamente erro de digitação, que se fosse copiado, por
3758 exemplo, da Bacia do PCJ, da Bacia do Paraíba do Sul, a fórmula estaria adequada sem problemas.
3759 Então, o Conselho viu que havia uma inconsistência ele faz uma pequena correção. Ele não muda
3760 nenhuma decisão do Comitê, como a Sonáli disse aqui que consultou os membros. Mas se mesmo
3761 assim eu fizesse ele estaria fazendo dentro da sua competência, porque compete a ele aprovar a
3762 cobrança pelo uso de recursos hídricos no País e o Conselho já fez isso várias vezes, já mudou
3763 fórmulas aprovadas pelos Comitês de Bacia.

3764
3765
3766 **A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL)** – Era mais para o final do que o Marco Antônio
3767 colocou. Aparecida Vargas, Setor Hidrelétrico. Se não fosse para o Conselho aprovar não
3768 precisaria vir para cá. Se fosse o Comitê que aprovasse. O Comitê sugere e o Conselho aprova.
3769 Então, nós não podemos também, por mais que eu seja árdua defensora de gestão e de gestão na
3770 bacia local, nós não podemos perder esse olhar. Não foi à toa que o legislador... O legislador, mas
3771 nós mesmos. Nós mesmos construímos essa questão. E quando o Comitê sugere e vem para o
3772 Conselho para poder ser aprovado, é porque aí você tem um olhar muito mais global e muito menos
3773 local, que é o que o Comitê tem. Então, é justamente para poder dar essa oportunidade de ter esse
3774 olhar mais global e, sinceramente, por mais que eu também vá de encontro a alguns
3775 posicionamentos de Nota Técnica da ANA, esse posicionamento técnico da ANA é essencial para
3776 que nós tenhamos base, a Lei é clara inclusive, sobre isso, cabe a ANA emitir Parecer Técnico
3777 para dar subsídio ao Conselho Nacional. Então, nós precisamos sim, desse parecer da ANA e tem
3778 que ser ouvido e se nós não concordamos discutido e chegar (...), mas ele tem que ser respeitado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom. Não, tudo bem, eu... Eu não tenho dúvidas, eu só queria saber a urgência de aprovação dessa Resolução, eu não sei qual é, isso está segurando algum procedimento, emissão de boleto, está atrasando a vida do Comitê ou não? Não é? Isso que eu gostaria de saber. E um outro ponto que eu queria chamar atenção, é que apesar de tudo que foi dito isso não está escrito aqui na Resolução, que houve um equívoco, não é? Quer dizer, nem nos consideramos, quer dizer, isso não está... O que parece, amanhã ou depois, daqui a 5 anos quando nós não estivermos mais aqui, quem pegar essa Resolução para ler vai verificar, vai entender como que o Conselho tivesse mudando uma Resolução do Comitê do São Francisco. Não é? E é contra isso que... Contra não. E é isso que me causou estranheza aqui, do jeito que está escrito parece que o Conselho está mudando. Não é? E contradizendo o que está escrito no próprio art. 1º, que aprova da Deliberação. Quer dizer, se aprova a Deliberação, morreu. Mas aí ele diz, não, aprova a Deliberação, mas aí tem que mudar isso, mudar aquilo, mudar aquilo outro. Aí eu acho que confundiu mais ainda.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Pressa para cobrar a bacia não tem, Wilson, mas também não há nenhum motivo que os ritos que tiveram que ser passados, tanto no Comitê quanto no Conselho, levassem a necessidade de retorno a bacia. Acho que todos os ritos, o Anivaldo eu acho que já resgatou todo o rito, tanto no âmbito da bacia quanto no âmbito do Conselho e não há legalmente, institucionalmente, nenhuma necessidade que volte...

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Tem um documento do Comitê dizendo que está de acordo com a correção sugerida pela Nota Técnica da ANA? Que o Comitê aceita, que é isso aí que foi decidido? Que houve um erro lá na hora de digitar? Que a culpa é da digitadora, qualquer coisa assim? Se não existe isso... Não é? Eu não quero que volte, não quero atrasar nada. Eu quero é aprovar o que o Comitê aprovou. Não é? Mas eu acho que esse processo não está transparente.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Eu só queria... Vou passar, Gustavo, mas dizer o seguinte, nós estamos aqui presentes com o Presente do Comitê e também Presidente da Agência de Cobrança, e está lavrado em ata que eles concordam. Está na ata de hoje. Então, se não tinha, pode ser, eles se manifestaram, nós estamos com as autoridades máximas da Agência de Cobrança e com a autoridade máxima do Comitê de Bacias do São Francisco. Não é? Só para... Não, é só para não parecer... Eu não tenho nenhum problema com os apontamentos, é só porque essa aqui é uma estância legal constituída e tem as falas. Então, Além disso, tem já pareceres, já tem pareceres escritos aqui no processo, da própria Livia, não é? E das adequações, e ela declarar adequação e aprova, o Comitê. Quer dizer, não foi a Livia. A Livia assinou uma coisa que passou no colegiado do CTCOB, o colegiado do CTCOB que também é formado por 17 representantes, que foi apontado isso, a ANA apontou e a CTCOB acolheu como resolvido e acolheu também. Então, as preocupações são importantes, mas só lembrando, que independente das fórmulas nós estamos vendo a questão legal e institucional. Tá...? Continua aberto. Não estamos aí fechando a fala não, por favor. Pode falar.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (COMITÊS) – Bento Godoy, Comitês de Bacia. Eu como sou Presidente lá do Comitê do Paranaíba também, nós vemos que essa é uma construção que ela é bem demorada e passamos por isso aqui também. Eu acredito que como foi discutido, questão de forma só, como a própria ANA, o Marco falou aí, questão de parêntese, ou seja, o final, o resultado vai ser o mesmo. Então, eu entendo que está preservada a autonomia do Comitê de Bacia, ele decidiu por bem isso. Eu acho que o Comitê lá tem muitos outros assuntos, está chegando a seca para discutir, não é? Se ocupe agora com outros assuntos e esse eu acho que nós já podemos dar por vencido, não é? O Comitê já discutiu, já trouxe, já... Eu acho que é isso, nós trazemos para dentro dos Comitês assuntos que sejam relevantes mesmo. Olha só, daqui a pouco nós temos uma seca aí, está tendo excesso de chuva lá, como o próprio Anivaldo, nós conversávamos... Excesso não. Nunca é demais, mas estava caindo bastante chuva lá e agora, daqui a pouco você tem seca. Então, discutir outros assuntos. E esse da cobrança, não é (...), eu acho que já está, já está finito. E parabéns aí ao Comitê pela discussão, por tudo que foi feito, é até um exemplo que nós levamos aí, para o... O próprio Paranaíba também teve algumas questões aqui que foram modificadas pela CTIL, pela CTCOB na época que foi discutido também, não é? Então, eu não vejo isso como uma afronta ao Comitê não. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Gustavo, você tinha pedido a palavra?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Vendo aqui, eu acho que o seguinte, eu acho que seria legal, não estou entrando no mérito aqui, o que eu disse eu reitero, acho que a formatação, a formatação mesmo, composição, diagramação, está muito ruim. Então, eu não acho se isso já veio assim ou quem preparou aqui poderia dar uma melhorada, para facilitar a leitura, não é? Facilitar a leitura. Muito ruim a diagramação. Então, eu acho que isso é uma questão meramente formal, não é? Eu, por exemplo, acho que talvez o art. 1º caberia acrescentar o seguinte, uma vírgula ao final, falar ‘observadas as alterações seguintes’, dois pontos. Aí você pode suprimir o art. 2º e os incisos que estão como incisos do art. 2º eles já podem entrar direto como inciso do art. 1º, não é? Porque eles são subordinados ao caput, porque você está provando, porém trazendo algumas alterações. Então, isso eu acho que do ponto de vista da redação talvez melhoraria. E eu queria sugerir também como norma aí, uma norma geral a ser seguida pela Secretaria Executiva nesses tipos de proposta quando vier para cá, citou uma lei, um artigo, um inciso de qualquer lei, de qualquer artigo, etc. e tal, já faz com hiperlink, porque se eu quiser ler eu cliço ali em cima e não tenho que sair buscando, não é? Considerando, inclusive, que o nosso trabalha aqui é considerado de alto, alto relevo e função pública, que nós não somos pagos para fazê-lo, eu acho que isso ajuda. Eu acho que deveria ser uma norma a ser usada para todo, no geral. No geral. Então, (...) chegou uma lei aqui. Ah, eu quero ver o que diz esse... Essa Resolução aqui. Está lá. Entendeu? Cadê a Nota Técnica da ANA? Tem que sair e ficar procurando. O tempo que nós perdemos fazendo clique, procurando coisa em arquivo. Então, assim... E eu acho, por exemplo, das falas que o Alberto fez, muitas delas não estão aqui consideradas, que me pareceram relevantes, está certo? Não sei se elas estão na exposição de motivos da proposta, por exemplo, ele falou, eu acho que até uma coisa ridícula, por exemplo, você privilegiar setor industrial por resticulação ou reuso e não colocar na discussão alternativa tecnológica que o setor usa, que muitas vezes é a principal responsável pelo mau uso da água, o cara fica reusando água, mas ele adotou um processo que é absurdo de uso de água. Então, eu acho que até tem que melhorar muito. Isso aí foi bom para mineração, essa proposta que o CBH São Francisco aprovou, porque eles vivem reusando água, mas o sistema de uso de água que eles adotam é insustentável. Então, eles ainda vão sair premiados como se tivessem fazendo boa prática. Mas isso não cabe a essa... Entrar nesse mérito aqui. Mas de qualquer maneira eu acho que são questões que poderiam estar em uma exposição de motivos,

ou lá da norma lá, que eu não sei se está, mas se eu quisesse acessar eu dava um clique aqui e chegava nela, porque ficar perguntando onde é que está isso, não sei o quê.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Gustavo, nós vamos pegando essa sugestão sua de melhorarmos esse procedimento para nas próximas, principalmente essas que se remetem muito a resoluções, pareceres ou tem que voltar uma Resolução de um Comitê, não é? Federal, mas de outro lugar, nós vamos tomar esse cuidado para facilitar, porque realmente precisa e o tempo, é muito documento e os representantes não tem tanto tempo. Então, nós vamos trabalhar nisso sim. Então, indo pela sua fala mesmo, já que você entrou já no art. 1º. Então, nós vamos... Já foram falados aqui, foram dadas as explicações, espero que atenda... Que tenham atendido a maioria das expectativas, algumas posições já foram colocadas já e já sugerindo para que se trabalhe na aprovação da Resolução, mais cabe agora pegar a Resolução mesmo, já tem uma sugestão sua de exclusão do art... Do artigo. Então, nós vamos começar agora a trabalhar na própria Resolução. Não é? Então, essa é uma sugestão. Então, vamos anotando as sugestões para que nós possamos fazer da mesma forma. Vamos colocar as sugestões, aí voltamos e debatemos as sugestões uma a uma, para ganharmos tempo e não temos que ir voltar. Então, se concordarem nós podemos fazer o mesmo processo da anterior, aprovamos a Resolução com os adendos que agora nós vamos já trabalhar de um a um. Se alguém tiver já vai na sua fala já falando, nós vamos grifando e trabalhando da mesma forma que trabalharam já na próxima, com essa sugestão de exclusão do caput do artigo, não é isso? Do 2, como sugestão já feita pela FONASC. Então, eu vou... Doutor Luiz Eduardo, por favor, já pediu a palavra?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, continuamos abertos aí, primeira a fazer as sugestões, depois nós vamos trabalhar em... Aí vamos rodar, aonde tiver sugestões trabalhamos em cima delas. Então, essa é uma delas. Mais alguém tem uma sugestão sobre isso, depois podemos fazer o debate, se tira ou não, mas aí é um debate mesmo, por enquanto são só as sugestões de alteração. Aí, então, como ele corta o segundo ele coloca... Isso, no primeiro tem um adendo, senão fica sem, Não é? Fica sem nexos. Observando-se. Não é? Observadas. Observados o que, os incisos? As seguintes alterações? Alterações a seguir. Perfeito. Então, essa é a sugestão, também marca de vermelho, por favor, só para nós podemos saber que é um acréscimo. Célia tem alguma sugestão?

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Aquela sugestão do considerando da ANA, quando você pega o parecer da ANA o quê que acontece? No final dele a ANA sugere o seguinte. Você pega lá na conclusão final. A minha preocupação é essa aqui. Ela sugere não aprovar, o caseiro sugeriu sua revisão pelo se... Ela tem uma, duas, 3. 4 sugestões de modificação na Deliberação que eu não... Na deliberação do Comitê e eu não sei se foram ou não incorporadas. É. Então qual que é o (...)? Você anexa um parecer que sugere 4 coisas, você põe no considerando que esse parecer faz parte da Deliberação e a Deliberação não está fazendo aquilo que o anexo fez, aí para mim isso confundiu, ô Sérgio. Eu sinto muito, eu não posso aceitar, o processo está confuso. Ou você tira isso e aí não põe esse considerando da ANA, ou, então, não dá para segurar as duas coisas.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Aqui também é uma prática que se vem adotando, por exemplo, o considerando aqui é no sentido de observou, ou seja, observou o que recebeu o subsídio da ANA e fez referência aquela Nota Técnica para ficar como histórico aí. Por exemplo, em outras matérias que foram aprovadas aqui pelo Conselho citar a Nota Técnica da

ANA, mas não que o Conselho e a Câmara Técnica tenham adotado tudo aquilo que a Câmara técnica... Que a ANA propôs. Então, por exemplo, você estava dizendo da atualização dos preços que foi o último que o Conselho fez. Nós já fazemos isso em Notas Técnicas desde quando aprovou no Paraíba do Sul, quando aprovou no PCJ, quando aprovou no Verde Grande, quando aprovou no Paranaíba, mas nunca foi de convencimento da CTCOB da necessidade, mas nem por isso a Nota Técnica deixou de ser citada ali. A ANA não tem nenhuma necessidade que necessite o considerando da ANA. Pode tirar, que considerou ou não a Nota Técnica. Mas é uma prática que vem sendo adotada nas aprovações de cobrança, que é observado o recebimento da Nota Técnica da ANA, até como cumprimento legal lá, do art. 4º da Lei da ANA.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Doutora Sonáli, por favor.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Ô Célia...

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Subsidia, não é? É o que entendo que a Lei usa lá. A ANA subsidia a decisão e não toma decisão pelo, não é?

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – O Sérgio tem uma boa ideia aqui. Considerando subsídios da Nota Técnica da ANA.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Marco. Marco. Célia, Marcos quando fez, eu acho que a primeira intervenção dele ele se explicitou que, a Nota Técnica da ANA foi analisada, serviu de subsídio para a CTCOB, naquilo que ela achou pertinente foram acatadas as sugestões da ANA. Então, não significa que todas as sugestões seriam acatadas. Então, eu acho que a tua preocupação com o que ele colocou e como é um considerando, isso foi visto, eu acho que poderia atender.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Eu acho que isso confundiu, Sonáli. Você desculpa, porque aí se você vai lá no parecer da CTCOB, que foi isso que aconteceu, eu fui, vi a Nota Técnica da ANA sugerindo esses 4 itens. Aí se você vai lá no parecer da CTCOB, a CTCOB diz que pegou essa Nota Técnica da ANA, junto com o Comitê ela acordou alguma coisa, e que, e que está aprovando. Mas ficou confuso, porque ela não diz o que aprovou, o que incorporou, o que não incorporou e o processo fica todo capenga. Vocês me desculpem, mas não ficou claro, porque o parecer da CTCOB também veio. Ele poderia dirimir essas dúvidas, mas não fez isso.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Tu me permite... Célia, mais uma ponderação. Lá, nesse parecer da CTCOB, porque ele falou que, aprovar, aí ressaltar o posicionamento da CTCOB pela aprovação, com as alterações mencionadas acima e explicitadas apropriadamente na Minuta de Resolução, podem parecer divergidas as conclusões expressas na Nota Técnica preparada pela ANA, mas baseiam-se no inteiro teor do documento e no posicionamento dos representantes da agência registrada na gravação da reunião tal, com o qual concordaram os representantes do Comitê e da agência. Então, eu acho que...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Bom, temos as explicações. Nós temos aqui a Doutora Eldis e Alberto.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Só para também para... Célia, a Nota Técnica não vincula, a nota (...) não vincula nada. Então... E nem os considerados. Só... Não existe no mundo jurídico, entendeu? Então, assim, aquilo que foi falado pela ANA, o que foi acatado, o que importa mais é o que foi acatado ali pelo Comitê.

O SR. ALBERTO SIMON (Agência Peixe Vivo) – Bom, me permitam, me desculpem a minha intromissão, mas eu imagino o seguinte, chegando lá na reunião do Conselho Nacional, se aqui nessa Câmara que nós temos um grupo pequeno em uma mesa podemos... Não é? No mínimo vão pedir vistas para poder examinar todo esse documento. Eu acho que tanto a CTCOB quanto a CTIL tinham que pacificar a questão para o Conselho Nacional. Não exime os Conselheiros de examinar toda a documentação pregressa, todas as outras resoluções, etc., mas sair daqui já com um monte de dúvidas, não é? Tanto a CTCOB, me perdoem essa observação, nós não estamos ajudando ao Conselho. O Conselho, não sei se eu vou lá poder falar o que eu falei aqui, se eu vou ter esse tempo e o que vai acontecer é que vão surgir dúvidas e ninguém poderá esclarecer totalmente. Então, eu acho que aqui tem que pacificar, para chegar no Conselho assim, olha, está pacificada a matéria, com as modificações, com as correções que vocês acharem que deve ser feito.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Eu tenho a mesma preocupação do Alberto, porque de fato eu até tinha entendido esse parecer da CTCOB como um relato, no fundo ele é um relato, ocorreu isso, isso, aquilo. Enfim, eu acho que, se possível encaminhar para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos a proposta, a minuta final da proposta, porque se for começar com Nota Técnica da ANA, relatório, isso, incorporado como se isso fosse parte do objeto da... Isso realmente vai confundir. Eu acho é um apelo que nós fazemos para que saia o quê? É a minuta... Não é? Quer dizer, o que foi que o Comitê aprovou, e o que é que... O que foi que a CTCOB acrescentou como recomendação ou alteração o que for, e o que é que a CTIL juridicamente acha disso. Encaminhar uma coisa, digamos assim, bem clara, porque como Alberto diz, vocês sabem também, muita gente e essa coisa pode... Porque... E separar bastante. Fórmulas técnicas isso são dá... Isso é uma discussão entre os interessados, são fórmulas de irrigação, de indústria e tal. O que se decide aqui é a parte legal, se legalmente isso cabe ou não cabe e onde é que tem alguma coisa que juridicamente ali não... Não é? É um apelo que no finalmente a coisa vá muito bem enxuta e entendida, não é? Agora, quanto a esse... Essa pacificação que houve, de fato houve, o Comitê quer ver aprovada essa metodologia. Não temos mais tempo para esperar, evidente que tudo é sujeito a chuvas e trovoadas, não é? Nós vamos continuar aperfeiçoando essas coisas todas, é um ano complicadíssimo e tal. Então, o que nós queremos é que a coisa de fato prospere, não é o ideal, evidente que nós, nós mesmos achamos que o preço da água deveria muito maior, dentro de todas as circunstâncias do século, do problema do termo climático, mas isso é o que foi possível, digamos assim, costurar, porque são muitos interesses e nós temos que ter uma noção de até onde você pode esticar aí, a corda, etc., etc. Mas foi esse o espírito que nos levou a ANA e de fato conseguimos... Porque é na base da construção do consenso mesmo, nós tivemos que recuar aqui, avançar até construirmos o consenso entre todos os usuários. Depois construimos finalmente um consenso com a ANA, mas isso precisa estar muito aclarado no texto daquilo que vai ser enviado. Eu não sei se eu me fiz entender, mas nós temos que construir isso pensando no membro do CNRH que vai receber isso, às vezes não tem nem muito tempo de ir lá e tal, mas que ele se debruce sobre aquilo que o Comitê aprovou e aquilo que as Câmaras Técnicas consideram

que deva ser recomendado ou alterado, que, enfim, sem violar, evidentemente, o trabalho e o consenso anterior. Eu sei que não é uma coisa fácil, mas é.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós temos duas inscrições, a Célia e o Gustavo. Só quero só lembrar, claro, aberta as leituras e os entendimentos. Existe o parecer da Agência Nacional de Águas... Perdão. A Nota Técnica, aí existe um parecer da CTCOB da qual ele se refere, de novo, está escrito lá que ele mesmo, escrito no parecer, ele considera e diz que não está em divergência. Está escrito no parecer da CTCOB, de o que foi possível foi consensado, etc. Então, está escrito, está certo? Nós estamos na Resolução, fora alguma ilegalidade de Resolução, o nosso respeito na Câmara Técnica que fez os pactos das (...), consensualizou o que fez, fez seus pactos, não é? E nós temos, como já temos sugestões de mérito da Nota da Resolução, como já foi feito pelo Gustavo, retira tal, coloca ali, se refere. Perfeito? As fórmulas são as fórmulas que vão ter que ter e nós podemos melhorar o entendimento, não o mérito, porque essa foi a que foi aprovada. Só lembrando algumas coisas. Celia, Gustavo e Marco.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Eu só continuo... Gostaria só, Roseli, que você marcasse aquele primeiro parágrafo da conclusão da CTCOB onde ela diz: desta forma a CTCOB sugere a aprovação dos mecanismos de cobrança propostos pelo Comitê de Bacia do Rio São Francisco através da Deliberação 94. Mas ela escreve: ressalvados os erros materiais apontados pela ANA em sua Nota Técnica e durante a reunião da Câmara Técnica, bem como de aplicabilidade. Então, ela diz que ela... Mas ela ressalva aquilo que estava na Nota Técnica que ela diz, nos induz a pensar que foram incorporados na Deliberação. Isso é que me faz preocupar, porque o que foi, o que tem na Nota Técnica não foi incorporado na Deliberação, foi assumido somente alguns erros de digitação, igual o Anivaldo falou e isso não ficou claro para mim. Então, isso foi o que gerou toda a minha dúvida. Então, o que eu acho que torna inconsistente a deliberação, quando ela faz esse considerando e depois coloca o conforme está proposto na Deliberação do Comitê. Então, por isso eu continuo com a dúvida, mas eu não sou contra, de forma nenhuma, a aprovação da Deliberação, só é essa a minha opinião.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (MMA - ANA) – Desculpa. Só para... No item 25 está consignado aí que foi... A correção foi feita dos erros materiais.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Talvez tentando ler, não é, Eldis? Aqui fala exatamente isso, olha no item 2.5 do parecer da CTCOB diz: segundo apontado na Nota Técnica da ANA foram identificados erros materiais na Deliberação 94, as quais foram assumidas pelo Presidente do Comitê. Após debate membros da Câmara Técnica de cobrança foi proposta a correção de tais erros, que é o art. 2º que está na proposta de Resolução. Quanto às outras propostas da ANA está dito, que os membros da CTCOB sugerem as aprovação como pretendido pelo Comitê do São Francisco. Então, por isso que lá embaixo ela conclui e conclui corretamente, que a provação dos mecanismos que foram... A CTCOB sugere a aprovação desde que os erros materiais apontados pela ANA fossem corrigidos. É o que o art. 2º faz.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Refletido e transcrito na Minuta de Resolução, que são as correções. Está claro.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Eu acho que quando nós vamos ler uma Norma ou uma proposta nós não temos que ficar explicando. Então, o que nós estamos fazendo aqui é tentar organizar aquilo que ao ler o relatório A ou B não ficou muito claro. Então, eu proponho que o relatório da CTIL elucide isso de uma maneira mais didática, mais fácil para as pessoas não terem que ficar indo, e voltando, e que já faça uma proposta de considerando para a Norma, remetendo pontos que são esclarecedores disso, sem omitir nenhum dos relatórios que foram propostos nos considerandos aqui apresentados. Quer dizer, não acho que deva se retirar menção ao relatório da ANA, nem ao relatório A ou B, eles continuam valendo. Agora, existe uma atualização e essa atualização é que eu acho que pode ser feito de uma forma mais sucinta, objetiva, no relatório da CTIL para o Conselho. Na verdade o que eu iria falar era outra coisa. Não, é porque nós estamos aqui... Nós estávamos discutindo a Norma e aí voltamos para o... Para as dúvidas, não é? Então, eu quero saber quando é que nós vamos sair das dúvidas e voltar para a Norma. É só isso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Wilson, por favor.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Bom, todos aqui, pelo que me parece estão de acordo com a aprovação dos mecanismos e valores propostos pelo Comitê. Não é? Agora, talvez por cacoete de profissão, como eu sou advogado, se eu ler uma coisa e não entender aí eu tenho que me manifestar. Do jeito que está escrito essa proposta de Resolução eu não consigo entender, acho que está confusa e acho que nós estamos tentando consertar, na nossa Resolução, um erro material que está contido na Resolução do São Francisco. Eu não acho que seja necessário voltar ao São Francisco, reunir Comitê e fazer uma nova Resolução. Agora, acho que é extremamente necessário que a Diretoria do Comitê e a Presidência do Comitê que está aqui presente, que formalize isso. Há, mas está em ata. Ninguém lê ata. A Resolução ela vai para aprovação da Plenária e ata não vai junto dessa reunião da CTIL, não vai junto com a ata da reunião da CTCOB. Não é? Eu acho que essas coisas têm que estar clara, quem lê a Resolução tem que entender tudo e do jeito que está aqui não entende. Eu não consigo entender. Está certo?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Wilson. Então, a sua proposta mais obje... Nós estamos trabalhando na... Mexendo no texto. Então, a sua proposta objetiva qual seria? Voltar para a CTCOB?

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Não. Não. A minha proposta objetiva seria encerrar no final do art. 1º. Agora, vamos tentar consertar aqui esse erro material? É por isso que eu perguntei qual era a urgência. Ah, tem que entrar agora na reunião do dia 8, não pode ser aprovado em junho e o Comitê se... Mandar uma nova carta com uma nova fórmula explicando que houve um erro material, pá pá pá, pá pá pá. Quer dizer, não é? Agora, se tivesse urgência, aí eu acharia que nós poderíamos fazer um remendo aqui, mas se não há urgência eu não sei por que essa pressa, não é? Eu só primo é pela clareza. Quem lê uma Resolução do Conselho tem que entender. Vê aqui a contradição, o art. 1º e o art. 2º se contradizem, não é? Como é que você aprova uma Resolução e no artigo seguinte você diz, olha, mas tem essas modificações. Então, você não aprovou a Resolução. Não é? Quer dizer. Então, é isso. Claro, pode passar indo a Plenária, indo ao Plenário. Eu acho que vai ser aprovado, sem problema nenhum, mas vai ser aprovado... Não vou chamar de monstrengo, mas uma Resolução, não é? Uma Resolução complicada de se entender.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Eu preciso dar um encaminhamento. Nós vamos continuar trabalhando na Resolução que está agora com algumas que já foram dadas, até pelo Gustavo? Não é? E que isso também, como está aqui presente a CTIL pode até solicitar aqui, o Presidente do Comitê de Bacia, o Anivaldo, faça uma carta e entregue, não tem problema, nós podemos até chegar a isso, já que ele está presente podemos até pedir isso a ele, não é? Que faça uma manifestação, um ofício do Comitê e nos entrega, se for o caso, se for isso uma das preocupações colocadas, que no futuro tenha isso lavrado. Não estou dizendo que isso foi deliberado, mas podemos até chegar a pedir isso, eu acredito que não há problema nenhum, o Presidente do Comitê fará essa carta e mandará. Mas o que nós precisamos saber é o seguinte, nós vamos continuar, nesse processo, nós vamos suspender a avaliação dessa Resolução na CTIL e isso não irá para o Conselho agora ou vamos continuar nesse procedimento de mexer? Eu preciso que esse pleno aqui decida.

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – Sérgio, só para tranquilizar a todos, a última aprovação de cobrança que o Conselho fez foi do Paranaíba. E na proposta do Paranaíba há exatamente o que está sendo proposto aqui no São Francisco, o art. 1º aprovou a Deliberação do Paranaíba nº 61 e o art. 2º diz, que o coeficiente específico aqui, o coeficiente específico (...), ele se aplicava exclusivamente ao que o Conselho Nacional entendeu que se aplicaria. Ou seja, é natural que o Conselho faça isso, ele faz o art. 1º aprovando o conteúdo como um todo e naquele ponto onde ele divergiu do Comitê ou entendeu que há necessidade de uma adequação, ele faz no art. 2º essa adequação. Então, no caso Paranaíba que foi aprovado recentemente, dia 7 de dezembro de 2016, há no art. 2º o seguinte expediente, coeficiente Ks, previsto no § 1º do art. 3º da Deliberação do CBH do Paranaíba se aplica exclusivamente às classes de enquadramento. Ou seja, eu não sei qual que é a dúvida do Wilson, dado que o Conselho já reiteradamente vem fazendo esse tipo de ajuste na sua própria Resolução.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Wilson tinha feito uma pergunta que eu não vi nem o Alberto nem o Presidente do Comitê responder. Está em perigo? Está em perigo se não aprovar agora? Vai prejudicar alguma coisa? Vai ser um prejuízo significativo?

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Olha, isso me remete a... Eu vou ter que estudar, porque a estrutura do Conselho Nacional, quais são as prerrogativas das Câmaras. Me parece que aqui é uma questão ritual jurídico, alguém teria que dizer que olha, vai fazer uma Resolução, consta isso, mas não consta aquilo e tal. Eu não vejo isso como impedimento para nós aprovarmos essa matéria. O Comitê não aguenta mais ficar delongando uma coisa que já está há anos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Voltar isso... Nós já dissemos, eu achei que constando na ata já tem força de credibilidade. Eu já disse, nós entramos em acordo, aceitamos a consideração que foi feita pela ANA. O papel da Nota Técnica é esse, é subsidiar aqui uma discussão. A Nota Técnica aponta coisas, ela não define, não toma decisões, quem tem que tomar decisões é o Conselho Nacional. Então, essa Câmara aqui, do ponto de vista jurídico tem que dizer o seguinte, olha, nós aprovamos os mecanismos propostos pelo Comitê, ressaltados aqui, e isso, e aquilo. É esse consenso que nós estamos chegando. Quer dizer, o fundamental é aprovar o que o

Comitê estabeleceu. Agora, essa história de erro material, já coloquei aqui, é uma coisa altamente subjetiva. Erro material induz que houve ali um gravíssimo erro disso ou daquilo e não tem aí nada disso. Há uma questão técnica de você criar, entre a Peixe Vivo e a ANA, os mecanismos para nós podermos aplicar alguns daqueles cais que estão ali. É isso. Então, não vejo. Agora, o apelo que nós fazemos é que isso não chegue no Conselho Nacional de maneira confusa. Tem que chegar muito claro, mas o consenso foi feito. O Rodrigo Flecha está propondo aqui que nós façamos um ofício. Se quiser eu faço um ofício dizendo que o Comitê sim, está de acordo que se encontre aqui uma solução de consenso. E é tão pouco para fazer esse consenso, não é? O consenso foi proposto e nós aceitamos, porque para nós o fundamental é sair com essa coisa aprovada, todas as pessoas da bacia estão aguardando por isso. Então, meu apelo é, que se precisar nós oficializamos isso agora, aliás, já estou oficializando aqui, se isso está sendo gravado, se isso vai para a ata. Não há a menor dificuldade. Agora, a questão do entendimento, eu acho que alguém aí propôs que a CTIL melhore um pouco a forma de como comunicar isso, porque como veio da CTCOB, de fato criou alguma... Eu também achei que o relatório induzia uma certa dificuldade, mas me parece que o que é o concreto é a proposta concreta, não é? Art. 1º aprova isso e isso, não é? E art. 2º, ressalvados isso, isso e aquilo. Isso que é o material. Agora o que subsidia isso, nota A, nota B, parece A ou B, eles são irrelevantes neste contexto. Então, naquilo que for aprovado e precisar do nosso consenso, eu estou aqui revelando, mais uma vez, que nós estamos favoráveis.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Gustavo em seguida e me permitam, com a fala do Gustavo já partir para o encaminhamento.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Eu acho o seguinte, eu acho que 90% das pessoas aqui já estão de acordo que tem que aprovar esse negócio. Agora, o que eu não acho razoável é o senhor vir dizer para nós qual é o nosso papel como CTIL. Isso eu não acho não. Porque...

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Me desculpe, mas é o que você faz o tempo todo aqui.

O SR. GUSTAVO (FONASC) – Eu faço porque eu sou Conselheiro. Eu sou Conselheiro.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Eu não sou Conselheiro, mas sou parte do sistema e interessado.

O SR. GUSTAVO (FONASC) – Você é parte do sistema, mas você vem querer dizer aqui que o nosso papel aqui é só homologar a Lei.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Você entenda como você quiser.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu entendo como eu quero mesmo, o senhor já sabe que eu entendo e eu acho que o senhor está equivocado. Eu acho sim, acho e peço para registrar em ata.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Nós estamos... Nós estamos com a Resolução colocada, só para não ter dúvida nenhuma, eu vou fazer isso aqui, eu vou pedir a manifestação desse... Da CTIL, se tem que devolver para a CTCOB essa Resolução. Está em processo de votação, se essa CTIL resolve devolver esse processo para a CTCOB, para ajustes. Manifestações de quem concorda com a devolução, por favor? Nenhuma manifestação. Quem se abstêm? Uma abstenção, duas abstenções, uma da FONASC e uma da ABES. Então, com isso... Então, continuamos para a análise da Resolução ficando na CTIL para se adequar ao texto para mandar ao Conselho. Então, com essa, para não ter dúvidas, que são várias falas. Então, sempre eu parto do princípio, que nada melhor do que deixar o mais claro possível. Então, agora nós voltamos, nós já temos uma proposta, a única proposta concreta é a do Gustavo, que pede para tirar o art. 2º e coloca, porque ele seria um primeiro com os seus segmentos. É uma proposta oficial que tem aí. Então, nós temos o texto que veio da CTCOB, que é o texto, aí nós temos a proposta do Gustavo e gostaria de ver se tem mais alguma proposta em algum lugar, para trabalharmos em cima da Resolução, por favor.

A SRª. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Célia da ABES. A minha é tirar esses dois considerandos da Nota Técnica da ANA e o da Nota Técnica da CTCOB, porque os dois confundem.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, temos uma proposta da Abes, da retirada dos dois considerandos.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (Procurador da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro) – Presidente, eu queria um parêntese, por favor. Eu gostaria de registrar, eu vou ter que sair, porque eu tenho que pegar um voo agora para Belo Horizonte, mas eu queria deixar registrado o meu voto favorável a Resolução com as alterações já propostas agora, uma retirada de dois considerandos e a inclusão daquele art. 1º. É apenas para deixar a reunião mais light eu faço uma proposta também do art. 3º virar o 2º.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós estamos aqui, então, já com um voto já declarado do Doutor Luiz Eduardo, da aprovação com estas duas manifestações já. Nós temos uma pendência... Nós temos uma... Obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO FREITAS DE FARIAS (CEDAE/RJ - Prestadoras)– Bom, um abraço a todos, foi um prazer tê-los aqui essa tarde. Eu vou deixar como substituto o Diretor Jurídico da ESB, que vai estar aqui para as próximas votações.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Agradeço. Nós temos ainda o art. 5º do anexo, não é isso? Aparecida. Também, só para poder (...), a não ser que se retire, ele ainda consta...

A SRª. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Não. O que eu coloquei é, se por acaso a CTIL achar por bem manter para não mexer na Resolução, eu não vejo problema nenhum em manter, desde que nós façamos esse encaminhamento para o CNRH, para que seja discutido para todos os Comitês, não só para o São Francisco, essa questão, uma vez que já está normatizado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito. Então, nós temos...

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL) – Para não ter que mexer em uma Resolução sabendo que tem outras que também já estão...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Está bom. Então, o nosso encaminhamento de pedido é manter como está, sem retirar, com esse encaminhamento para o Plenário colocar na CTCOB para trabalharmos uma resolução única. Perfeito. Então, nós temos só o encaminhamento. Ainda continuamos com essa proposta do que está em tela, que é da Resolução com a retirada de 2 considerandos e a retirada do art. 2º e os inciso abaixo fazerem parte do 1º e o 3º virando 2º, conforme o Luiz Eduardo pediu. Por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Reiterando aqui que a CTIL produz uma Nota Técnica, que nessa Nota Técnica pelo menos se faça referência a esses dois pareceres, está? Com as questões que foram consensadas aí, conforme já falaram.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito, o compromisso nosso ficaria de na hora da leitura no nosso parecer constar isso claramente, que vai para o Plenário. Mais alguma consideração? Então, nós temos ainda um texto original e um texto agora. Tem mais alguma coisa? Nós vamos partir já direto, então, são esses dois? Ok. Pois não. Pois não.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Você vai percorrer toda a... Porque há algumas correções a fazer quando está no inciso, nos incisos do art. 2º, quando ele se refere: determinado no art. 2º Inciso 2 da Deliberação. Não é. É do Anexo 1 da Deliberação. Precisa acrescentar isso em alguns dos incisos. Você quer passar por lá para ver?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Podemos? Podemos fazer isso, por favor? Doutora Sonáli pediu para colocar ali e já fazer logo essas correções, aí aprovaremos ou passaremos ao nível de aprovação em tudo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Deixa eu fazer uma pergunta logo para não ter dúvida. Alguém vai ser a favor de permanecer no texto original? Porque aí nós já trabalharemos só em um, porque senão nós vamos ficar sempre com dois.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Eu sou a favor do texto original. Agora também não vou

aqui impedir a aprovação por conta disso não. Se a maioria quiser modificar, modifique. Eu não estou vendo qual é o grande ganho que se vai ter com essa alteração. Art. 1º, aprovar os mecanismos, art. 2º para adoção do mecanismo cuide disso aqui. Eu não vejo problema com relação a permanecer do jeito que está lá no artigo original, na redação original. Com relação aos considerando também não vejo problema de continuar da forma como está, porque é um considerando, considere isto quando estava analisando isso aqui. Entendeu? Agora, na redação dos incisos é que você precisa acrescentar esse do Anexo 1, senão vai confundir com a própria deliberação do Comitê.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, vamos lá no Anexo 1.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – No Inciso 1 tem, utilizar a seguinte equação para captação, determinada no art. 2º Inciso 2, acrescentar do Anexo 1 da Deliberação tal. Isso. Isso. Isso. Aí no Inciso 2 também, alínea B do Anexo 1 da Deliberação tal. No 3 também e no 3... E no 3 eu acrescentaria inclusive a Deliberação, no § 1º do...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – A mesma referência para o Inciso 2. E no Inciso 3 eu acho que precisa acrescentar também a Deliberação, não é? § 1º do art. 3º do Anexo 1 da Deliberação CBH número tal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Só tem alteração no Anexo 1, Liliane. É, não fala do Anexo 2 não. No Inciso 4 também precisa botar do Anexo 1 e no quinto é o artigo da própria deliberação. Isso. É. Isso. E o 6º também precisa, o Inciso 6 também precisa botar, Anexo 2 Inciso 2 Alínea C da Deliberação... Deliberação 94. Mas aí precisa colocar Anexo 2 Inciso 3 Alínea C da Deliberação. É. É o Anexo 2. Está ali.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Não. Lá mesmo. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).* Perfeito nessas questões? Então, nós temos uma... Uma Resolução. Pois não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Gustavo, mas é porque na tabela original tinha 2018 ali, o CAO 2018. É 2019 agora.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Isso. Não. Perfeito. Então, vamos dar uma olhada... Voltar, por favor, então, ao início. Vamos desde o início. Então, nós passamos pelo... Nós temos aqui direto, são dois... O que está em votação agora é a retirada dos dois considerados, ou sim, ou não, se retira os considerados. A proposta foi feita pela Célia da ABES, a retirada dos considerados. Nós temos um impasse, tem que ser votado, está certo? A CTCOB trouxe considerados, que ela considerou isso, considerou a nota, considerou... Para chegar nisso foi considerar duas coisas. Quer dizer, para ficar claro que não se passou sem considerar. Isso que é um considerando. Eu não fiz o que eu estou fazendo sem considerar, mas eu estou fazendo o que eu estou fazendo, porque é a Resolução, não são os considerados. Os considerando só baseiam. Não é?

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pescadores, Turismo e Lazer) – Sérgio, eu gostaria de fazer uma proposta nesse considerando da Nota Técnica da ANA, eu acho ele importante e foi ele que corrigiu os equívocos cometidos lá na... Pela Deliberação CEIVAP. Aí eu queria falar para o Anivaldo que a confusão foi criada pelo Comitê, pela redação que veio aqui. Não somos nós que estamos criando dificuldades nem nada. O erro veio de lá, de vocês. Nós estamos tentando consertar, não é? E esse conserto é que está complicado. Não é? Bom, eu acho que deve continuar esse considerando e ser complementado, que detectou a existência de equívocos ou erros materiais na referida Nota Técnica, papapá, não é? Porque aí começa a ficar claro as coisas. A minha... O meu constrangimento em aprova do jeito que está é que não está claro. Eu sou a favor da aprovação, dos mecanismos e valores, aprovação das... Dos apontamentos feitos pela Nota Técnica da ANA. A única coisa que eu gostaria é que ficasse claro por quê que o Conselho está alterando a Deliberação no Comitê e isso não está claro.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Eu vou me permitir aqui, fazer uma sugestão, tirar o parecer, realmente, também da ANA, eu acredito que seja muito ruim, porque ele está em todas as outras deliberações e é o nosso Parecer Técnico. Nós não... A CTCOB se apoia nele, porque ele é, ele é formal, ele é formal no sentido do sistema, não é? Agora, com essa preocupação nós colocarmos também que teve um erro, pode confundir. Então, eu acredito que, se considerando o Parecer Técnico e as adequa... E algumas adequações efetuadas, porque você não é obrigado em um considerando aceitar tudo, senão vira o parecer. O parecer é a tua nota, ele te dá o embasamento. Nós temos que colocar no texto para ficar, no meu entendimento melhor, mas também não dizer que teve erro, porque se você colocar erro material, quem já leu o considerando vai fala, poxa, teve erro. Então, se você colocar aqui, considerando a Nota Técnica da ANA, não é? Porque para mim estaria claro isso, porque eu considere, se eu acertei ou não é outra coisa, mas eu considere. Para mim não precisaria, permaneceria do jeito que está. No meu entendimento permaneceria do jeito que está, porque o explicativo pode, eu fico com medo dele confundir. É só um medo, mas se precisar poderia colocar (...), alguma coisa, mas não também colocar erro, porque se coloca erro no Comitê, aí aqui nós não vamos (...).

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pescadores, Turismo e Lazer)– Pode colocar aqui, recomendou ajustes. Não é?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Se isso fica mais tranquilo, levar nesse sentido de amenizarmos.

O SR. WILSON DE AZEVEDO (Pescadores, Turismo e Lazer)– E depois um considerando dizendo que houve a aquiescência do Comitê a esses ajustes.

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – O meu medo é começar a tentar fazer nos considerando justificativas ou contrapontos a Nota Técnica de um outro órgão, por exemplo, aí vai ter que dizer, até em função de outros que não foram aceitos, por quê que não foi aceito, aí vai, vai, vai virar uma ata ali e não um considerando.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Tem a proposta de retirada. Eu sou na proposta de permanência desses dois, porque sempre foram assim, em atuando ou não, em considerando ou não todos. Então, nós estamos em um processo aonde o Ministério do Meio Ambiente se coloca contrário à retirada dos considerandos e permanência do jeito que veio da Câmara Técnica.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – E pelo que você... Se você fizer uma leitura, tanto da Nota Técnica do parecer, parecer da ANA e você fizer uma leitura, não tem, não tem dúvida. Está escrito lá, não tem dúvida.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Vamos lá, nós estamos em processo de tirada ou não dos considerandos. Gustavo, por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Também sou a favor da permanência do jeito que está. Agora esse considerando que ficou no meio dos dois eu não estou vendo motivo para ele existe, e se ele existir ele deveria ficar no final, porque você está tratando a Nota Técnica, depois do parecer, e faz essa conclusão aí, se quiser botar esse considerando aí, que eu acho que é desnecessário. Considerando a importância de que as discussões sobre cobrança sejam continuadas no âmbito... Não estou vendo muita razão, não estou vendo uma coisa... Uma coisa não tem nada a ver com a outra, a matéria aqui é para estabelecer qualquer cobrança, não é que a discussão é importante continuar. Óbvio que ela é importante continuar, ela faz parte inclusive da Lei 9433, é um dos instrumentos, não é? Então...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós temos o encaminhamento de retirada. Eu estou encaminhando pela permanência dos dois considerandos. Tem o adendo do representante, do Gustavo, que a retirada do considerando que está no meio ou passar ele para último. Correto?

O SR. LUIZ ALBERTO DOURADO (CBHSF) – Presidente. Presidente, posso me manifestar, presidente?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós estamos agora na fase de tirada ou não dos considerandos.

O SR. LUIZ ALBERTO DOURADO (CBHSF) – Essa minha intervenção pode contribuir. Porque esse considerando por coincidência foi proposto pelo Clímaco do FONASC, não é? Têm várias pessoas que estão aqui, membros que participaram e exatamente porque na discussão, naquelas negociações que houveram, etc., (...), mas esse tema da cobrança ele não está exaurido nessa. Então, ele concordou, assim, são esses entendimentos, essa busca de consenso que o Anivaldo fala, não é? Dizendo o seguinte, olha, esse tema, apesar de nós estarmos aprovando aqui não está esgotado. Então, aí que ele fala que há necessidade da continuidade das discussões. Se nós retiramos isso, vamos dizer, e a própria FONASC lá representada vai dizer, olha, mas espera aí, eu tinha, na proposta que foi a CTIL tinha aquilo que eu pedi, aquilo foi um acordo, está gravado, está gravado isso e por uma questão de ordem ele fala que volte aquele considerando. Então, por coincidência, não é?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu discordo dele, às vezes, mas aqui, olha, eu proponho substituir ‘importância’ por ‘necessidade’. Necessidade, você aliás usou essa palavra ao invés de importância, que eu acho que ela expressa muito mais...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, nós temos uma, objetiva, só uma mudança de posicionamento, ele sai entre aqueles dois e vira o último, e ao invés de importância, necessidade. Então, eu gostaria agora de que nós pudéssemos fazer as manifestações, porque como tem duas posições, uma é a retirada e a outra é a permanência. Eu encaminho pela permanência. Já dou o meu voto pela permanência. E a questão da... E a questão da adequação ele passou mudança de ordem. Também acato isso. O MMA. Não sou eu. A posição de voto é um voto só. O MMA. E com essa alteração de tirando a importância pela necessidade. Não é isso? Então, esse é o encaminhamento, já dou o meu voto e já passo para que cada um já passe também.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Presidente, antes, antes de voltar, eu concordo com a alteração da ordem, por mim poderia inclusive retirar esse considerando proposto pelo FONASC, mas eu... Aqui se fala, considerando a Nota Técnica da ANA e considerando o Parecer Técnico conclusivo. Sim, mas parecer, considerando o parecer que diz o quê? Considerando a Nota Técnica que diz o quê? Quer dizer, não é? Nós botamos um monte de referências e como é que eu vou saber? Eu vou ter que correr atrás disso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Mas só esclarecer, considerando, por exemplo, aqui, considerando o Parecer Técnico conclusivo da CTCOB, que recomendou a aprovação do papapá. Quer dizer, eu acho que tem que concluir, porque senão fica assim, tudo no ar, não é?

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Wilson, eu pondero com você o seguinte, se você em cada considerando for explicar porque está colocando considerando, eu acho que nós vamos nos perder. Um outro ponto que eu pondero com você é que, a própria Minuta de Resolução já expressa o que foi considerado deste considerando. Então, não faz sentido, a meu ver, você estar descrevendo o

considerando, o porquê ele foi utilizado. O que está posto na Minuta de Resolução já expressão o que dali foi tirado.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Não, tudo bem, é questão de entendimento. É que eu acho que esses dois considerandos são importantes, tem que permanecer. Agora, ele vai me remeter a procurar esses dois documentos em outro lugar, não é?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Colegas, por favor, olha, nós temos várias resoluções, eu entendo, não tem problema disso, os considerandos eles, em todas as outras resoluções não está dizendo, considerando que aprovou não aprovou. O considerando ele fala, eu considere isso e aprovei. Está escrito na Resolução lá embaixo. Eu considere e aprovei. Então, com respeito que todos merecem, claro, mas eu acredito que nós estamos já inovando coisas que nós também já fizemos, porque senão a Resolução vira uma cópia de uma nota ou uma cópia de um parecer e esse é um cuidado que nós temos que ter.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Só fazer o seguinte, eu acho que aqui nós já estamos praticamente em um processo de votação. Então, eu queria sugerir. Essas alterações ainda podem ser propostas na reunião da Plenária? Então, Wilson, você é Conselheiro do Plenário, não? Titular. Eu proponho que você analise melhor ou quem mais queira, essas coisas e já leva uma proposta de redação para a reunião de plenário. Aqui nós fechamos isso para passar para o próximo ponto. Minha sugestão é essa, porque... Porque eu acho o seguinte, se, esse seu ponto de vista, e eu acho que existem situações que nós queremos destacar algum aspecto, tanto que está aqui, olha, fala da Lei 9433 e destaca o artigo tal, inciso tal, poderia só falar da 433. Então, a Nota Técnica você também pode destacar alguns itens. Só que não existe, até o momento, que eu saiba, a não ser a proposta de destacar as ressalvas da Nota Técnica que o Wilson externou, eu discordaria, porque eu acho que não foram só as ressalvas da Nota Técnica que foram consideradas para proposição da Resolução. Então, não existe uma proposta objetiva aqui, na roda agora, para nós, para provar aqui, de uma redação alternativa ou isso vai alongar nossa reunião até o final do dia. Então, eu proponho que a sua... Suas considerações você já leve em forma emenda para propor na reunião do Plenário.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Não, sem problema. Eu não quero atrasar o andamento dos trabalhos, a minha tentativa de esclarecer esses dois considerandos foi apenas no sentido de deixar claro o porquê dessas modificações na deliberação do CEIVAP. Não é? Quer dizer, eu achei que pelo considerando você poderia justificar a concertação daquela deliberação. Mas se a maioria entende ao contrário, curvo-me a decisão da maioria.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Desculpe. Vamos lá, então. O encaminhamento continua, nós estamos ainda na retirada ou não dos dois considerandos. Eu já dei a minha posição do Ministério, o meu voto. Por favor, Gustavo, posição.

O SR. GUSTAVO (FONASC) – Sou a favor de manter.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Célia, por favor, ABES.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-CNRH) – ABES, pela retirada.

O SR. ANTONIO COSTA LIMA JUNIO (AESBE – Prestadoras) – Reiterando o voto do Luís Eduardo pela retirada dos considerandos e a modificação da ordem.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – José Quadrelli CNI, voto pelo texto que veio da CTCOB. Então, mantendo os considerandos.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CTIL) – Bento Godoy, Comitês. Eu também volto pelo texto que veio.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Wilson, manutenção.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Sonáli da CHESF, manutenção.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Manutenção.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, mantemos os considerados, com alteração só daquela ordem que foi pedida e da palavra também que foi trocada, necessidade, importância por necessidade. Então, seguindo, por favor, vamos puxar o texto. Nós temos agora uma proposta de retirada do art. 2º e com isso os incisos subsequentes do 2º viram incisos do 1º. O primeiro acrescenta-se a ‘observar as alterações a seguir’. Então, é isso que nesse caso e já claro também, com todos os adendos em cada... Em cada inciso, com as alterações, *linkando* com os anexos, etc. Então, nós temos um texto original, está certo? Que tem o art. 2º e um texto que pede a retirada dele.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu sugeriria, no art. 1º, tirar ‘conforme proposto’, porque se você está fazendo alteração não é conforme proposto.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – É, porque é o que está nas outras Resoluções, o resto... Porque eu tenho todos os outros (...).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – É, na verdade aprovadas pelo Comitê tal, com as alterações... Observadas as alterações a seguir. É.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Ah. Então, proposto? Então, mantém. Agora eu só queria fazer uma defesa. Eu acho que realmente o art. 2º, como o outro caput é totalmente desnecessário. Eu acho que essa maneira fica mais direta de entender a Lei, inclusive levando em conta que foram feitos aqueles considerados todos, inclusive da Nota Técnica, do Parecer Técnico, foram aprovados os mecanismos tais, tais, tais que o Comitê propôs com as seguintes alterações.

Isso foi tudo em consideração aquilo tudo. Então, eu acho que simplifica. Eu acho que, sinceramente Sonáli, eu acho que fica uma redação mais direta, apesar de já terem adotado uma redação pior no caso do Paranaíba, eu acho que essa melhora.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito. Então, temos a proposta do texto original e do texto proposto pelo representante Gustavo da FONASC. O Ministério do Meio Ambiente se manifesta favorável às alterações propostas pelo FONASC. Por favor, segue a votação.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu também manifesto favorável.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES) – Pode. Pode modificar.

O SR. ANTONIO COSTA LIMA JÚNIOR (AESBE-Prestadoras) – Altera. Para alteração

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Quadrelli CNI. Depois da aula da CONJUR hoje, altera.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CTIL) – Bento Godoy, Comitês, por essa alteração também.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – De acordo.

A SR^a. SONALI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Sonáli, Concessionária de Geração Hidrelétrica de acordo também, com a alteração proposta.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (Ministério do Meio Ambiente - ANA) – Eldis da ANA também de acordo com a alteração da proposta.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Alguém se abstém? Todo mundo votou? É que eu não vi Aparecida votar. Ah tá. Então, foi unânime. Eu poderia ter feito o contraste, mas dessa vez eu não fiz. (...) foi unânime minha alteração. Com isso está aprovada, dentro da CTIL, a Resolução da revisão dos valores. Ah sim, o 3º vira 2º, que é essa alteração feita pelo Doutor Luiz Eduardo, importante que o 3º vira 2º. Só para descontrar, como ele mesmo disse. Obrigado. Vamos seguir.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Infelizmente esse ponto de pauta que é o 6, é um ponto que eu acho que vai ser um ponto que vai encerrar a reunião, se encerrar, eu vim aqui especialmente por ele, entendeu? Mas dessa vez a minha passagem para voltar para Belo Horizonte foi marcada para as 6:40, é a primeira vez e eu não vou poder participar. Então, assim, eu gostaria de sugerir que, se for possível deixar para a próxima, mas se não for possível, se vocês sentirem que não vai dar, que fique para a próxima.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Senhor Presidente. Presidente, por favor, nós vamos nos retirar, nosso ponto de pauta já foi esgotado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Tem o Projeto de Lei sobre São Francisco que vai ser analisado, está na pauta.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Projeto de Lei? Eu não estou sabendo disso.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Não. Todo dia tem Projeto de Lei que chega aqui, está certo? Sobre modificações de lei, só que dessa vez foi para uma diretoria do Ministério, a diretoria achou por bem colocar para apreciação aqui, porque ele muda. Mas a ideia, nós temos uma possibilidade aqui, de, vamos dar uma olhada para não fazer nenhuma irresponsabilidade, mas de repente suspender, e são esses alguns itens que vão para a reunião, e deixaremos outros itens para a próxima, sem ser nessa reunião... É do Conselho. Isso não é urgente. Isso nós podemos deixar para uma próxima, tá...? Está cheio de Projeto de Lei, podemos deixar para uma próxima reunião.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF) – Se pudermos ser convidados nós agradeceríamos.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Perfeito.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Aí nós temos aqui a proposta de moção. Eu queria... Eu queria consultar aqui, até pela preocupação do próprio Gustavo da FONASC, se a Secretaria Executiva, Roseli, veja alguma coisa que nós temos urgência mesmo, para colocar no Plenário do Conselho ou o que pode ficar, pode ficar para uma próxima reunião da CTIL.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (Secretaria Executiva do CNRH) – É, na verdade essa aí é uma moção sobre descontingenciamento dos recursos do CTHIDRO. Eu acredito que é uma moção muito simples, que ninguém vai se opor a ela. Então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

Item 7 - Proposta de Moção que “Recomenda à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a adoção de medidas que visem assegurar a alocação dos recursos estabelecidos em lei ao CT-Hidro para o financiamento das atividades sob sua competência, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Se concordarem, não colocando em prejuízo o debate, a moção é, nossa preocupação é, com o contingenciamento do Governo vários projetos importantes para o setor, nós do setor de recursos hídricos temos vários projetos no setor hídrico que estão parados porque não tem recursos para fazer os estudos. Então, nós estamos fazendo, propondo uma moção de que o Conselho aprovando mande para quem é de direito por descontingenciamento, para que nós possamos reter esses recursos. Se tiver alguma coisa de mérito de texto, não é? Para não perder essa chance, porque senão só vai ficar para junho. Por favor, Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – É porque tá escrito aqui, olha, o que interessa aqui, pulando os considerandos, eu não vou entrar no mérito deles, é o último parágrafo. Então, eu o achei meio... Poderia ser um pouco mais forte, mais firme. Ele fala assim, aprovar moção dirigida à Presidência da República, os Ministérios da Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento de Gestão, da Ciência e Tecnologia e Inovações, Comunicações, recomendando a adoção de medidas que visem assegurar a alocação. Eu proponho, recomendando a garantia da alocação de recursos estabelecidos... Pular essa adoção de medidas que... Garantia da alocação...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – A alocação de recursos. Essa é a proposta do FONASC para modificação. Alguém é contra isso? Não tem manifestação contrárias. Abstenções? Também não. Está aprovada a moção com a modificação proposta pelo Gustavo. Que para nós também é importante.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – É desnecessário? Eu não sou da área de orçamento, recursos financeiros?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – É porque os recursos são todos, porque não adianta ter o financeiro se não tiver orçamentário no Governo. Eu posso ter até dinheiro para gastar, se eu não tiver orçamentário não resolve nada, eu devolvo e vai tudo para a superávit.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Não é o contrário não?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Não. Se eu não tiver orçamento eu posso ter o dinheiro que eu quiser, eu só não vou ter como gastar, porque o orçamento é que me garante o pagamento. Sem o orçamento não adianta ter dinheiro em caixa.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu pensei que o que garantia era dinheiro em caixa.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Orçamentários e financeiros.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Podemos colocar os dois, mas eu estou falando o seguinte, não adianta eu ter um superávit de arrecadação se eu não tenho orçamento, que eu não posso gastar um centavo.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Mas eles podem entender como recursos materiais, humanos.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Entendi. Então, recursos comentários e financeiros com esse adendo, Sem problema? Recursos... Alocação de recursos... Dos recursos orçamentários e financeiros, que os dois que se amarram.

O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente do CBHSF) – Bom, Presidente, eu estou com uma certa dificuldade, mas o que eu quero é agradecer a todos aqui, pela, pelo debate, pela acolhida da nossa demanda, eu sei que é uma coisa do ritual, mas é muito importante o interesse de todos, a leitura, o tempo, todo são voluntários também aqui, dessa causa e nós levaremos esse resultado

com muita satisfação para o nosso Comitê mirando, enfim, a última batalha que será na plenária. E em nome de todos aqui quero agradecer a todos, não é? E só externar o desejo de ser convidado aí, quando da discussão desse projeto. Não é isso? Então, Obrigado a todos. Boa tarde!

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Obrigada. Agradeço a presença, tanto do Comitê de Bacia do São Francisco quanto da Agência Peixe Vivo. Obrigado. Então, nós aprovamos o item 7, que foi mais rápido. Nós temos o item 6 ainda.

Item 6 - Proposta de Resolução que “Define diretrizes e critérios para o estabelecimento de prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos como conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos conforme inciso VIII do Art.7º da Lei Nº 9.433/97”. Matéria encaminhada pelas Câmaras Técnicas do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) e de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. Ela pede que seja colocado como diretrizes e critérios para estabelecimento de prioridades de outorga. Vamos encaminhando esse tema que ele é importante? Então, eu gostaria que, se alguém participante da Câmara Técnica ou... Que fez essa relatoria da CTPOAR? Quem é o nosso CTPOAR? Então, por favor, se a Agência Nacional de Águas puder nos ajudar, agradecemos, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (ANA) – Alô. Boa tarde a todos! Luiz Henrique da Agência Nacional de Águas. É um tema demandado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entrou primeiro na CTPOAR, sendo que na CTPOAR não houve a discussão, houve uma deliberação para ser discutida junto a CTPNRH, visto que há 2 artigos na 9433 que se remetem ao tema, o art. 7º, como já está colocado e o art. 13 que fala que toda outorga estará condicionada as prioridades de uso estabelecidas nos planos. E deliberou-se na CTPOAR que deveria ser tratado conjuntamente com a CTPNRH, formou-se um Grupo de Trabalho, esse Grupo de Trabalho ele é informal, ele não consta de nenhuma ata. E esse Grupo de Trabalho discutiu a matéria, 3 reuniões presenciais, e 3, se eu não me engano, reuniões por videoconferência, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (ANA) – ocorreu uma oficina, não é? E partiu-se, então, para a primeira reunião conjunta das duas Câmaras Técnicas e nessa única reunião conjunta, por meio de votação, deliberou-se para vir para a CTIL e depois para a Plenária, não é? Nós da ANA achamos que houve uma precipitação, porque nós temos uma divergência sobre diversos conteúdos, conceitos inclusive, básicos dessa proposta de Resolução, por exemplo, o art. 13 não está dentro dessa proposta de Resolução. Então, há um erro conceitual da proposta de Resolução e outras questões dentro da proposta de Resolução como, por exemplo, alguns temas que são redundantes e ao mesmo tempo engessam a Resolução, não é? Alguns temas que não foram regulamentados por nenhuma Resolução e ainda assim conta nessa proposta de Resolução. Então, é uma proposta de Resolução ainda que tem problemas, ela não está a contento, existem inúmeras dúvidas que em uma única reunião não foram dirimidas. A proposta da ANA é que ela retorne as Câmaras Técnicas para ser discutidas e aí sim, haver um alinhamento para depois retornar a CTIL e ser caminhada a Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Eu posso, Presidente, elencar, se for o caso aqui, inúmeras questões sobre essa proposta de Resolução e se for o caso, discutir, debater artigo por artigo e mostrar as falhas dessa proposta de Resolução. Tá... Então, eu vou passar um pouco aqui para o meu superintendente aqui, para...

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Só por uma questão de ordem, ele está saindo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC-ONG) – Eu já conheço os debates com o Luiz, que é um bom debatedor e é um cara que não facilita o debate, muitas vezes. Não precisa me olhar com essa cara brava não. Não facilita no seguinte, você é um bom debatedor. Então, eu acho que essa matéria, várias pessoas já foram embora, mas é uma matéria muito relevante, eu acho que ela não tem como ser esgotada aqui hoje, ainda que a sua proposta seja de voltar para as Câmaras Técnicas, não é a nossa posição, mas eu gostaria de pedir a ponderação dos colegas para remeter essa matéria para a próxima reunião. Infelizmente eu não vou poder ficar, eu até proponho que na próxima reunião ela seja o primeiro ponto de pauta. Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (ANA) – Próxima reunião do que?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (ANA) – Ok. Da CTIL. Bom. Então, só dando continuidade, Presidente. Então, inclusive na única reunião que teve, em uma única reunião ela foi discutida, as dúvidas, eu estava lá, não foram dirimidas a contento e houve um prejuízo, do ponto de vista da discussão regulatória, porque não havia os órgãos gestores das autoridades outorgantes, apenas a ANA que votou contra e São Paulo (...) presente que se absteve. Então, a contribuição sobre a discussão regulatória dessa matéria importante ela não houve, basicamente porque a reunião foi em janeiro, os Estados que dependem de liberação de orçamento não puderam comparecer a essa discussão. Mas assim, existe um erro conceitual da Resolução, discutiu-se prioridade de outorga como se fosse diferente de prioridade de direito de uso de recursos hídricos, quando na verdade você tem 2 artigos da 9.433/97 que trata do tema, isso é que vale, não é? Então, basicamente nessa proposta de Resolução não se fala em prioridade de uso de recursos hídricos, como se isso fosse diferente de prioridade para outorga, não é? Então, há um erro conceitual nessa proposta de Resolução, não se fala, por exemplo, que, ao definir prioridades para outorga em situações de escassez, quais serão as consequências em relação a isso. Qual o objetivo dessa resolução? Não está clara. Quando se pega essa proposta de Resolução aqui, fruto entregue pelo GT, qual é o objetivo dela? Outra questão também é que, à medida que eu puxava a discussão em uma única, repito, em uma única reunião, a justificativa era, isso foi exaustivamente discutido no GT. Só que não era mais, o GT acabou, não era mais uma reunião do GT. Era uma reunião de duas Câmaras Técnicas e pelo... Eu tenho 11 anos aqui, tem gente que tem bem mais tempo do que eu, claro, mas eu nunca vi uma Resolução que tenha dúvidas e ainda assim ela ser encerrada em uma única reunião de Câmara Técnica. O normal é, não, tudo bem, vamos tirar, acabou o tempo vamos tirar as dúvidas, vamos continuar debatendo, pelo menos em mais uma reunião ou mais duas, quantas forem necessárias. Eu lembro de temas aqui dentro do Conselho Nacional que passou pela CTPOAR, que ficou 5 anos em discussão até que as dúvidas fossem dirimidas. Então, essa é a primeira questão. A segunda questão é, se for necessário, se houver tempo, Presidente, nós estamos dispostos a debater artigo por artigo e mostrar as falhas, aonde ainda não existe consenso, aonde existem dúvidas, além dessa questão conceitual que é básica, que eu estou trazendo para cá. Tá...? Então, por enquanto nós... Eu não sei se o Rodrigo quer falar alguma coisa.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Sérgio, só fazer um complemento rápido aqui, quer dizer, nós poderíamos nos estender aqui em detalhar os principais aspectos, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, inciso por inciso. Mas eu fiz, estudei bastante essa Resolução e fiz uma caracterização macro dela, que nós temos desde os temas ponto 1, temas conceituais e legais, entendeu? Essa questão de prioridade para outorga de direito de uso, assim como o art. 13, que o Lula já colocou, que é prioridade de uso de recursos hídricos. Esse é um primeiro artigo, quais seriam as situações. Nós aqui tratamos somente de escassez, nós achamos que tem outras inúmeras situações de conflitos, até inundações, até acidentes que podem ser abordadas também, não é só

escassez. O segundo grande tema seria um conjunto de artigos que estão dispostos na Resolução, mais que não tem uma relação imediata e direta com o tema. Isso aí tem um conjunto de artigos que eu acho que não é o caso, quer dizer, caso vocês queiram nós podemos até repassar um a um. O terceiro grande aspecto eu acho que tem temas legais ainda que precisam de ser abordados pelos Conselhos, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do tipo, por exemplo, a questão que está em discussão atualmente, águas subterrâneas versus águas superficiais, tem uma Resolução no âmbito de duas Câmaras Técnicas que ainda está, CTAS e CTPOAR, que está em debate esse assunto também. Nós temos também, no âmbito do projeto legado que foi encaminhado a conselho, uma proposta de Resolução, que o projeto legado está em debate também, não é isso? De proteção de recursos hídricos especiais, que tem a ver direta e indiretamente com áreas de restrição de uso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Deixa eu continuar, Cida, depois você completa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Tem a ver, porque está escrito isso aqui, Cida, eu me debrucei e avalei em detalhes. Depois você interfere, por favor. O 3º tema, o 4º tema é um conjunto de temas específicos ao longo de toda a Resolução que precisam de amadurecimento e aprimoramento. Eu fecharia isso com o 5º tema, mas sobre os aspectos institucionais, entendeu? Que diz respeito à possibilidade de essa Resolução ser flexível o suficiente para permitir aos Comitês de Bacia e aos órgãos gestores de recursos hídricos, que são os mais imediatamente interessados nisso já, que são eles que conduzem o plano e os Comitês que aprovam o plano que precisam, que conhecem mais as aquelas especificidades de cada bacia, que são eles que deveriam talvez opinar de maneira mais forte também. E a necessidade que o Luiz Henrique já colocou, de você ter um mecanismo eventualmente de uma consulta aos Comitês e aos órgãos gestores, no sentido de eles entenderem o conteúdo disso e eventualmente ter uma abordagem diferenciada que ultrapasse até a Câmara Técnica, talvez mais eventos, etc., etc., etc. Então, eu colocaria esses 5 grandes itens que estão colocados aqui, que eu não detalhei-os, mas que eles perpassam aspectos legais, aspectos institucionais, aspectos inclusive processuais, de tal forma que eu acho que as duas Câmaras Técnicas que originaram essa Resolução, CTPNRH e CTPOAR, no meu ponto de vista deveriam se debruçar, avaliar mais, porque um tema, como o Gustavo falou, é um tema importantíssimo para a gestão de recursos hídricos e é um tema até o momento que os planos não exploraram muito a contento. Por isso que eu acho que precisa de uma reflexão muito mais aprofundada do que essa. Então, essa é a proposta nossa, da ANA, eventualmente de voltar para as Câmaras Técnicas ou, então, aqui dentro nós fazemos uma avaliação item a item, que vai ser uma avaliação que vai exigir uma delonga maior nesse processo aqui dentro da própria CTIL. É a proposta que eu apresento, Tá...?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Obrigado, Rodrigo Flecha. Cida, por favor, Aparecida.

A SRª. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL/ENERGISA) – Aparecida Vargas, Hidrelétricas. Primeiro uma dúvida, tá...? Eu tinha entendido que você havia pedido a ANA para ela fazer uma apresentação do encaminhamento que veio das duas Câmaras Técnicas. Não foi o que foi

apresentado. Foi apresentada uma posição individual da ANA sobre o quê que ela acha sobre essa Resolução. Nós temos um parecer pela aprovação, das duas Câmaras Técnicas, com quórum, inclusive com maioria de representantes da CTPOAR e CTPNRH, assinado pelos dois Presidentes das Câmaras Técnicas. Então, eu quero ver em que momento isso está sendo apresentado com a defesa pela aprovação, que não foi isso que foi feito aqui. O que foi feito foi uma manifestação de um representante. Eu quero saber quem é que vai apresentar pela defesa do parecer de encaminhamento, pela aprovação, que foi encaminhado por 2 Presidentes de Câmara Técnica, eu estava presente na reunião, da reunião conjunta, como estive presente em todas as outras reuniões, inclusive quando o Lula questionou a dificuldade dos órgãos gestores comparecerem, que nós sabemos que isso acontece mesmo, eu contrapus dizendo que em nenhum momento houve o pedido de adiamento ou de retirada de pauta desse assunto, porque eles não poderiam estar. E nós também não podemos confundir, a ANA está aqui enquanto órgão gestor. São Paulo não está aqui enquanto órgão gestor. São Paulo está aqui representando Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então, ele não está falando como órgão gestor de recursos hídricos. Conselho Estadual é outra estância. Se vem um representante do órgão gestor é uma coisa, mas ele tem que falar enquanto representante de Conselho Estadual. Então, essa é uma das minhas preocupações e eu queria saber que horas nós vamos ter uma apresentação do encaminhamento, que eu acho que é isso, é assim que se começa uma Resolução, uma discussão do encaminhamento do parecer favorável da reunião conjunta das duas Câmaras Técnicas, que teve um voto, isso o Lula já deixou claro, de 22 a 23 presentes teve um voto contrário e uma abstenção. E qual é a linha que nós vamos seguir, uma vez que aqui na Câmara Técnica, na CTIL, a análise sobre institucional e legal, a parte técnica já foi vencida, nós aceitamos ou não aceitamos já foi vencida nas Câmaras Técnicas que lhe cabe, que é a CTPOAR e CTPNRH.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Eu tenho uma proposta de encaminhamento. Eu vou me juntar à proposta do Conselheiro Gustavo, do representante Gustavo. Nós vamos ter que... Não... Não quero fazer o encaminhamento de retorno, porque as Câmaras já se posicionaram, é aqui mesmo. Nós precisaríamos de ter, de preferência o Presidente, se fosse o caso, o Presidente da CTPOAR e o Presidente da CTPlano, para debatermos, aí sim com tempo suficiente, debatendo um por um. Então, a minha proposta de encaminhamento é jogarmos isso para a próxima reunião e debatermos aqui, convocando... Convocando no bom sentido. É convidando os Presidentes para que eles possam fazer esse encaminhamento que a Aparecida fez, que é do parecer favorável que passou por lá, e justificando, etc., e debatermos como primeiro ponto de pauta, com toda a calma possível, e necessária, mas não voltando para a questão técnica. Aí nós vamos realmente fazer o que a CTIL tem que fazer. Então, esta é uma proposta de encaminhamento. Me junto à do Gustavo.

A SR^a. APARECIDA VARGAS (ABRAGEL/ENERGISA) – Nós temos um prazo para cumprir junto a Plenária também, do CNRH, que foi proposto inclusive pelo Presidente anterior da Agência Nacional de Águas, onde nessa primeira reunião de março nós já traríamos uma Minuta de Resolução para a Plenária se debruçar sobre ela. Isso foi deliberado pelo Conselho Nacional.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Pois não. Eu tenho essa proposta. Se a CTIL (...) tem uma proposta de Conselho (...) a Câmara Técnica e eu acho que a Câmara Técnica não tem ainda condições de uma deliberação pelo porte que foi falado. Eu assumo, como CTIL, essa responsabilidade.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Pela ANA nós temos uma outra proposta para retorno. Então, nós temos duas propostas, uma sua e uma outra nossa que é para retornar para a Câmara de origem.

O SR. LUIZ HENRIQUE PINHEIRO SILVA (ANA) – Desculpe, tem alguém escrito, não? Só mais uma informação. Foi assinado pela... A Aparecida falou bem, não é? Pelos dois Presidentes de Câmara Técnica o parecer, sendo que o Presidente da CTIL... Desculpe. Da CTPOAR não estava na reunião. Quem conduziu a reunião a pedido do Presidente da CTPOAR, está registrado esse e-mail, foi a ANA. Então, o parecerista da CTPOAR assinou o parecer sem estar presente na reunião. Então, se for a Deliberação pela... uma próxima reunião aqui na CTIL, ao invés do Presidente da CTPOAR para debater a questão, o tema, tal, eu acho que deve ser quem conduziu a reunião a pedido do Presidente da CTPOAR, inclusive. Não é? Então, eu queria registrar isso aqui. A ANA. A ANA foi quem conduziu, a pedido. Não. Não. Não. Pela CTPOAR foi a ANA.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Nós estamos abertos, continuamos com a proposta de encaminhamento, que nós temos duas, a proposta que eu me junto a do Gustavo, que é de debatermos na próxima reunião aí, com... Aí vamos debater lendo o parecer e debatendo ponto a ponto. Por favor.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CTIL) – Bento Godoy, Presidente do Comitê do Paranaíba, que é, até aonde eu entendo o único Comitê que deliberou sobre uma priorização até hoje, por ser uma atribuição dos Comitês e está escrito ainda como conteúdo mínimo na Lei. Então, como que um conteúdo mínimo, depois você coloca uma quantidade dessa de amarras em cima de uma coisa que é conteúdo mínimo? Não é? Então, eu entendo... Fiquei muito assustado com essa deliberação da forma como ela está, tem muita coisa genérica aqui também, se aplica somente em caso de escassez, ao mesmo tempo você pega os outorgados e não outorgados, em alguns outros pontos tem considerandos específicos para o setor energético, um dos considerandos vai especificamente em cima disso. E têm aqui também critérios muito subjetivos, que você põe soluções diferenciadas, metodologia multicritério, muita coisa aí que, simplesmente se um Comitê tentar aplicar isso aqui ele não vai conseguir. Da forma como está você tira, é melhor tirar da Lei que ele tem essa prerrogativa de se fazer definição como conteúdo mínimo dos planos de bacia, que é o que ele minimamente deveria fazer. Então, nós entendemos também, como os Comitês de Bacia, que deveria haver o retorno para um trabalho melhor e mais abrangente sobre essa questão nas Câmaras Técnicas.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Quadrelli, por favor.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI-INDÚSTRIA) – Primeira questão uma dúvida, como é que nós nos portamos com relação ao prazo que foi mencionado pela Aparecida? Outra coisa, me estranha muito a ANA vir com dois posicionamentos diferentes, um defendido na Câmara Técnica, divergente lá e aqui, hoje, só vem a posição contrária, não vem a posição favorável a Resolução. Então, assim, nós... Eu não sei o que está acontecendo, na verdade eu não sei o que está acontecendo, porque é muito estranho. Se você tem duas posições diferentes dentro do mesmo órgão, têm que ser colocado as duas posições, para que nós possamos decidir qual que é a melhor. O órgão gestor tem duas posições totalmente diferentes, porque a do Gonzalo ele apoia a Resolução, a do Lula ele está dizendo que é conta. É Lula, não é? Desculpa, eu já estou íntimo já. Ele está dizendo que é contra. Então, assim, para nós é muito ruim isso, não é? A mesma coisa de eu chegar aqui e falar que a CNI está aprovando, aí vem a FIESP fala, não, não, nós não aprovamos isso não. Como assim, Setor Industrial está divergindo? Então, é complicado para nós isso. Outra coisa, mais uma vez, nós voltamos a trazer discussões técnicas, que ele falou que tem algumas posições institucionais legais, essas eu gostaria de ouvir, quais são os critérios institucionais e legais para nós podermos analisar, porque nós resolvemos. Esse é o ponto que nós resolvemos. Se a Câmara Técnica, duas Câmaras Técnicas diante de uma oficina... Quantas oficinas, uma só? Uma

oficina. Quantas reuniões de GT? 6. 5. Sempre em conjunto. O GT foi criado para discutir e levar um posicionamento. Entendeu? Então, assim, mais uma vez nós trazemos uma discussão que foi superada para justificar o posicionamento contrário à matéria.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Por isso, Quadrelli, eu estou colocando aqui que realmente é isso mesmo. Eu não estou... Por isso é que o meu encaminhamento é não devolver para a Câmara Técnica. As Câmaras Técnicas já se posicionaram, já tem uma posição. Tem uma coerência, nós nos posicionamos, as Câmaras Técnicas, os presidentes das Câmaras Técnicas, legalmente constituídos, assinaram e mandaram para cá. Então...

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Eu tenho uma dúvida, senhor Presidente. Câmara Técnica aprovou separadamente as duas juntas. Como é que foi esse processo? Uma reunião conjunta? Como é que foi?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Uma reunião conjunta e eles encaminharam um parecer único (...).

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – E assinado sem ele estar presente nessa... Então, tem um problema processual também, não é?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, gente, eu estou propondo aqui, eu estou propondo, eu estou propondo aqui e continua, que ela está, até provem o contrário, legalmente nesta Câmara Técnica. Ela foi encaminhada por duas Câmaras Técnicas. Está legalmente nas Câmaras Técnicas. É um tema importante e nós vamos ter que ter como fazemos sempre, sem açodamento discutir, colocar as posições, ler os pareceres. Os presidentes das Câmaras Técnicas que estão em tese prejudicados não estão aqui e nós passemos para a próxima reunião da CTIL, da qual não é só na próxima do Conselho não. Nós vamos ter um cronograma para colocar, porque nós temos vários pontos, nós precisaríamos fazer reuniões da CTIL mais vezes, para outras coisas. Então, a minha proposta eu continuar apoiando, que é, permanece na pauta, nesta Câmara ainda, só se depois for liberado que volta, mas aí não é o caso, não estou encaminhando para isso agora. Eu não estou encaminhando para isso agora, de que nós façamos isso com a calma e a necessidade necessária para um tema desse, colocando como primeira pauta da próxima reunião da CTIL. Porque nós não estamos colocando... É no mérito. As Câmaras Técnicas se posicionaram, está assinado. Para nós está correto, está aqui, como as outras vieram da CTCOB, como vieram as outras e nós mantivemos a coerência com respeito daquela Câmara Técnica. É nesse sentido, por isso é que eu não estou fazendo encaminhamento do MMA para devolução não. É para permanecer aqui, mas só com o tempo necessário. Já podemos daqui, para não ter dúvida que isso vai ficar mais tempo, já até marcar a próxima reunião da CTIL, não tem problema nenhum, podemos marcar de imediato. Não dá para ir para o Plenário se não está ainda madura. Então, não há problema nenhum, eu como Presidente da CTIL trago para mim isso, se for o caso de aprovação e falar, a Câmara ainda não estava suficientemente com tudo acordado para se colocar em plenário. Isso não há problema, como tem temas que ficam, o Plenário pedindo tem 4 anos, 5 anos, vai e volta. Não é? Não, é só nisso, é nesse sentido, respeitando as Câmaras está aqui, não estou propondo de volta não, é para ficar aqui mesmo.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – Célia Rennó. Eu até liguei para a Jussara, porque, uma série de dúvidas aqui na Deliberação e para conversar com ela sobre essa Deliberação aqui. Ela mesma também continua com dúvida, ela assinou esse parecer, continua com dúvidas e falou que você falaria sobre os problemas que tem na Deliberação. Eu acho muito importante, Sérgio,

manter aqui, eu acho mais importante convidar as duas pessoas que assinaram esse parecer para elas estarem aqui e aí sim, fazer as complementações que se entenderem necessárias.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI-INDÚSTRIA) – Eu tenho uma solicitação a fazer, senhor Presidente, que a ANA encaminhe os argumentos técnicos e jurídicos com relação aos posicionamentos do que está colocado nessa Resolução, para que nós possamos analisar com antecedência, para nós chegarmos aqui e termos uma coisa mais produtiva. Não é? A CNI vai se comprometer também, colocar a proposta de Resolução para o jurídico dela, para ela fazer uma análise e falar se está ok ou se não está. Agora, o que nós temos que evitar, Presidente, eu gostaria mesmo que você continuasse nessa pegada que você está, é de nós perdemos uma coisa na técnica e aí trazemos aqui para a CTIL para tentarmos resolver de outras formas e tentarmos devolver. Eu trago aqui o exemplo da CNI, que nós perdemos o PPU na CTCOB, nós em momento algum trouxemos discussão técnica para cá. Nós trouxemos argumento jurídico, argumento institucional legal. Então, assim, senão nós perdemos muito tempo.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Então, eu quero fazer, por favor, Rodrigo, depois, em seguida nós vamos passar para o encaminhamento.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Eu coloquei aqui um conjunto de argumentos legais, e institucionais, e a posição da ANA é essa que eu coloquei. É essa e eu estou dizendo que a posição da ANA é essa que eu coloquei. É essa que eu acabei de colocar. A posição da ANA é essa que eu acabei de colocar. Isso foi debatido, você me desculpe, isso foi debatido internamente, se ouve esse conflito entre os dois técnicos que estavam representando a ANA, mas a posição da ANA doravante é essa que eu estou colocando para você. Então, não tem divergência, se isso aconteceu no passado, ocorreu. Agora, a ANA pode sim apresentar todos os argumentos, desde que os demais também apresentem, entendeu? Eu gostaria de, inclusive ver os demais argumentos, não só da própria BRH, da própria ABES, da própria CNI, que você falou que vai submeter isso a avaliação jurídica, desde que os demais apresentem. Aí a ANA apresenta também, para que isso tudo possa enriquecer o debate. Se os demais apresentarem nós estamos dispostos também, Sérgio.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Pois não, Quadrelli.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Quadrelli da CNI. Nós estamos de acordo com a proposta de Resolução que está agora posta e nós estamos prontos para fazer votação e o debate jurídico. Se alguém tem algo contra esse alguém tem que apresentar. Eu não tenho que apresentar argumentos de que eu sou a favor de alguma coisa. Com todo respeito.

O SR. RODRIGO FLECHA – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*. Caso essa proposta que o Sérgio colocou, de retornar a CTIL com a presença da sugestão que a Célia disse, presença dos dois que assinaram, a Jussara e o Tiago, participem e nós vamos colocar todos os nossos argumentos jurídicos legais e institucionais, nesse momento. Tá...? Nesse momento.

O SR. JOSÉ QUADRELLI NETO (CNI) – Aí eu vou botar o bode na sala que é para ver se vai sair por aqui. Eu gostaria de, oficialmente a CTIL solicitasse a ANA um posicionamento com relação à posição dos representantes assumidos, por que um assumiu a favor e um assumiu contra. Então, a ANA, por favor, em um documento oficial diga... Diga que é o posicionamento.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Com licença, posso... Eldis da Agência Nacional de Águas. Aqui nós estamos falando da CTIL e a posição da ANA, aqui na CTIL, está sendo aquela que está sendo colocada pelo Rodrigo Flecha.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Então, vamos lá, encaminhamento. Nós temos o encaminhamento que é, a ANA mantém o encaminhamento de retorno às Câmaras Técnicas, que a conselheira...? Abre mão? Então, nós só temos um encaminhamento só, que é suspendermos momentaneamente a discussão, retomarmos esse ponto como primeiro ponto de pauta da próxima reunião da CTIL. Está certo? Convidando Presidente da CTPOAR, e Presidente da CTPlano, e mais quem dirigiu também a reunião que deu origem a esse parecer, para debatermos com toda calma possível, para tomarmos uma decisão dentro dessa Câmara Técnica. Iremos solicitar, aí já antecipo, Rodrigo, com toda, o carinho, nós vamos pedir com que, para adiantar a análise, toda essa fala que você colocou nesse 5 blocos, grandes blocos e que o Luiz também tinha falado que tem como dizer onde está em cada um, só para facilitar, se poderem, nós vamos pedir com que a ANA nos encaminhe isso, para também disponibilizar dentro da CTIL. Porque a ideia é debater, se tiver que voltar e esse Plenário aqui decidir, vai voltar para as Câmaras Técnicas, não há problema, mas nós só vamos fazer o encaminhamento dentro da Câmara Técnica da CTIL, que ela que recebeu as demandas. Aí quem vai decidir é (...). Pois não.

O SR. RODRIGO FLECHA (ANA) – Nós não nos furtamos não, mas seria importante, já que a ideia é dar transparência ao processo, por exemplo, o Bento aqui na condição, o Bento continua como Presidente do Paranaíba? O Comitê do Paranaíba tem também um conjunto, pelo que ele falou aqui, de temas a apresentar também. Eu acho que tem que pedir a todos. É isso que eu estou propondo. Como a ABRH e ABES também tem. Então, seria importante que todos antecipassem um posicionamento, para que pudesse todo o conjunto da próxima CTIL com a presença dos dois, dos dois pareceristas da CTPOAR, e CTPNRH, e eu vou um pouquinho mais além, posso sugerir também, não existe um Fórum de Comitê de Bacia? O coordenador do Fórum de Comitê de Bacia e existe também o Fórum de órgãos gestores de recursos hídricos, o FNOGA e que eles participem também, porque são dois temas que tem uma relação muito próxima aos Comitês e aos órgãos gestores. Então, eu sugeriria também, quer dizer, o parecer de todos, está certo? E a participação, além dos dois, CTPOAR e CTPNRH, também a participação dos dois Fóruns de Comitê, porque são temas que os Comitês e os órgãos gestores têm que estar extremamente cientes do que está ocorrendo, pela importância da Resolução.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Está bom. Então, antes de passar para Cida, nós temos, então, já que estar transferido esse tema para a próxima reunião. Vamos passar um e-mail a ANA e as instituições que fazem parte, se elas tiverem alguma... Se tiver alguma coisa a se manifestar que possam socializar, porque aí esse Plenário, aí a CNI vai referendar o que ela fez, não há problema algum, para poder nós... E é câmara institucional e legal, não é tema técnico suplantado pelas Câmaras Técnicas.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI-INDUSTRIA) – Beleza. Só para registrar, eu voto contrário, manter a minha... Não posso ser a favor de postergar o assunto sendo que eu defendi que nós somos a favor de como está. Então, só para ficar registrado.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Perfeito. Bom. Então, nós temos... Vamos partir para o posicionamento, então, por favor.

A SRA MARIA APARECIDA VARGAS (ABRAGEL-ENERGISA) – É só antes do posicionamento, como o Rodrigo citou a questão do Fórum Nacional de Comitês, eu acho que ele está corretíssimo, inclusive que indica os representantes nas Câmaras Técnicas, representante de Comitês, é o Fórum Nacional de Comitês, através do seu representante e eu estranhei, porque o representante de Comitês na reunião votou a favor, aqui está votando contra. Então, eu acho que está precisando de ser discutido isso melhor mesmo, dentro do Fórum Nacional de Comitês.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (COMITÊS) – Só ressaltando que é só na CTPOAR que existe representante. Pois é. Na CTIL aqui manifestamos como eu já falei.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Vamos lá. Então, por favor. Por favor. Não é debate pessoal. Nós temos uma... Aqui, o meu... Meu encaminhamento não. Eu me junto ao encaminhamento da FONASC, Gustavo e Sergio, no adiamento para a próxima reunião de debate, com todos os encaminhamentos que eu não vou repetir, já foram dados aqui. Célia, por favor.

A SR^a. CÉLIA RENNÓ (ABES-OTEPS) – É com você, (...) encaminhamento da CTIL. Na próxima reunião da CTIL.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Quadrelli já se posicionou, correto?

O SR. ANTÔNIO COSTA (prestadora de Serviço Público) – Antônio Costa, Prestadora de Serviço Público, com o encaminhamento proposto, por favor.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Pois não.

O SR. BENTO DE GODOY NETO (CTIL) – Bento Godoy, Comitê de Bacia, também pelo encaminhamento proposto.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Wilson de Azevedo. Em se tratando de se aprimorar e se aperfeiçoar, eu sou a favor do adiamento.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Obrigado.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI DE OLIVEIRA (Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica) – Sonáli Cavalcanti, Concessionárias Hidrelétricas. São 17:50, diante do adiantado da hora e mediante tudo que foi aqui colocado, eu também acho que deva ser avaliado na próxima reunião CTIL.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito.

A SR^a. ELDIS CAMARGO (ANA) – Concordo com o adiamento, mas que todas as pessoas que colocaram algum tipo de problema tragam também, em conjunto com a ANA, as suas considerações.

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente / CTIL) – Perfeito. Então, com isso adiamos, ficamos com o próximo ponto de pauta e eu já proponho que nós façamos, até em função de algumas coisas importantes que nós temos que dar encaminhamento, ver alguns GTs que nós já criamos, questões mais conjuntas, que nós já marquemos... Aí a Secretaria Executiva... No final de março tem o Fórum, não é? Mas no começo de abril nós já podemos marcar uma reunião, eu acredito, já da CTIL, Independente de só se reunir quando tem pauta do Conselho, porque nós temos outros temas importantes que nós temos que dar, como a revisão da Resolução 5 e outros que nós já decidimos e o Plenário já nos passou também, para que nós possamos dar encaminhamento. Nós temos aqui o item 9. Nós temos o item 9, que é o último item. Eu estou propondo que a Secretaria Executiva do Conselho veja logo no final de março ou começo de abril. Quer decidir? Qual é a data melhor que vocês acham? Então, vamos decidir já. O Fórum termina dia 23 de março, correto? Já quer fazer logo em seguida? Primeira semana de abril. São 2

dias para debatermos tudo. 2 dias? Proposta do Quadrelli, 2 dias, para não ter erro. 10 e 11? Dia 10 tem CTCOB? 11 e 12? Tem 2 dias de CTCOB? É? Então, vamos respeitar os colegas. 12 e 13? Pode ser? 12 e 13 de abril. Então, 12 e 13 nossa próxima reunião da CTIL. Aí nós trataremos desse tema e vamos trabalhar também um pouco no cronograma, que é o item 9. 12 e 13, prefeito? Tem reunião de algum Comitê de Bacia? Wilson tem alguma reunião de Comitê de Bacia? Está bom. Então... Pois não.

O SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (Pescadores e Usuário de Águas para o Lazer e Turismo) – Eu acho que quando tem uma decisão polêmica a ser tomada e confusão, é muito complicado nós deliberarmos. Hoje no caso do São Francisco uma Resolução, sem pressa, nós tomamos uma decisão de passar de qualquer jeito para o negócio ir para a reunião do dia 8 de março, não é? Tentando resolver um problema que não foi nós que criamos. Quem criou foi o próprio Comitê, e nós assumimos a responsabilidade de tentar consertar aqui, e fizemos uma Resolução que vai estar sujeita a crítica, e acho que isso depois que for aprovado pelo Conselho, que vai ser naturalmente, lá na jurídica vai encontrar problema na Consultoria Jurídica do Ministério. Não é? Eu vejo, então, dois tratamentos diferenciados a temas semelhantes, quer dizer, agora aqui se tomou uma proposta que eu acho que está certa, havendo essas divergências todas vamos trabalhar para que a Resolução realmente possa passar sem problema. Agora, no outro caso não foi assim que houve o entendimento. Então, eu acho que nós precisamos, primeiro decidir não resolver problema que não foi criado por nós e segundo dar uma igualdade de tratamento as coisas, mesmo que sejam diferentes, mas havendo problemas eu acho que tem que ser, não é? Porque a minha voz aqui foi, simplesmente o vento levou, não é?

O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA - Presidente da CTIL) – Obrigado, Wilson. Agradeço muito. Está encerrada a reunião da CTIL. Agradeço muito a presença de todas e todos, estamos... Até a próxima. Nos vemos dia 8 de março.

ATA aprovada na 143ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 12 e 13 de abril de 2018.

Adriana Lustosa da Costa
Presidente

Roseli dos Santos Souza
Relatora